

**INPI**

**INSTITUTO  
NACIONAL DA PROPRIEDADE  
INDUSTRIAL**



**Relatório de Gestão de 2004**

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CGPO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR –MDIC  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI  
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – CGPO

RELATÓRIO DE GESTÃO  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2004



**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC**

Ministro de Estado

**Luiz Fernando Furlan**

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado

**Fernando de Magalhães Furlan**

Secretario-Executivo

**Marcio Fortes de Almeida**

**Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI**

Presidente Interino

**Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos**

Vice-Presidente

**Jorge de Paula Costa Ávila**

Chefe de Gabinete

**Josefina Sales de Oliveira**

Ouvidora

**Denise Fonseca Belém**

Procurador-Geral

**Mauro Sodré Mala**

Auditor-Chefe

**Carlos Augusto Bittencourt**

Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento

**Nasareth Sandra Dias Jorge**

Diretor de Patentes

**Carlos Pazos Rodriguez**

Diretora de Marcas

**Maria Elizabeth Broxado**

Diretor de Contratos de Tecnologia e Outros Registros

**Breno Bello de Almolda Neves**

Diretora de Articulação e Informação Tecnológica

**Maria Beatriz Amorim Páscoa**

Diretor de Administração e Serviços

**Antônio Carlos R. Germano**



Introdução .....	5
Diretoria de Patentes - DIRPA .....	7
Diretoria de Marcas - DIRMA .....	13
Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros – DIRTEC .....	24
Contratos de Tecnologia .....	25
Registro de Programas de Computador .....	28
Desenho Industrial e Indicação Geográfica .....	30
Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica – DART .....	34
Centro de Divulgação, Documentação e Informação Tecnológica – CEDIN .....	36
Coordenação de Cooperação Internacional - COOPINT .....	41
Coordenação de Cooperação Nacional – COOPNAC .....	44
Coordenação-Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional – CGAD .....	48
Ouvidoria - OUVID .....	55
Serviço de Comunicação Social – SERCOM .....	57
Procuradoria-Federal – PROC .....	59
Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO .....	63
Diretoria de Administração e Serviços – DAS .....	71
Coordenação-Geral de Administração – CGA .....	73
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH .....	87
Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI .....	98
Conclusão .....	100
Considerações Finais .....	102
Lista de Tabelas, Gráficos e Quadros .....	104
Anexo I .....	106
Anexo II .....	108
Anexo III .....	112

## *Introdução*

Os dados constantes deste relatório são o reflexo de um processo de mudanças administrativas e de procedimentos ao longo de todo o ano de 2004, que se iniciou com os estudos da Comissão de Reestruturação do INPI, passou pela implementação da atual estrutura administrativa e terminou com a posse da nova diretoria em setembro.

Essas mudanças foram, de fato, uma primeira etapa na renovação do INPI. A segunda etapa começou a partir da posse da nova diretoria que norteia as ações do INPI em dois propósitos bem definidos: a busca da eficiência e a facilitação do acesso aos serviços prestados pelo Instituto.

As informações gerenciais das diversas áreas do INPI – as já existentes e as que foram implantadas no segundo semestre – demonstram o processo de revisão da estrutura organizacional. A análise comparativa do desempenho do Instituto em diferentes períodos reproduz, em números, as conseqüências do processo de mudança, estabelecido em metas e propostas que permitam identificar o INPI como uma instituição eficiente e voltada para a excelência no atendimento.

## *Novo Organograma*

A reestruturação administrativa implementada no INPI atendeu à necessidade de modernizar tanto os processos administrativos quanto as áreas fim, já que a estrutura anterior havia sido implantada em 1993, três anos antes da sanção da Lei n.º 9.279 (Lei da Propriedade Industrial). O resultado é uma estrutura descentralizada, com novos setores e maior divisão de competências, aumentando em cerca de 85% os DASs unitários.

Dentro da atual estrutura, a criação da Ouvidoria e da Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica representam, de forma expressiva, os novos rumos da administração. Os dois novos órgãos constituem os principais elos do Instituto com a sociedade, sedimentados na forma de atendimento às demandas e às críticas do cidadão consumidor (Ouvidoria), na facilitação do acesso às informações disponíveis no INPI e na disseminação da cultura da Propriedade Industrial e Intelectual (Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica).

Para dotar essa estrutura de mais eficiência e dinamismo, realizou-se uma revisão do orçamento do instituto para 2004, obtendo-se um aumento de, aproximadamente, 48% do orçamento operacional (investimento e custeio) inicialmente previsto.

#### *Novo formato*

Adotando a mesma filosofia de mudanças, o Relatório de Gestão procurará ser não apenas um conjunto, ainda que consolidado, de dados estatísticos. O objetivo maior será permitir aos dirigentes e ao corpo funcional do Instituto avaliar, de forma qualitativa e transparente, o desempenho global, não restringindo a análise a setores estanques, conscientes de que o ano de 2004 representou um período de redefinições no INPI.

Uma nova história da Instituição começa, assim, a ser construída, graças ao comprometimento de todos os envolvidos com a preservação da Propriedade Industrial e da Propriedade Intelectual em nosso país.

A pesquisa e o desenvolvimento para elaboração de novos produtos (no sentido mais abrangente) requerem, na maioria das vezes, grandes investimentos. Proteger esses produtos através de uma patente significa prevenir-se de que competidores copiem e vendam esses produtos a um preço mais baixo, uma vez que eles não foram onerados com os custos da pesquisa e do desenvolvimento do produto. A proteção conferida pela patente é, portanto, um valioso instrumento para que a invenção e a criação industrializável se torne um investimento lucrativo.

A patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção, certificado de adição de invenção ou modelo de utilidade, outorgada pelo Estado aos inventores ou autores e outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente.

A concessão de patentes no sistema brasileiro, tarefa exclusiva da Diretoria de Patentes - DIRPA, abrange as seguintes formas de proteção: invenção, certificado de adição de invenção e modelo de utilidade.

A invenção constitui uma concepção resultante do exercício da capacidade de criação do homem, que represente uma solução para um problema técnico específico, dentro de um determinado campo tecnológico e atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

O certificado de adição de invenção representa um aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto de determinada invenção. A proteção é cabível para o depositante ou titular da invenção anterior a que se refere.

O modelo de utilidade é um objeto de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação.

Durante o prazo de vigência da patente, o titular tem o direito de excluir terceiros, sem sua prévia autorização, de atos relativos à matéria protegida, tais como fabricação, comercialização, importação, uso e venda dentre outros.

## 1 NOVA ESTRUTURA REGIMENTAL

Com a aprovação da nova estrutura regimental do INPI, pelo Decreto n.º 5.147, de 21 de julho de 2004, foram efetuadas algumas alterações no funcionamento da DIRPA:

- ▶ passou a ser de competência da Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros a decisão sobre registro de desenhos industriais;
- ▶ criaram-se os cargos de Coordenadores-Gerais de Patentes I e II, Coordenador Administrativo de Patente e Coordenador de Recursos e Processos Administrativos de Nulidade;
- ▶ criou-se uma nova divisão técnica de exame de patentes: Divisão de Biotecnologia;
- ▶ criaram-se duas novas seções administrativas: Seção de Apoio ao Exame Técnico e Seção de Processamento de Pedidos Depositados através do PCT.

## 2 PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007 E SEUS INDICADORES

As atividades da DIRPA são pautadas pelo disposto no Plano Plurianual - PPA, segundo a ação “Concessão de Patentes”, que tem como produto o item “Patente Decidida”, composto pelo somatório de quatro variáveis: patente concedida, patente indeferida, patente arquivada e patente extinta.

Uma vez que a intenção é acompanhar as decisões da DIRPA que resultem na diminuição do *backlog*, estamos estudando uma nova proposta para a forma de cálculo, de modo a serem computadas somente as decisões finais que não impliquem em dupla contagem como:

- ▶ Indeferimento – como esta situação pode ser revertida em segunda instância, deverá ser subtraído o número de decisões de recursos conhecidos e providos que resultam no deferimento do pedido;
- ▶ Desistência – decisão final;
- ▶ Concessão de Patentes – decisão final levando em conta a ação “Concessão de Patentes”;



▶ **Arquivamentos:**

- por falta de pagamento de anuidade – como esta situação pode ser revertida, deverá ser subtraído o número de restaurações;
- por não ter sido apresentado cumprimento de exigência – decisão final;
- por não ter sido requerida a expedição da carta patente – decisão final;
- por não ter sido apresentada a procuração – decisão final.

### **3 METAS E RESULTADOS**

A meta do PPA para 2004 previa a decisão de 8.500 pedidos/patentes, tendo sido ultrapassada em 268%, uma vez que foram efetuadas 22.821 decisões. Esse número deveu-se, principalmente às 17.433 publicações de arquivamentos definitivos, por não haver sido requerido o pedido de exame. Essa publicação passou a existir a partir de um Parecer da Procuradoria do INPI, de 2 de dezembro de 2003, que concluiu ser possível restaurar um pedido de patente definitivamente arquivado.

O art. 33 da Lei n.º 9.279, Lei da Propriedade Industrial - LPI, prevê que o exame do pedido de patente deverá ser requerido pelo depositante ou por qualquer interessado, no prazo de trinta e seis meses, contados a partir da data do depósito, sob pena do arquivamento do pedido. A prática, até a emissão do referido parecer, era a de arquivar o pedido por não haver sido requerido o exame e, caso não fosse requerido o desarquivamento, era considerada encerrada a instância administrativa, sendo o pedido encaminhado para o arquivo, sem haver publicação referente ao arquivamento definitivo.

A partir da emissão desse parecer, deixou-se de encerrar a instância administrativa pelo fato de não ter sido requerido o desarquivamento. Passou-se, então, a publicar o arquivamento definitivo para dar ao usuário a oportunidade de requerer a restauração.

Em vista disso, durante o ano de 2004, foram providenciadas as publicações de arquivamento definitivo de todos os pedidos que haviam sido arquivados, a partir da emissão do Parecer da Procuradoria, o que explica o número elevado de publicações.

Deve ser ainda observado que o referido parecer foi objeto de várias manifestações contrárias e está sendo revisto, podendo ser objeto de revogação.

Da mesma forma que no ano de 2004 em 2003, foram efetuadas 24.796 decisões, número resultante, principalmente, das 18.735 publicações de arquivamentos, dentre as quais, 16.506 se justificam por não terem requerido o pedido de exame. O número elevado de publicações se explica pelo acúmulo de arquivamentos não-efetuados desde 2000. Como esses fatos não ocorrerão em 2005, uma vez que as publicações não mais estão acumuladas, a meta estabelecida para 2005 de 13.000 decisões dificilmente deverá ser cumprida.

Quanto ao prazo para a concessão de patentes, tivemos, no ano de 2004, um tempo médio de sete anos e seis meses para as patentes de invenção e de seis anos e oito meses para os modelos de utilidade.

Cabe assinalar que estamos fazendo um levantamento dos pedidos depositados há mais de oito anos, ainda pendentes de exame técnico, para que se possa priorizar a decisão a esse respeito durante os anos de 2005 e 2006, evitando que incorram no parágrafo único do art. 40 da LPI. Essa medida certamente fará com que a média de tempo para obtenção da patente aumente durante esses anos.

As tabelas a seguir revelam o desempenho das atividades da DIRPA, relacionadas ao processamento dos pedidos de patentes (invenção, certificado de adição de invenção e modelo de utilidade) que, de modo geral, apresentam um crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Tabela 1 – Depósitos de Pedidos de Patentes**

Depósitos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004*	Δ%
Privilegio de Invenção - PI	6.097	6.436	6
Modelo de Utilidade - M U	3.621	3.489	-4
Certificado de Adição - CA	119	130	9
Trat. Coop. Patente - PCT	10.019	7.648	-24
<b>Total</b>	<b>19.856</b>	<b>17.703</b>	<b>-11</b>

Fonte: Sede, Mapas das Delegacias, das Representações e dos Postos Avançados

\* Dados não-consolidados

**Tabela 2 – Decisões Finais sobre Patentes**

<b>Decisões Finais</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ%</b>
Patentes Arquivadas	18.735	19.448	4
Patentes Indeferidas	1.334	891	-33
Patentes Concedidas	4.727	2.481	-48
Patentes Extintas	-	1	-
<b>Total</b>	<b>24.796</b>	<b>22.821</b>	<b>-8</b>

Fonte: RPI

**Tabela 3 – Principais Despachos de Patentes**

<b>Principais Despachos</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ%</b>
Clências de Parecer	1.572	1.686	7
Deferimentos	3.672	3.105	-15
Exigências Técnicas	2.615	2.608	0
Restauração	165	119	-28
Restauração (arquivamento)	-	30	-
Transferências e Alterações	795	2.639	232
<b>Total</b>	<b>8.819</b>	<b>10.187</b>	<b>16</b>

Fonte: RPI

**Tabela 4 – Recursos e Nulidades de Patentes**

<b>Despachos</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ%</b>
Nulidade (decisão)	327	464	42
Nulidade (notificação)	94	97	3
Recursos (decisão)	198	219	11
Recursos (notificação)	148	89	-40
<b>Total</b>	<b>767</b>	<b>869</b>	<b>13</b>

Fonte: RPI

**Tabela 5 – Pedidos Publicados de Patentes**

<b>Pedidos Publicados</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ%</b>
PCT - Fase Nacional	7.618	12.144	59
Demais Pedidos Publicados	8.178	9.927	21
<b>Total</b>	<b>15.796</b>	<b>22.071</b>	<b>40</b>

Fonte: RPI

**Tabela 6 – Decisões Pipelines**

<b>Artigo 230 e 231</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ%</b>
Arquivamento	41	40	-2
Carta Patente	39	61	-
Deferimento	19	62	226
Indeferimento	60	22	-
Nulidade	-	-	-
Recurso	25	22	-
<b>Total</b>	<b>184</b>	<b>207</b>	<b>13</b>

Fonte: RPI



O crescimento econômico e social somente se dá mediante a garantia de direitos. A indústria, o comércio e os serviços, fomentados pelo desenvolvimento tecnológico e em respeito aos interesses da sociedade, encontram no INPI o respaldo de que necessitam: a concessão do registro de marca, tarefa exclusiva da Diretoria de Marcas – DIRMA.

As marcas têm servido ao longo da história para identificar produtos e serviços, distinguindo-os de outros, idênticos, semelhantes ou afins, de origem diversa. Constituem, portanto, a forma necessária que reveste aquilo que se quer apresentar ao mercado. Nesse sentido, as marcas freqüentemente estabelecem um nexó simbólico entre a apresentação visual de determinado produto ou serviço e suas características intrínsecas, o que permite ao cidadão/consumidor orientar sua escolha em função de um atributo: a qualidade. Ao proteger sua marca, registrando-a no INPI, os interessados ganham muito mais do que um mero certificado: adquirem um direito sem o qual toda atividade produtiva permanece fragilizada, exposta ao uso indevido da marca por terceiros.

Atualmente, as marcas integram fortemente o ativo das empresas. Às vezes, valem muito mais do que o próprio bem a que foram destinadas. Por isso, elas têm servido como um poderoso instrumento na guerra da competição, acirrada com a globalização dos mercados. Na era da Internet, durante a qual as antigas barreiras nacionais vêm se esfacelando e em que o capital se torna mais fluido a cada momento, a proteção às marcas se reveste de importância estratégica: simplesmente não é mais possível sobreviver no mercado sem reconhecer que, com freqüência, são as marcas que orientam as escolhas individuais. Isso significa afirmar que elas agregam valor ao produto ou serviço, propiciando aos produtores/fornecedores uma garantia que não teriam se não buscassem proteger suas marcas contra a concorrência desleal.

É nesse contexto que a demanda pelos registros de marca vem aumentando em todo o mundo. No Brasil, a tendência tem se confirmado ao longo dos últimos anos. Compete ao INPI e, mais especificamente, à DIRMA, absorver essa demanda. O registro de marca concedido pela DIRMA confere ao titular do registro a propriedade da marca, a exclusividade em todo o território nacional para os produtos ou serviços especificados, garantindo proteção contra o uso não-autorizado e contra o registro de marca por terceiros, para assinalar produtos ou serviços idênticos, semelhantes ou afins. Cabe acrescentar que um registro de marca vigora por um prazo de dez anos e pode ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, indefinidamente, enquanto houver interesse em manter a propriedade da marca.

Além das marcas de produto ou serviço, existem as marcas de certificação (usadas para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, quanto à qualidade, à natureza, ao material utilizado e à metodologia empregada) e as marcas coletivas (empregadas para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade), ambas registradas na DIRMA.

## **1 A NOVA ESTRUTURA REGIMENTAL DO INPI**

A nova estrutura regimental do INPI, aprovada pelo Decreto n.º 5.147, de 21 de julho de 2004, prevê algumas alterações no funcionamento da DIRMA, entre elas a criação de uma sexta Divisão de Marcas e o estabelecimento de novos cargos, tais como assistente técnico, coordenador e coordenador-geral de marcas. Além disso, cabe destacar que a competência para a análise e decisão sobre registro de indicações geográficas passou a ser da Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros. Essas mudanças, entretanto, ainda não se concretizaram, permanecendo para o ano de 2005 a expectativa quanto à sua implementação.

## **2 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS**

As indicações geográficas, que compreendem as indicações de procedência e as denominações de origem, desde o início da vigência da Lei de Propriedade Industrial (9.279/1996), eram de responsabilidade da Diretoria de Marcas. Com o advento da nova estrutura regimental do INPI, pelo Decreto n.º 5.147/2004, entretanto, a Divisão de Registros de Indicação Geográfica passou à órbita da Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros – DIRTEC, em cujo relatório anual inseriu-se a parte concernente às atividades da área.

## **3 O PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007 E SEUS INDICADORES**

As atividades da DIRMA, a partir de 2004, passaram a se pautar pelo disposto no Plano Plurianual - PPA 2004 – 2007, segundo o que prescreve a ação “Concessão de Registro de Marca”, constante do programa “Propriedade Intelectual”. Tal ação tem como produto final o item “marca decidida” que, por seu turno, é composto pelo somatório de quatro variáveis: marca concedida, arquivada, extinta e prorrogada. Além disso, para o período compreendido pelo novo PPA, determinou-se que um novo indicador seria considerado: o prazo médio de concessão de registro de marca, contado a partir da data do depósito do pedido até a expedição do certificado de registro pelo INPI.

Compreende-se a intenção do Governo Federal em envidar esforços para acompanhar a crescente demanda pelos registros marcários, uma vez que o tema da propriedade intelectual nunca esteve tão em evidência. A conjugação da meta da ação Concessão de Registro de Marcas e do indicador Prazo Médio de Concessão do Registro – implica a assunção de que o aumento na capacidade de processamento, medida em decisões, deve vir acompanhada pela celeridade na análise e concessão dos registros, daí a necessidade de se levar àquele prazo médio em consideração. Assim, existe uma relação diretamente proporcional entre celeridade na análise e capacidade de processamento, que aponta não apenas para a apuração de indicadores, mas também para a superação de uma situação em que ainda há muito que se fazer.

#### 4 METAS E RESULTADOS

Para 2004, a meta e o indicador estabelecidos pelo PPA 2004 – 2007, no que se refere à ação “Concessão de Registro de Marca”, foram de 100.000 marcas decididas e de três anos para o prazo médio de concessão de registro. No que concerne a meta e ao indicador, a DIRMA obteve um grau de eficácia abaixo do estipulado, de acordo com as Tabelas 7 e 8.

**Tabela 7 – Composição dos Indicadores no Resultado Obtido na Ação “Concessão de Registro de Marca” em 2004**

Indicadores	Publicações na RPI
Pedidos de Registro Arquivados	9.147
Registros de Marca Concedidos	12.262
Registros de Marca Extintos	1.707
Registros de Marca Prorrogados	5.270
<b>Total</b>	<b>28.386</b>

Fonte: SINPI

**Tabela 8 – Prazo Médio para a Concessão do Registro de Marca em 2004**

Indicador	Anos
Prazo Médio para a Concessão do Registro	5,61

Fonte: CGMI

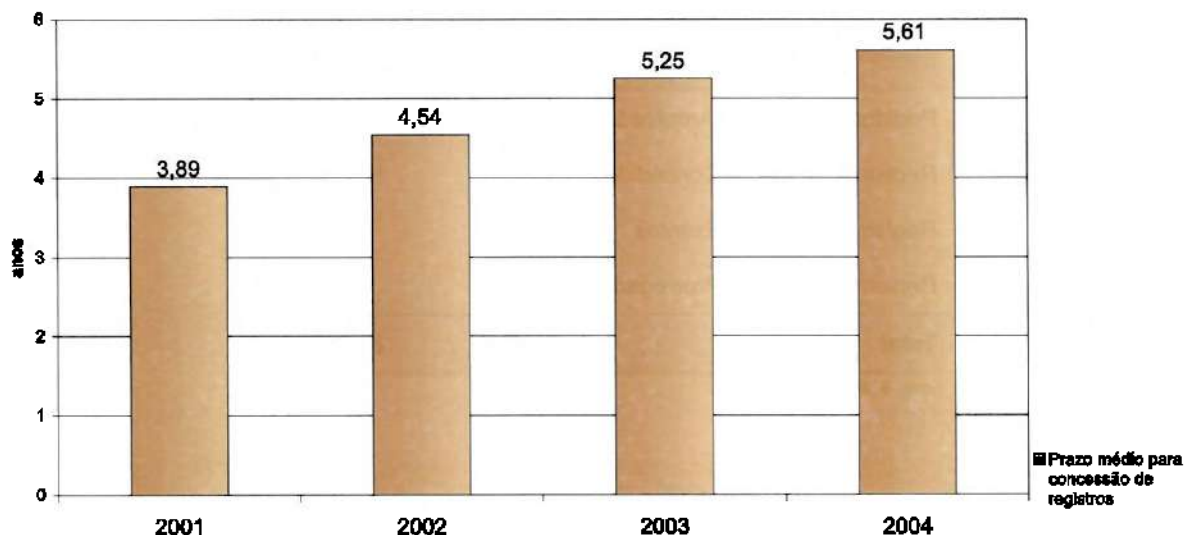
Conforme os dados apresentados, a DIRMA atingiu, em 2004, 28% da meta proposta para a ação relativa à decisão de marcas e ultrapassou em 87% o prazo previsto para a concessão do registro no mesmo período. Observem-se, a seguir, para uma melhor compreensão do conjunto, a Tabela 9 e o Gráfico 1, os quais contêm a evolução comparada das mesmas variáveis, entre 2001 e 2004.

**Tabela 9 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2001 e 2004, Referentes à Decisão de Marcas**

Indicadores	2001	2002	2003	2004	$\Delta\%$ 2003/2004
Pedidos de Registro Arquivados	19.948	9.626	32.773	9.147	-72
Registros de Marca Concedidos	20.245	17.255	10.541	12.262	16
Registros de Marca Extintos	23.639	23.591	37.663	1.707	95
Registros de Marca Prorrogados	3.162	3.575	3.324	5.270	59
<b>Total</b>	<b>66.994</b>	<b>54.047</b>	<b>84.301</b>	<b>28.386</b>	<b>66</b>

Fonte: SINPI

**Gráfico 1 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2001 e 2004, Referentes a Prazo Médio de Concessão de Registro.**



A princípio, esses dados revelam um quadro de pouca aderência às metas do PPA 2004 – 2007. Tanto os números referentes à decisão sobre marcas quanto os relacionados ao prazo médio para concessão do registro ficaram abaixo do estabelecido pelo Governo Federal em 2004. Várias questões podem ser relacionadas a fim de se explicar de que maneira a Diretoria chegou até o atual quadro, sobretudo se levarmos em conta a



considerável variação ocorrida entre 2003 e 2004 em algumas variáveis como registros extintos e pedidos definitivamente arquivados. Sem descuidarmos de que os motivos de tal inadequação às metas do PPA vigente, na verdade, possuem causas complexas, podemos atribuir a determinados pontos nodais um peso relativamente maior para justificarmos os resultados obtidos em 2004. Primeiramente, ainda subsiste uma relativa demora no exame dos pedidos datados anteriormente à adoção da Classificação Internacional de Nice, uma vez que os técnicos, durante a atividade de análise, têm de proceder a uma série de consultas e verificações a fim de que o pedido/registo sofra a adequação necessária. Por se tratar de um sistema classificatório bem mais complexo do que aquele praticado pela DIRMA até 2000, os despachos que culminam nas decisões constantes do produto “Marcas Decididas” são efetuados com menos celeridade do que na época da Classificação Nacional. Em vista disso e de outros motivos, a Diretoria não alcançou a meta proposta de 100.000 decisões, frisando-se que, até dezembro de 2004, os examinadores estavam analisando processos anteriores a 2000, justamente empenhados em eliminar o acúmulo pendente de decisão.

O déficit de funcionários na Diretoria ainda persiste, o que naturalmente acarreta uma capacidade produtiva abaixo da ideal. A atual demanda por registros de marca, verificável na Tabela 10, apesar de estar sofrendo uma lenta diminuição desde 2000, continua acima das capacidades disponíveis de recursos, tanto humanos quanto materiais, não obstante as novas contratações em setembro de 2004, as quais, conforme ainda evidenciaremos, resultaram num acréscimo na capacidade de processamento da DIRMA. As dificuldades relativas ao Sistema de Marcas do Sistema Integrado da Propriedade Industrial - SINPI – diagnosticadas no Relatório anual preparado pela Auditoria Interna do INPI referente à DIRMA – são fatores que também têm favorecido o atraso no processamento dos atos da Diretoria. Num contexto em que o Sistema de Marcas ainda não está plenamente adequado às necessidades técnicas do examinador, invariavelmente todos os procedimentos que dizem respeito ao exame e à concessão de registros permanecem sujeitos às contingências de um modelo de gestão informacional ainda carente de aperfeiçoamento. Se somarmos aos itens relacionados os problemas ligados à falta de material de trabalho, de manutenção adequada, de recursos de informática e de infra-estrutura física das instalações da Diretoria de Marcas, daremos conta, então, de um contexto em que a obtenção das metas estipuladas pelo PPA se mostrou praticamente inviável em 2004.

A ineficácia quanto à referida meta e ao indicador merece, no entanto, ser relativizada. É óbvio que, ao realizarmos uma comparação com os números alcançados em 2003, quando superamos em 12% a meta de então, que demandava a produção de 75.000 decisões, o

resultado geral de 2004, quando atingimos apenas 28% da meta estabelecida, surge como surpreendentemente modesto. Já em meados de 2003, contudo, alertávamos para o fato de que dificilmente alcançaríamos a meta estabelecida de 100.000 marcas decididas, inclusive prevendo que a produção da DIRMA, no que diz respeito àquelas quatro variáveis que compõem a meta da ação "Concessão de Registro de Marca", não passaria de 25.000 decisões. Conforme evidencia a Tabela 7, o quantitativo de feitos pouco ultrapassou o previsto: 28.386 decisões em 2004. A mesma previsão se deu quanto ao prazo médio para concessão do registro de marca: não chegaríamos a atingir os três anos estabelecidos.

Cumpra observar que, não obstante a ineficácia quanto à obtenção da meta proposta, os termos que compõem o indicador em questão possuem, observada a finalidade última da DIRMA, valores qualitativamente distintos. Se assumirmos que a tarefa primordial da Diretoria é a **concessão de direitos** de uso exclusivo de marcas, através da expedição dos **certificados de registro de marca**, temos que, no ano de 2004, nosso desempenho foi relativamente satisfatório. Conforme se pode verificar na Tabela 9 ultrapassamos em 16% as concessões de registro de marca, assistimos a um aumento de praticamente 59% nas prorrogações de registro, os despachos de mérito se avolumaram em quase 40% (tabela 13), o total de publicações diversas em RPI sofreu um incremento de 15% (tabela 13) e notificamos uma quantidade bem maior de recursos em pedidos 521% (tabela 11) e de recursos e nulidades em registros 346% (tabela 12). Além disso, o aumento de 35% (tabela 13) nos deferimentos acabou influenciando a quantidade de registros concedidos.

**Tabela 10 – Pedidos de Registro Apresentados de 2000 a 2004**

Ano	2000	2001	2002	2003	2004
Pedidos Depositados	108.144	101.604	94.957	97.296	96.785

**Tabela 11 – Recursos em Pedidos**

Pedidos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ%
Recursos Notificados	285	1.771	521

**Tabela 12 – Recursos em Registros e Processos Administrativos de Nulidade**

Registros	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ%
Recursos e PANs Notificados	340	1.515	346

Tabela 13 – Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas

Decisões / Despachos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ%
<b>Pedidos de Registros Depositados / Despachos em Pedidos</b>			
<b>Pedidos Depositados</b>	<b>97.296</b>	★ <b>96.785</b>	<b>-1</b>
<b>Pedidos Decididos</b>	<b>43.314</b>	<b>21.409</b>	<b>-51</b>
Marcas Arquivadas	32.773	9.147	-72
Marcas Concedidas	10.541	12.262	16
<b>Despachos de Mérito</b>	<b>23.838</b>	<b>32.780</b>	<b>38</b>
Deferimentos	17.329	23.447	35
Indeferimentos	4.596	6.024	31
Sobrestamentos	1.913	3.309	73
<b>Publicações Diversas</b>	<b>118.475</b>	<b>136.810</b>	<b>15</b>
Pedidos Comunicados	89.544	106.019	18
Exigências	4.597	5.963	30
Oposições	18.148	18.679	3
Outros	6.186	6.149	-1

Fonte: RPI

★ Dados não-consolidados

Decisões / Despachos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ%
<b>Marcas Extintas</b>	<b>37.663</b>	<b>1.707</b>	<b>-95</b>
<b>Prorrogações</b>	<b>3.324</b>	<b>5.270</b>	<b>59</b>
<b>Exame de Caducidade</b>	<b>910</b>	<b>940</b>	<b>3</b>
Notificações	438	472	8
Exigências	5	12	140
<b>Declarações</b>	<b>373</b>	<b>398</b>	<b>7</b>
Denegação	92	55	-40
Declaração Parcial	2	3	-
<b>Publicações Diversas</b>	<b>3.525</b>	<b>3.523</b>	<b>0</b>
Notificações	31	72	132
<b>Exigências</b>	<b>747</b>	<b>736</b>	<b>-1</b>
<b>Outras</b>	<b>2.747</b>	<b>2.715</b>	<b>-1</b>
<b>Despachos em Marca Notória (Lei 5.772/1971 / IN 137/1997)</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>-</b>
Arquivamento	1	3	-
Declaração	-	-	-
Cancelada/Extinta	-	1	-
Prorrogações	-	-	-

Fonte: RPI

Tabela 15 – Despachos em Pedidos e em Registros de Marcas

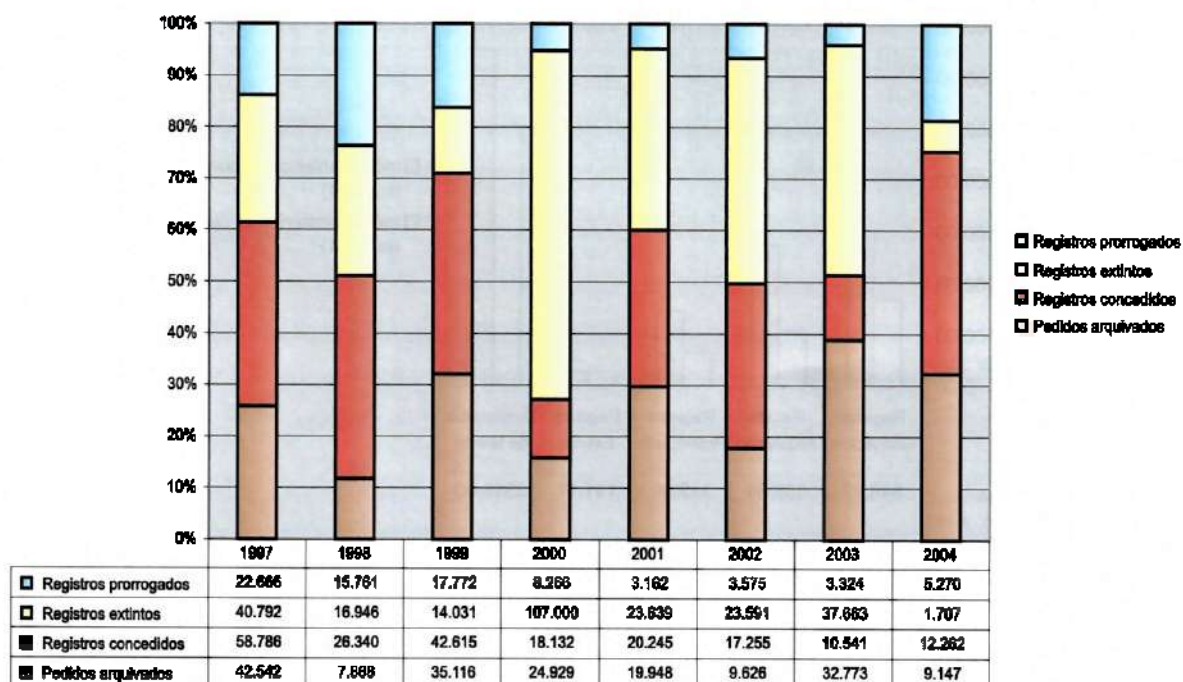
Decisões /Despachos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
<b>Alteração de Nome/Sede/Endereço Anotada</b>	<b>20.193</b>	<b>19.101</b>	<b>-5</b>
Exigências	622	622	0
Sobrestamento de Exame	21	46	119
Indeferimentos	35	39	11
Arquivamentos	144	184	28
Cancelamentos de Ofício	31	61	-
Alteração de Nome/Sede/Endereço Anotada	14.837	15.111	2
Transferência Anotada	4.262	2.884	-32
Outras	241	154	-36

Fonte RPI

Ainda com relação aos componentes daquele produto, é necessário considerar que a meta estabelecida de 100.000 marcas decididas leva em conta os pedidos definitivamente arquivados e os registros extintos. Se refletirmos sobre o significado da extinção e do arquivamento, em contraste com os da concessão e da prorrogação do registro, chegaremos à conclusão de que, enquanto as duas primeiras variáveis são, em geral, decorrência da falta de interesse da parte em manter seu registro ou prosseguir com o trâmite de um pedido de registro, as duas últimas constituem a consequência factual dos esforços de examinadores e pessoal de apoio, para absorver a demanda por julgamentos de mérito que lhes é imposta ano a ano. A princípio, os meros atos de extinguir ou arquivar processos nada informam sobre a real capacidade de processamento da DIRMA, já que são atos praticados de modo automático. Se observarmos o Gráfico 2, notaremos que a variação na quantidade de extinções e arquivamentos é cíclica, o que remete a uma conclusão óbvia: mantidas as mesmas condições de trabalho, se a DIRMA direciona mais esforços no sentido de arquivar e extinguir, conseqüentemente acaba procedendo menos a análises cujo fulcro seja a concessão ou a prorrogação do registro, atos que não deixam de refletir a pujança econômica do país.



**Gráfico 2 – Composição das Variáveis Integrantes do Produto “Marca Concedida” ao longo do Tempo**

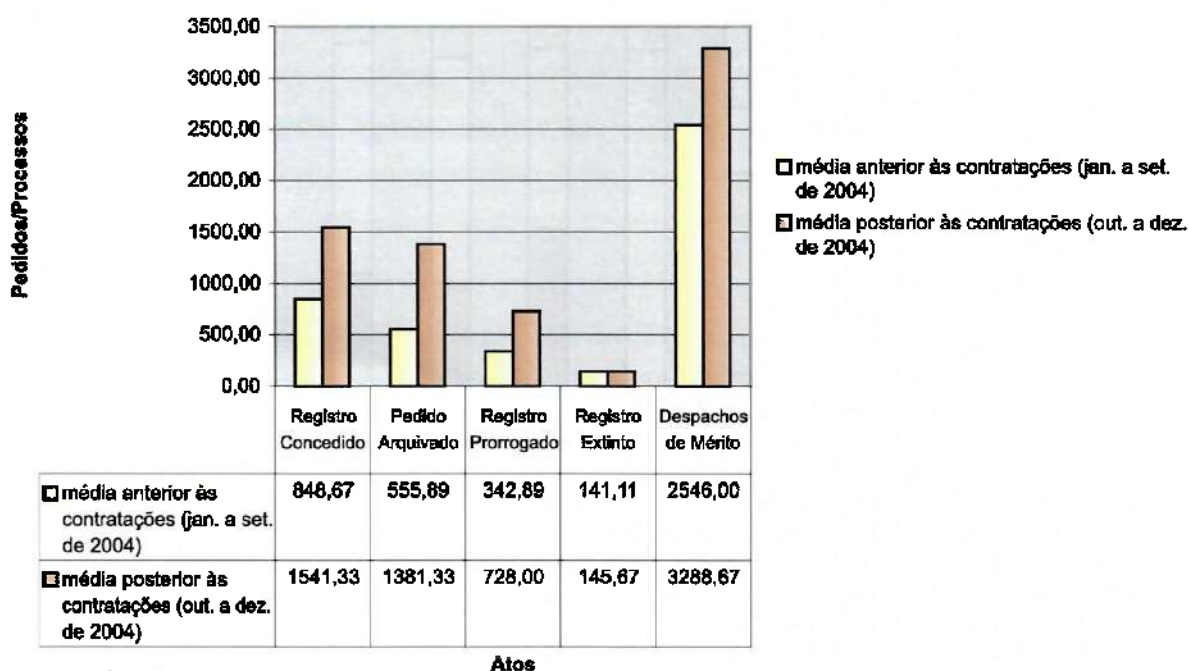


Ainda sobre a aparente disparidade entre os números de extinção e arquivamento de 2003 e os de 2004, importa observar que, naquele ano, houve, de fato, uma hiperconcentração de esforços em atualizar a situação de inúmeros processos, muitos dos quais servindo de impedimento ao exame de pedidos novos, gerando extensas cadeias de sobrestamentos, provocando pendências desnecessárias. Frise-se mais uma vez que tal direcionamento de forças foi feito até mesmo com a finalidade de desobstruir nossos arquivos, a cada dia mais abarrotados de processos. Enfim, os resultados negativos que obtivemos em 2004 merecem ser debatidos não apenas a partir da identificação das carências da Diretoria, mas também pela assunção de que os atos que integram as atividades de análise e concessão de registros marcários possuem especificidades sem cujo reconhecimento a natureza da tarefa única da DIRMA permanece incompreendida.

## 5 AS NOVAS CONTRATAÇÕES

Em setembro de 2004, por meio de concurso público, 51 servidores novos ingressaram na DIRMA, oxigenando o quadro da Diretoria com 35 técnicos e 16 tecnologistas. Apesar de ser relativamente cedo para tecer quaisquer considerações sobre o impacto desse incremento no pessoal, é importante notar que, já a partir de outubro, após o devido treinamento teórico oferecido aos novos funcionários, a produção da DIRMA sofreu um aumento em vários níveis, desde os números ligados à anotação de transferência ou prorrogação de registro até a quantidade de despachos referentes a julgamento de mérito, por exemplo. É o que se pode depreender do Gráfico a seguir.

**Gráfico 3 – Capacidade Média de Processamento Comparada:  
Desempenho antes e depois das Novas Contratações em 2004**



Fonte: SINPI

## 6 CONCLUSÃO

A atual conjuntura relativa à eficiência e à eficácia da DIRMA tem raízes relativamente antigas. Já desde 1995, o atraso quanto ao processamento da demanda por registros de marca se instalou na Diretoria, ou seja, antes mesmo da entrada em vigor da Lei da Propriedade Industrial - LPI que, por si mesma, já implicou uma reformulação nos procedimentos de análise de marca. Imaginar saídas para o atual déficit requer, portanto, não só a compreensão do contexto presente, mas também o reconhecimento de que as dificuldades inerentes à situação de hoje possuem múltiplas causas, as quais não podem ser enfrentadas de maneira isolada, sob pena de se perder a visão do conjunto em que se insere cada uma das linhas de ação da DIRMA.

Assim, somente através da coordenação de estratégias gerenciais adequadas, chegaremos à reversão do quadro em que a Diretoria se encontra. Investimentos em infra-estrutura se fazem urgentes, desde a questão relativa às instalações físicas do órgão até a itens como a melhoria dos serviços de informática ou o fornecimento adequado de material de escritório. Pensar um modelo de gestão da qualidade, por exemplo, seria um passo seguinte à reflexão sobre como se adequar à nova estrutura organizacional decretada em julho de 2004, cuja implementação representaria uma boa oportunidade para que os agentes envolvidos pudessem empenhar esforços no sentido de renovar os modelos e os procedimentos por

meio dos quais se chega ao produto final da DIRMA: o atendimento, célere e de qualidade, ao usuário, ou seja, ao cidadão, por meio de atos pertinentes ao universo marcário.

Além de investir em infra-estrutura e de adequar a estrutura organizacional vigente às especificidades de sua tarefa, a DIRMA não deve descuidar do capital humano. É o que tem sido feito, com a colaboração do Governo Federal, uma vez que novos concursos estão previstos para os próximos anos. Valorizar o servidor, por meio de treinamento e atualização constantes, significa dotar o próprio Instituto do ativo mais valioso que pode existir: o profissional qualificado.

Adequar o Sistema de Marcas para que este forneça ao examinador subsídios para uma análise mais apurada, rápida, segura e controlada, ao mesmo tempo em que permita um maior controle da entrada e movimentação de documentos, acarretará maior eficiência aos trâmites processuais, mais segurança e confiabilidade aos usuários e, por conseqüência, um prazo menor até a concessão do registro. Isso vem sendo testado, com a implementação do Sistema de Protocolo Automatizado, já instalado em algumas Divisões Regionais, que, em conjunto com a Guia de Recolhimento da União Eletrônica, contribuirá, por exemplo, para tornar o trânsito de documentos na DIRMA mais racional e rastreável.

Enfim, somente com a sinergia de todos os agentes envolvidos com a Diretoria de Marcas, pode-se elaborar uma pauta conjunta em que não só se discutam os problemas a se enfrentar, mas em que se apresentem também as soluções mais plausíveis. Encarar a atividade desta Diretoria como sendo estratégica dentro do atual cenário do desenvolvimento econômico nacional faz parte do novo momento que a autarquia vive. A concessão do registro de marca, garantia contra a concorrência desleal, é um dos principais fomentos para que o empresariado brasileiro, não excluindo o estrangeiro aqui atuante, possa ser mais competitivo num mercado globalizado, sem, contudo, abrir mão de um direito que somente ao INPI, por intermédio da DIRMA, compete conceder.

A mudança de estrutura no INPI, ocorrida em 21 de julho de 2004, com a publicação do Decreto n.º 5.147, criou a Diretoria de Contratos de Tecnologia e Outros Registros – DIRTEC, com a competência de analisar e decidir não só quanto à averbação ou ao registro de contratos para exploração de patentes, uso de marcas e transferência de tecnologia e de franquia, na forma da Lei n.º 9.279, de 1996, mas também quanto a registros de programa de computador; de desenho industrial, de indicações geográficas e de tecnologias especiais.

Assim como as demais Diretorias, a DIRTEC também participa das atividades articuladas entre o INPI e outros órgãos, empresas e entidades, com vista à maior participação de brasileiros nos sistemas de proteção da Propriedade Industrial, e instrui tecnicamente ações judiciais e outras solicitações de sua competência.

#### ► Desempenho no Plano Plurianual – PPA

A Diretoria é responsável pelas seguintes ações do Programa Propriedade Intelectual: Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia, Registro de Programas de Computador, Concessão de Registro de Desenho Industrial e Concessão de Registro de Indicação Geográfica (Tabela 16).

Tabela 16 – Resultado das Ações do PPA

Ação	Produto	Metas	Realizado	Alcançado
		(A)	(B)	(B/A) %
Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia	Contrato Averbado	1.738	1.523	88
Registro de Programas de Computador	Programa Registrado	724	794	110
Concessão de Registro de Desenho Industrial	Desenho Industrial Registrado	5.400	4.566	85
Concessão de Registro de Indicação Geográfica	Indicação Geográfica Registrada	3	—	---

As Divisões de Contrato de Transferência de Tecnologia e de Desenho Industrial trabalham atendendo a uma demanda por seus serviços, não tendo atraso para ser equacionado em suas decisões. As ações que não atingiram as metas propostas foram prejudicadas, portanto, por uma retração no requerimento dos serviços. Com relação às concessões de Indicações Geográficas, a meta não foi alcançada por fatores como a dificuldade em analisar a matéria, complexa e nova, a ausência de convênio/contrato/acordo com outros órgãos de governo para complementar a análise técnica dos pedidos de registro, no que fosse necessário.

## 1 CONTRATOS DE TECNOLOGIA

O contrato de tecnologia deverá ser averbado/registrado no INPI para que produza efeitos em relação a terceiros. Esse registro é necessário para legitimar pagamentos para o exterior e também para permitir a dedução fiscal das despesas efetuadas com *royalties* e assistência técnica.

As ações relativas a contratos de transferência de tecnologia não se limitam a averbação/registo, dispondo a Diretoria de equipe técnica apta a prestar serviço de apoio à licença/aquisição de tecnologia, com o objetivo de assessorar as empresas brasileiras interessadas nesse serviço, no Brasil e no exterior. Tal assessoria consiste tanto em elaborar pesquisas específicas quanto em colocar, à disposição das empresas, dados e aconselhamento de técnicos habilitados na análise de contratos.

Ao longo de 2004, deram entrada, na DIRTEC, 2.658 processos referentes à aquisição de conhecimentos de tecnologia não-patenteada, licenciamento de direitos de Propriedade Industrial (marcas e patentes), franquia e prestação de serviços de assistência técnica e consultas simples e petições, tendo sido tomadas 2.380 decisões.

Comparando-se os resultados alcançados em 2003 e 2004, observa-se que as entradas de processos (Tabela 17) diminuíram em 5%, decorrentes de uma queda em todos os tipos de processos. Cabe ressaltar que os contratos novos, que representam a negociação básica de aquisição/licenciamento de tecnologia, caíram também em 5%.

No que se refere às decisões (Tabela 17), destacamos que o decréscimo de 9% na emissão de certificados de averbação se deveu não só à redução verificada nos requerimentos de averbação dos contratos e faturas novas, mas também ao aumento das exigências formuladas, o que retarda a obtenção dos certificados.



**Tabela 17 – Fluxo de Processos**

<b>Discriminação</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ %</b>
<b>Entradas</b>	<b>2.794</b>	<b>2.658</b>	<b>-5</b>
Consulta Simples	240	210	-13
Contratos Novos	778	736	-5
Faturas Novas	392	385	-2
Petições	1.384	1.327	-4
<b>Saídas</b>	<b>2.592</b>	<b>2.380</b>	<b>-8</b>
Consultas Respondidas	246	205	-17
Averbados	1.672	1.523	-9
Deferidos	36	38	6
Indeferidos	90	70	-22
Arquivados	41	33	-20
Exigências	507	511	1

Fonte: DIRTEC

As averbações decorrem de três tipos de processos: contratos novos, faturas novas e petições ligadas aos contratos. As petições podem ser, por exemplo, de aditivo ao contrato, cumprimento de exigência ou solicitação de alteração do Certificado de Averbação. Em 2004, os processos novos representaram 57% das averbações e as petições, 43%.

Com relação à categoria contratual (Tabela 18), Uso de Marcas e Fornecimento de Tecnologia ampliaram a participação relativa nas averbações do período. Os contratos/faturas de prestação de Serviços de Assistência Técnica são responsáveis pelo índice de 62% dos certificados emitidos.

**Tabela 18 – Certificados de Averbação por Categoria Contratual**

<b>Categoria Contratual</b>	<b>Jan./Dez. 2003 (A)</b>	<b>Jan./Dez. 2004 (B)</b>	<b>% em Relação ao Total 2004</b>	<b>Varição do período (B/A)</b>
Uso de Marca	234	247	16	6
Exploração de Patente	39	31	2	-21
Fornecimento de Tecnologia	181	202	13	12
Franquia	41	27	2	-34
Serviço de Assistência Técnica	1.082	938	62	-13
Outros (2 ou mais Categorias)	95	78	5	-18
<b>Total</b>	<b>1.672</b>	<b>1.523</b>	<b>100</b>	<b>-9</b>

Fonte: DIRTEC

A Tabela 19 apresenta uma visão dos principais setores de atividade que adquirem a tecnologia, destacando-se o Químico, o Metalúrgico, o de Veículos Automotores e o de Refino de Petróleo.

**Tabela 19 – Certificados de Averbação segundo os Principais Setores de Atividade da Empresa Cessionária**

Setores (CNAE/BGE)	Jan./Dez. 2003 (A)	Jan./Dez. 2004 (B)	% em Relação ao Total 2004	Δ % do período (B/A)
Comércio por Atacado e Intermediários do Comércio	61	42	3	-31
Eletricidade, Gás e Água Quente	66	48	3	-27
Extração de Minerais Metálicos	83	81	5	-2
Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	37	34	2	-8
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	94	77	5	-18
Fabricação de Coque, Refino de Petróleo	117	115	8	-2
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	28	27	2	4
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	123	97	6	-21
Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	38	31	2	-18
Fabricação de Produtos de Metal - Excluído Máq. e Equip.	74	56	4	-24
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	38	44	3	16
Fabricação de Produtos Químicos	145	182	12	26
Fabricação e Montagem de Veículos Automotores	114	116	8	2
Metalurgia Básica	162	164	11	1
Serviços Prestados Principalmente às Empresas	106	101	7	-5
Demais Setores	388	308	20	-21
<b>Total</b>	<b>1.672</b>	<b>1.523</b>	<b>100</b>	<b>-9</b>

Fonte: DIRTEC

**Tabela 20 – Certificados de Averbação segundo os Principais Países Fornecedores de Tecnologia**

País	Jan./Dez. 2003 (A)	Jan./Dez. 2004 (B)	% em Relação ao Total 2004	Δ % do período (B/A)
Alemanha	231	214	14	-7
Brasil	82	70	5	-15
Canadá	65	58	4	-11
Espanha	55	48	3	-13
Estados Unidos	447	374	25	-16
França	120	107	7	-11
Itália	103	81	5	-21
Japão	109	128	8	17
Reino Unido	96	85	6	-11
Suíça	45	55	4	22
Demais Países	319	303	20	40
<b>Total</b>	<b>1.672</b>	<b>1.523</b>	<b>100</b>	<b>-3</b>

Fonte: DIRTEC

Os estados que mais obtiveram certificados de averbação foram São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis por 65% do total do período. Cabe ressaltar o crescimento de 41% verificado em Minas Gerais, em relação ao mesmo período anterior (Tabela 21).

**Tabela 21 – Certificados de Averbação por Unidade da Federação da Empresa Cessionária**

Estados	Jan./Dez. 2003 (A)	Jan./Dez. 2004 (B)	% em Relação ao Total 2004	Δ % do Período (B/A)
Amazonas	29	22	1	-24
Bahia	70	65	4	-7
Espírito Santo	63	66	4	5
Minas Gerais	128	180	12	41
Paraná	95	61	4	-36
Pernambuco	22	18	1	-18
Rio de Janeiro	384	342	22	-11
Rio Grande do Sul	54	42	3	-22
Santa Catarina	42	16	1	-62
São Paulo	701	641	42	-9
Empresas Estrangeiras	47	23	2	-51
Demais Estados	37	47	3	27
<b>Total</b>	<b>1.672</b>	<b>1.523</b>	<b>100</b>	<b>-9</b>

Fonte: DIRTEC

## 2 REGISTRO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR

O Registro de Programas de Computador tem seu regime jurídico nos Direitos Autorais – Lei n.º 9.610, de 1998, como forma de proteger os interesses de quem o desenvolva. Para que possa garantir a exclusividade na produção, no uso e na comercialização de um programa de computador, o interessado deverá comprovar a autoria, estando, portanto, revestido de grande importância o registro no INPI. O prazo de validade dos direitos é de cinquenta anos, contados a partir de 1.º de janeiro do ano subsequente ao da “data da criação” do programa, garantindo-se o sigilo absoluto das partes do programa, trazidas a registro no INPI.

A demanda por registro de programa de computador (Tabela 22) apresentou um aumento de 2% em comparação ao ano de 2003. Vale notar que a melhoria de tal resultado está condicionada a uma eficiente divulgação do serviço.

**Tabela 22 – Registros de Programas de Computador**

<b>Programas de Computador</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>Δ %</b>
<b>Registro</b>	<b>782</b>	<b>794</b>	<b>2</b>

Fonte: DIRTEC

Os Estados que mais registraram foram São Paulo e Rio de Janeiro, responsáveis por 61% do serviço. Além do Distrito Federal, os Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e da Bahia foram os únicos a apresentar aumento de demanda de serviço em relação ao mesmo período do ano anterior (Tabela 23).

**Tabela 23 – Registros de Programas de Computador por Unidade da Federação**

<b>Estados</b>	<b>Jan./Dez. 2003</b>	<b>Jan./Dez. 2004</b>	<b>% em Relação ao Total 2004</b>	<b>Δ %</b>
Bahia	11	22	3	100
Ceará	14	9	1	-36
Distrito Federal	27	37	4	37
Minas Gerais	54	50	6	-7
Paraná	52	43	5	-17
Pernambuco	12	9	1	-25
Rio de Janeiro	198	239	30	21
Rio Grande do Sul	54	72	9	33
Santa Catarina	34	30	4	-12
São Paulo	300	247	31	-18
Demais Estados	26	36	5	38
<b>Total</b>	<b>782</b>	<b>794</b>	<b>100</b>	<b>2</b>

Fonte: DIRTEC

### 3 DESENHO INDUSTRIAL E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

#### 3.1 Desenho Industrial

O processo de Proteção Legal do *design* é hoje uma realidade imprescindível para a economia interna e externa do país. Em vista disso, o Programa Brasileiro do *Design* – PBD, resultante da união e da articulação entre organizações governamentais, agentes sociais e econômicos, voltados para a promoção e o desenvolvimento do *design* brasileiro, em um dos seus subprogramas, tem como objetivo a conscientização por meio de informação, normalização e proteção legal. A estratégia é aplicada por meio de redes de informações, transferência de tecnologia e proteção legal, padrões e normas técnicas.

De acordo com a Tabela 24, percebemos que os números de depósitos caíram de forma pouco significativa em relação a 2003, mantendo o número de decisões acima do número de depósitos.

Tabela 24 – Pedidos de Registro e Decisões Finais sobre Desenho Industrial

Discriminação	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ%
<b>Depósitos</b>	<b>5.016</b>	<b>4.868</b>	<b>-7</b>
<b>Decisões Finais</b>			
Arquivamento	94	534	468
Indeferimento	106	78	-26
Registro	5.452	4.566	-16
<b>Total</b>	<b>5.652</b>	<b>5.178</b>	<b>-8</b>

Fonte: RPI

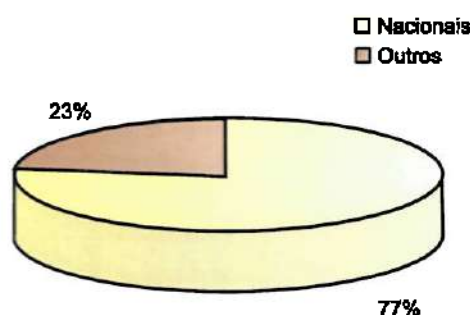
Com a tomada de consciência da necessidade de proteção do *design* e com a adoção, em 1997, da Lei de Propriedade Industrial, n.º 9.270, de 1996, o número de depósitos de pedidos de registro de desenho industrial veio aumentando até 2003, estabelecendo, em 2004, o mesmo patamar: cerca de 5.000 depósitos. A estagnação na marca dos 5.000 depósitos não deve ser vista como um fator negativo. O ano de 2003 refletiu, com êxito, as iniciativas de prospecção da proteção legal dos desenhos industriais quando da publicação do Ato Normativo n.º 161, em junho de 2002, que veio a substituir o Ato Normativo n.º 129, de 1997, o qual estava em desacordo com as necessidades da análise técnica dos desenhos industriais. Desde 2002, a então Divisão de Desenhos Industriais vem participando de treinamentos a fim de orientar o público em geral, quanto à proteção legal concernente aos



desenhos industriais. Os esforços quanto à prospecção da proteção legal, aliados a um desempenho ágil e eficaz nas decisões quanto aos processos dos desenhos industriais, produzem o resultado de uma média de 300 depósitos mensais de pedidos nacionais e 90 de depósitos internacionais. Tais números coroam, de forma animadora, o cenário nacional relativo ao *design* brasileiro protegido.

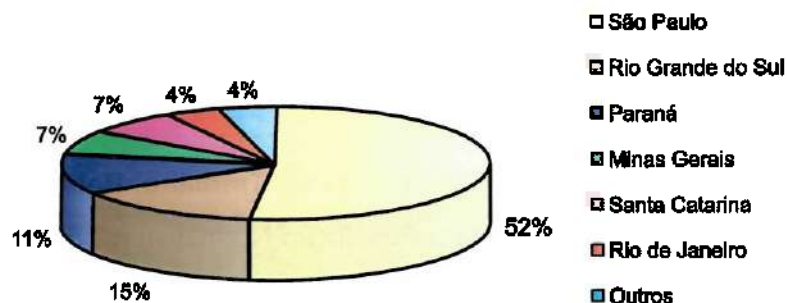
Os setores moveleiro, calçadista e de embalagens são os principais responsáveis pelo significativo número de depósitos nacionais.

**Gráfico 4 – Depósitos de Pedidos de Registro de Desenho Industrial**



Os números de depósitos dos pedidos de registro, oriundos de estados industrializados, compõem o perfil de sua produção industrial.

**Gráfico 5 – Depósitos Nacionais**



### 3.2 Indicações Geográficas

As Indicações Geográficas constituem uma das formas especiais de proteção a bens imateriais ou intangíveis, visando principalmente distinguir a origem de um produto ou serviço, pela qualidade diferenciada e/ou pela excelência da manufatura, ou pela fama de uma área geográfica em comercialização ou obtenção de um determinado produto.

Os signos geográficos que desfrutam de notoriedade, seja em função de características próprias, decorrentes dos fatores naturais e humanos, seja em função do volume de produção, extração ou fabricação, quando juridicamente protegidos, conferem a seus titulares maior possibilidade de desenvolvimento, de valorização de suas atividades e, sobretudo, de proteção e respeito dos princípios que regem as relações de concorrência entre os diversos setores da economia.

Em 2004, foram apresentados cinco pedidos de registro de indicação geográfica e não foram concedidos registros.

## 4 Atividades Realizadas em 2004

### ▶ Atuação Conjunta com Instituições do Governo Federal

- Interação com a Secretaria da **Receita Federal/COANA** com a finalidade de estudar procedimentos relativos ao combate à fraude e à pirataria, disponibilizando o banco de dados da Diretoria.
- Interação com o **Banco Central do Brasil/DECEC**, com a finalidade de aperfeiçoar os mecanismos do Registro Declaratório Eletrônico (RDE) de operações de transferência de tecnologia, serviços técnicos complementares e estudos para elaboração de relatório periódico, contendo as remessas efetivas ao exterior.
- Interação com os **Ministérios do Trabalho, Relações Exteriores e Justiça**, tendo sido assinada a Resolução Normativa n.º 55, de 27 de agosto de 2003, que regulamenta a obtenção de visto de trabalho de pessoal estrangeiro no Brasil.

- Interação com o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SUFRAMA**, com a finalidade de ter maior conhecimento dos aspectos relacionados à tecnologia nos projetos aprovados por aquela instituição.
- Interação com o **Ministério da Ciência e Tecnologia e Com o Banco Central do Brasil/DIBAP**, com a finalidade de elaborar um conjunto de indicadores em ciência e tecnologia e estudar a compatibilização das nomenclaturas adotadas pelo BACEN, no balanço de pagamentos, e pelo INPI, nos contratos de transferência de tecnologia.
- Interação com o **Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual – GIPI**, com a finalidade de propor, discutir e analisar a política governamental no que diz respeito às indicações geográficas.
- Assessoria às empresas domiciliadas no Brasil visando subsidiar a negociação econômica a ser contratada.
- Participação dos técnicos da Diretoria em Cursos, Seminários e Debates em Universidades, Associações de Classe e Federações, no intuito de divulgar os aspectos econômicos e jurídicos inerentes aos processos de transferência de tecnologia, à proteção legal dos desenhos industriais e das indicações geográficas.
- Participação em grupo de trabalho com o objetivo de facilitar o acesso do usuário externo aos serviços oferecidos pela DIRTEC.
- Elaboração de manual de serviços e procedimentos relativos a contratos de transferência de tecnologia.
- Início do processo de digitalização dos pedidos de registro de desenho industrial depositados no país.

Apesar de um crescente reconhecimento da importância de atividades inovadoras para o desenvolvimento sócio econômico do país, acompanhado de uma melhora significativa no desempenho científico (o Brasil contribui com 1% da ciência produzida no mundo), de um avanço na legislação que incentiva a geração de tecnologia (Lei de Inovação e regulamentação de incentivos fiscais) e de uma melhora nos mecanismos de financiamento a ações de pesquisa de desenvolvimento (estabelecimento dos Fundos Setoriais), o país não foi capaz de inserir, de maneira sistemática, ações de propriedade intelectual nas estratégias públicas e privadas de consolidação de um forte sistema nacional de inovação. O resultado se traduz em uma presença bastante reduzida de nacionais no contexto do INPI. Nos últimos cinco anos, a média de depósitos de patentes efetuados por residentes foi de vinte por cento, enquanto que os depósitos de nacionais convertidos em concessões representaram dez por cento da média total. Dessa forma, além de buscar a eficiência processual e qualidade nos exames, o Instituto deve enfrentar o desafio, em parceria com outras entidades relacionadas a atividades de inovação, de facilitar a utilização do sistema de PI por parte de residentes.

Nesse contexto, o Programa PPA 2004/2007 passou a incluir a ação: Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual. Tal desafio envolve a implementação de parcerias no sentido de promover o entendimento e o uso do tema por meio de: 1 - seminários, 2 - treinamento e capacitação (tanto com cursos técnicos de curta duração quanto com programas de graduação ou pós-graduação), 3 - estudos (inclusive para contribuir para subsidiar a atuação brasileira em discussões internacionais em PI), 4 - intercâmbio de especialistas nacionais e estrangeiros e 5 - ações de incentivo e apoio ao uso de mecanismos de PI.

Do acima exposto, verificou-se a necessidade da criação de uma instância na nova estrutura que tivesse dentre suas competências a criação, manutenção e o aperfeccionamento dos meios para a promoção de uma maior participação de brasileiros nos sistemas de proteção da propriedade intelectual e da disseminação da missão do INPI junto à sociedade brasileira.

Esta nova Diretoria teria como função a promoção da articulação das atividades das Diretorias integrantes da estrutura regimental do INPI com universidades, institutos de pesquisas, agências federais, estaduais e regionais de fomento, entidades empresariais, representações de classe e outros organismos públicos e privados dedicados à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, às atividades de extensão tecnológica e à inovação.

Esta Diretoria também tem como função coordenar as atividades relacionadas com a

promoção e o fomento à inovação e à proteção da propriedade intelectual dela resultante; implementar, sob a supervisão do Presidente do INPI e em articulação com as demais Diretorias, as ações que envolvam a colaboração com entidades afins no exterior ou com os organismos internacionais relacionados à proteção da propriedade intelectual; coordenar as funções de documentação e difusão da informação tecnológica; estabelecer parcerias em programas regionais de desenvolvimento e difusão tecnológica; e organizar o atendimento do INPI às necessidades e demandas das micro, pequenas e médias empresas.

## **1 A NOVA ESTRUTURA REGIMENTAL DO INPI**

A nova estrutura regimental do INPI, aprovada pelo Decreto n.º 5.147, de 21 de julho de 2004, cria a Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica que ficou assim dividida: Centro de Documentação e Divulgação da Informação Tecnológica, com duas divisões: Divisão de Orientação e Buscas e Divisão de estudos e Projetos; Coordenadoria Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional, que possui seis divisões regionais, a saber São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília e Fortaleza, anteriormente delegacias regionais; Coordenação de Cooperação Nacional e Coordenação de Cooperação Internacional além de um Divisão de Relacionamentos e Novos Negócios, ligada diretamente a Diretoria.

Essas mudanças tiveram início a partir de setembro de 2004 esperando o seu término para o ano de 2005.

## **2 O PLANO PLURIANUAL 2004 – 2007 E SEUS INDICADORES**

As atividades da DART, a partir de julho/2004, passaram a se pautar pelo disposto no PPA 2004 – 2007, segundo o que prescreve a ação “Disseminação da Propriedade Intelectual”, constante do programa “Propriedade Intelectual”. Tal ação tem como produto final o item “eventos realizados” que, por seu turno, é composto pelo somatório de ações que ficaram assim definidas: Seminários e Programas de Treinamento e Capacitação; Estudos em Propriedade Intelectual; Intercâmbio de Especialistas Nacionais e Estrangeiros e Eventos Internacionais; Ações de Incentivo e Apoio ao Uso de Mecanismos de PI.



### 3 ATIVIDADES REALIZADAS EM 2004 PELAS UNIDADES QUE COMPÕE A DART

#### 3.1 Centro de Divulgação, Documentação e Informação Tecnológica – CEDIN

O CEDIN passou a compor a Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica, reunindo, além da Divisão de Informação Tecnológica – DINTEC e da Divisão de Documentação – DIDOC, a Divisão de Estudos e Programas – DIESPRO, que se incumbirá da elaboração de trabalhos sob demanda, utilizando-se, essencialmente, da informação contida na documentação de patentes.

Embora as metas da DIESPRO para 2005 ainda estejam sendo elaboradas, já se decidiu que alguns trabalhos, desenvolvidos na década de 90 pelo CEDIN, serão atualizados e inseridos no novo cenário econômico. As atividades da nova Divisão serão realizadas por sete técnicos de áreas multidisciplinares, oriundos da área de Buscas e da Diretoria de Patentes – DIRPA.

O CEDIN estuda, ainda, a possibilidade de realizar novos projetos, dentre os diversos temas que possuem importância estratégica, como:

- ▶ Energia eólica;
- ▶ Nanotecnologia;
- ▶ Transgênicos;
- ▶ Biodiesel.

Ao longo de 2004, o CEDIN desempenhou atividades referentes à Reorganização do Arquivo, ao Projeto INPI/OMPI, ao Sistema de Buscas EPOQUE e à Participação em Eventos Internacionais e Nacionais:

##### 3.1.1 Sistema de Buscas *On-Line*

As buscas *on-line*, efetuadas originalmente pela Seção de Orientação e Buscas, foram suspensas durante o ano de 2004, pois os contratos com os titulares das bases comerciais foram revistos pela Procuradoria do Instituto, devendo ser retomadas no ano de 2005.

### 3.1.2 Reorganização do Arquivo

Com a contratação da empresa Recall, retomou-se o projeto de retirada de documentos antigos, tanto do Banco de Patentes quanto da Biblioteca do CEDIN, visando à ampliação do espaço útil do Centro.

### 3.1.3 Atividades no Âmbito do Projeto INPI/OMPI

Visando à produção do CD-ROM da base brasileira para intercâmbio com entidades congêneres, a digitalização dos documentos de patente brasileiros continua sendo realizada pelo CEDIN, tornando-se mais ágil, após a inclusão de dois novos profissionais na equipe durante o ano de 2004. Desenvolveu-se, ainda, no período, uma metodologia própria para a produção da folha de rosto do documento de patente pelo INPI, de forma a agilizar o atendimento ao usuário.

### 3.1.4 Sistema de Buscas EPOQUE

Em junho de 2002, o Escritório Europeu de Patentes – EPO disponibilizou, inicialmente para cinco estações de trabalho no INPI, o acesso ao Sistema EPOQUE (*European Patent Office Query*), que possibilita a pesquisa em 90 milhões de referências, sendo cerca de 30 milhões de documentos de patentes em sua forma integral. O *software*, desenvolvido pelo EPO, tem como objetivo principal acessar e recuperar rapidamente informações relativas a qualquer campo tecnológico já coberto pela publicação de documentos de patentes.

Em junho de 2004, o INPI recebeu, por doação do Escritório Europeu de Patentes, os equipamentos necessários, que permitirão o acesso à nova versão do sistema e, diante das novas negociações mantidas com o EPO, o Instituto pretende acelerar a realização de projetos importantes para eliminar o *backlog* da Diretoria de Patentes e implementar o *paperles* como:

- ▶ transferência de tecnologia para a digitalização dos documentos de patentes utilizando o OCR, possibilitando a pesquisa através de palavras-chave;
- ▶ depósito eletrônico e gestão da documentação de patentes e marcas;
- ▶ treinamento de todos os examinadores de patentes (inclusive os novos), no novo sistema EPOQUE.

A segunda etapa do projeto prevê, também, a aquisição de 160 novos computadores com a configuração prevista, de modo a dotar o corpo de pesquisadores do INPI com o que exista de mais atualizado para a realização dos exames de patentes.

### **3.1.5 Participação em Eventos Internacionais e Nacionais**

Os técnicos do CEDIN participaram como representantes do Instituto em Reuniões Técnicas e como instrutores em Cursos e em Eventos de Capacitação.

#### **3.1.5.1 Eventos Internacionais**

- ▶ Reunião do SCIT da OMPI, que tratou dos temas relacionados à Informação de Patentes, e Reunião sobre o 5.º Plano de Trabalho do Projeto INPI/OMPI, em Genebra, em novembro de 2004.
- ▶ Reunião no Escritório Europeu de Patentes para o lançamento e treinamento da base Latino-Americana – LATIPAT, cujo objetivo consiste em construir e manter atualizada uma base de dados com informações bibliográficas das patentes publicadas nos países latino-americanos, em Haia, em novembro de 2004.
- ▶ Curso de Treinamento e Estratégia de Busca no Sistema EPOQUE, em Haia, em novembro de 2004.

#### **3.1.5.2 Eventos Nacionais**

- ▶ Curso de Introdução à Propriedade Intelectual, da REPICT, e Curso de Bases de Dados de Patentes, em abril, junho e setembro, como palestrantes.
- ▶ Curso Uso de Bases de Patentes como Fonte de Informação Tecnológica, em Belo Horizonte, em maio e junho, como instrutor.
- ▶ Seminário Disseminação da Propriedade Intelectual no Estado da Bahia, em Salvador, em julho, como instrutores.
- ▶ Curso de Busca em Bases de Dados Gratuitas, em Campinas, e Seminário sobre Propriedade Intelectual, em Vitória, em agosto, como instrutor.

- ▶ Estandes do INPI em eventos em Manaus, Brasília, São Paulo, como orientadores.
- ▶ Cursos, Seminários e Congressos de Capacitação dos Servidores do CEDIN, como participantes.

### 3.1.6 Reativação da Biblioteca

A Biblioteca do INPI foi reativada com a contratação de servidor, por concurso, e com a retomada de recebimento de material pertinente à Propriedade Intelectual e temas correlatos. A título experimental, está sendo testado um *software* de catalogação e manutenção do acervo bibliográfico. Além disso, estão sendo implementadas novas parcerias para troca de informações e material de interesse dos clientes interno e externo do INPI.

### 3.1.7 Plano Plurianual - PPA

No tocante à Ação “Disseminação de Informações Tecnológicas”, prevista no PPA e executada pelo CEDIN, assinala-se que o desempenho foi bastante expressivo, com a implementação de 165% da meta estipulada e a realização de 4.296 atividades de informação durante 2004.

As tabelas a seguir apresentam os dados estatísticos das atividades desenvolvidas pelo CEDIN.

Tabela 25 – Orientação e Buscas Realizadas

Atividades	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Buscas Isoladas	350	366	5
Buscas On-Line	169	1	-99
Buscas em CD-ROM	25	21	-16
Fornecimento Cópias de Documentos de Patentes	3.574	3.369	-6
Atendimento a Usuários Externos	1.344	1.262	-6
Reclassificações de Documentos de Patentes	692	572	-17
Correio Eletrônico (E-mail)	4.359	4.310	-1

Fonte: CEDIN

Tabela 26 – Documentação Técnica de Patentes

Atividades	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Buscas Individuais	942	857	-9
Consultas Documentação	51.855	49.974	-4
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes ao Usuário Externo	24.398	21.286	-13
Fornecimento de Cópias de Documentos de Patentes ao Usuário Interno	3.160	3.546	12
Documentos de Patentes Fornecidos a Administrações Estrangeiras por Intercâmbio	62.890	63.204	0,5
Documentos de Patentes Incorporados ao Arquivo de Buscas	129.781	133.781	3
Documentos Incorporados ao Arquivo de Microformas / CD ROM	696.672	296.701	-57

Fonte: CEDIN

Tabela 27 – Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica

Atividades	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Empresas Contratantes	100	98	-2
Documentos Enviados	37.864	38.578	2

Fonte: CEDIN



Tabela 28 – Biblioteca de Documentação Tecnológica

Atividades	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Consultas	2.568	1.789	-30
Fornecimento de Cópia Material Bibliográfico	3.617	7.574	109
Documentos Incorporados ao Acervo	2.354	2.766	18

Fonte: CEDIN

### 3.2 Coordenação de Cooperação Internacional – COOPINT

A Coordenação de Cooperação Internacional – COOPINT assumiu as atividades de cunho internacional da antiga Coordenação de Cooperação Técnica - COTEC, como a assessoria e o apoio à Presidência e às áreas técnicas do Instituto, funcionando como elemento de articulação com outras organizações estrangeiras, incluindo organismos supranacionais, perante as quais representa o Instituto e, quando é o caso, o Governo Brasileiro. Compete, ainda, à COOPINT organizar o intercâmbio de experiências com instituições estrangeiras, promovendo a ida de técnicos do INPI para o exterior, a recepção de delegações que visitam o Instituto e a realização de eventos de caráter internacional em parceria com outras entidades.

#### 3.2.1 Divulgação de Informações sobre Propriedade Industrial

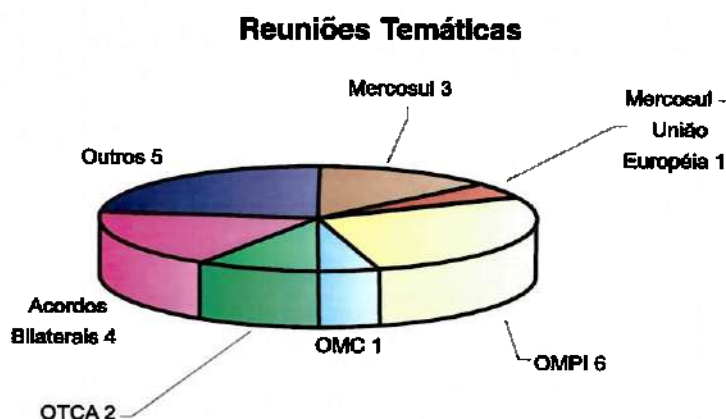
Coube à COOPINT o gerenciamento da ação “Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual” no âmbito do Plano Plurianual – PPA do Governo Federal, coletando dados das áreas técnicas que subsidiam a informação das metas estipuladas para o ano de 2004. Essa atividade, em 2005, passará a ser da responsabilidade da Coordenação de Cooperação Nacional – COOPNAC.

#### 3.2.2 Participação em Reuniões Técnicas do Ministério das Relações Exteriores

Em articulação com outros setores do Instituto, representantes da COOPINT têm comparecido às reuniões técnicas e de coordenação, organizadas pelo Ministério, sobretudo àquelas que objetivam tratar de temas relacionados tanto ao âmbito da ALCA, do MERCOSUL e da aproximação entre MERCOSUL e UNIÃO EUROPÉIA quanto ao posicionamento brasileiro perante as demandas da Organização Mundial do Comércio – OMC e da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI.

O Gráfico 6 apresenta, em números absolutos, a participação do INPI em reuniões de relevância para a cooperação internacional, obtendo-se, apenas no período de setembro a dezembro, a média aproximada de cinco reuniões por mês.

Gráfico 6 – Participação em Reuniões Representando o INPI



### 3.2.3 Outras Atividades

A nova administração definiu, como estratégia, o estabelecimento de acordos de cooperação técnica que viabilizassem a aproximação entre as diversas instituições congêneres ao INPI na América do Sul.

Com base na “Agenda para o Desenvolvimento”, documento apresentado na Assembléia Geral da OMPI, e em co-patrocínio inicialmente com a Argentina e, posteriormente, com Bolívia, Cuba, Equador, República Dominicana, Venezuela, Irã, África do Sul, Quênia, Serra Leoa, Tanzânia, Egito e Peru, foram iniciados contatos, visando a uma possível mudança do viés condutor dos debates no âmbito daquela instituição, destacando-se os seguintes:

- ▶ troca de informações com o *Instituto Nacional de la Propiedad Industrial* da Argentina, resultando em uma visita oficial àquele país em 15 e 16 de dezembro de 2004;
- ▶ entendimentos, durante a realização da IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica entre Brasil e Colômbia, ocorrida na segunda quinzena de novembro, visando organizar diversas atividades conjuntas não só com a Superintendência de Indústria e Comércio, órgão responsável pela Propriedade Intelectual naquele país, mas também com o Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Francisco José de Caldas – Colciencias;
- ▶ entendimentos para promover, ainda no primeiro semestre de 2005, uma Reunião de Alto Nível, versando sobre Propriedade Intelectual, em conjunto com a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia – OTCA, instituição que congrega Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Além disso, realizou-se, em novembro, em parceria com a OMPI, o Seminário de Propriedade Industrial para Países da América Latina, evento tradicional que reúne, sempre no segundo semestre, representantes para um curso de duas semanas, versando sobre temas identificados pelas instituições organizadoras. Neste ano, em sua XXIV edição, no início de novembro, o tema central foi Informação Tecnológica.

Com os países desenvolvidos, podemos destacar a cooperação empreendida com o Escritório Europeu de Patentes – EPO, que possibilita, anualmente, o treinamento de cerca de duas dezenas de servidores do INPI nas mais modernas técnicas de análise e gestão de procedimentos na área de Propriedade Intelectual, por intermédio dos cursos organizados na Europa por aquela instituição.

Como novidade, na atual gestão, iniciamos conversação com o escritório alemão – *Deutsches Patent-und-Markenamt – DPMA*, por meio da representação diplomática daquele país, tendo sido já enviado um documento oficial listando as possíveis áreas de cooperação de nosso interesse.

Com o apoio do *United States Patent and Trademark Office – USPTO*, organizamos o Curso “Sistema de Patentes”, em 26 e 27 de abril de 2004, para os examinadores da Diretoria de Patentes – DIRPA, objetivando a atualização dos parâmetros utilizados por aquele país no exame substantivo de patentes.

Em conjunto com a OMPI, realizamos o Seminário “Sistema Legal do *Patent Cooperation Treaty – PCT* e sua Reforma e o *PCT – Safe*”, em 5 de agosto de 2004, no Instituto Nacional de Tecnologia – INT, no Rio de Janeiro.

Além disso, encontram-se em negociação oito acordos de cooperação técnica, ou instrumentos semelhantes, alguns ainda em fase embrionária, com troca de papéis, e outros já possuidores de minuta redigida e em análise pelas autoridades responsáveis. O quadro a seguir demonstra o estágio das negociações.

### Quadro 1 – Acordos em Negociação

PAÍSES/ORGANIZAÇÕES	TIPO	FASE DE NEGOCIAÇÃO
Escritório Europeu de Patentes	Contrato para Adesão ao Sistema EPOQUE de Buscas	Encontra-se em avaliação pela Procuradoria do INPI a minuta enviada pela EPO.
Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI	Renovação do Acordo INPI – OMPI	Plano de Trabalho V encontra-se em avaliação pela Procuradoria do INPI e pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC (MRE).
Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia	Realização conjunta de Reunião Ministerial de Alto Nível no 1.º semestre/2005	Troca de documentos entre as duas instituições, assim como avaliação conjunta com o GIPI (Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual).
Colômbia	Acordo de Cooperação Técnica com a Superintendência de Indústria e Comércio e realização de <i>workshop</i> sobre Propriedade Intelectual com o Instituto Colombiano para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia Francisco José de Caldas – Colciencias.	Contatos iniciais.
Argentina	Acordo de Cooperação Técnica com o <i>Instituto Nacional de la Propiedad Industrial</i> e com o Instituto Nacional de Vitivinicultura (INV), responsável por Indicações Geográficas para vinhos naquele país.	Visita oficial da delegação brasileira à Argentina em 15 e 16 de dezembro de 2004.
Alemanha	Acordo de Cooperação Técnica com o <i>Deutsches Patent-und-Markenamt (DPMA)</i> .	Troca de informações por intermédio do serviço diplomático alemão.
Moçambique	Estabelecimento de Memorando de Entendimento com o Instituto de Propriedade Intelectual de Moçambique.	Troca de informações.
China	Estabelecimento de Memorando de Entendimento com o Escritório Estatal de Propriedade Intelectual da República Popular da China	Minuta do Memorando de Entendimento em análise pela assessoria jurídica da instituição asiática.
<b>Total</b>	<b>8 Instrumentos de cooperação em análise</b>	

### 3.3 Coordenação de Cooperação Nacional – COOPNAC

A COOPNAC tem como incumbência, no âmbito da Diretoria de Articulação, coordenar as ações de divulgação e disseminação da Propriedade Intelectual, voltadas para as pequenas e médias empresas, instituições de pesquisa e universidades.

Dentre as atividades sob a responsabilidade desta Coordenação, destacam-se:

- ▶ aumentar a participação de agentes inovadores no Sistema de Propriedade Industrial;

- ▶ manter e estimular parcerias e ações conjuntas com universidades e centros de pesquisa, agentes federais, estaduais e regionais de fomento, entidades empresariais, representação de classes e outros organismos públicos e privados, dedicados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação;
- ▶ promover e implementar atividades de disseminação, com vista a estabelecer um crescente entendimento sobre Propriedade Industrial e contribuir para o fortalecimento de ações de inovação tecnológica;
- ▶ coordenar e acompanhar a implantação das atividades e das parcerias fomentadas no âmbito dos demais setores do Instituto, inclusive daqueles diretamente subordinados à Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica.

### 3.3.1 Ações Desenvolvidas pela COOPNAC de Outubro a Dezembro de 2004

#### ▶ **Seminário sobre Sistema Nacional de Inovação**

A Coordenação de Cooperação Nacional, em parceria com o Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SERDHU, organizou e gerenciou o primeiro Seminário sobre Sistema Nacional de Inovação, de 16 a 26 de novembro de 2004, com o objetivo de apresentar as atividades do INPI para os servidores do Instituto, admitidos por concurso público em 2004. Convidados pela COOPNAC, participaram do evento palestrantes de diferentes instituições como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Instituto Nacional de Tecnologia – INT, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Agência de Fomento do Estado da Bahia – DESENBAHIA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Instituto Euvaldo Lodi – IEL, Centro Tecnológico da Marinha – CTM e Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

#### ▶ **Acordo com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ**

A COOPNAC assinou acordo com o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e estabeleceu um Plano de Trabalho envolvendo a criação de um Laboratório de Pesquisa, Ensino e



Capacitação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. O plano envolve a realização de um curso de especialização *lato sensu*, em formato de MBA, e a criação de oito grupos de pesquisa para a elaboração de estudos específicos sobre Propriedade Intelectual e temas correlatos.

▶ **Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP**

Estabeleceram-se, dando continuidade ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado com a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, em março de 2004, algumas atividades a serem empreendidas pela Universidade, incluindo, entre outras, a estruturação de um curso *lato sensu* sobre Gestão de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e a criação de uma metodologia para a criação de Núcleos de Propriedade Intelectual em Universidades.

▶ **Ação Conjunta com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq**

Iniciou-se a elaboração de um plano de trabalho, atualmente sendo avaliado pela DART, para a Implantação de Unidades de Apoio a Núcleos de Propriedade Intelectual no INPI, com o objetivo principal de auxiliar a consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica no âmbito de Instituições de Ciência e Tecnologia, previstos na Lei de Inovação e agraciados no Edital CT – Verde Amarelo / MCT / CNPq / Programa TIB n.º 034, de 2004.

▶ **Ação “Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual” no PPA 2004 –2007**

A COOPNAC assumiu, a partir de outubro de 2004, o gerenciamento da ação “Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual”, no âmbito do Plano Plurianual – PPA, coletando dados das áreas técnicas sobre o quantitativo de eventos nos quais o INPI prestou serviço logístico, operacional e financeiro ou em que seus servidores atuaram como palestrantes. Embora a meta prevista para 2004 fosse de 164 eventos, o total alcançado, 115, expressa a atuação do Instituto e de seus servidores nesse contexto.

### 3.3.2 Atividades em Negociação para 2005

#### ▶ **Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica**

O Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica é anualmente realizado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Em 2005, o INPI, representado pela Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica e com o apoio da COOPNAC, será parceiro da FINEP nos Fóruns e nas etapas de Julgamento e Premiação. Nessa oportunidade, o INPI relançará o Programa de Promoção ao Patenteamento – PROMOPAT, que será oferecido como prêmio aos vencedores da etapa nacional.

#### ▶ **Núcleo de Informação Tecnológica**

Está prevista a criação de um Núcleo de Informação Tecnológica para apoio a micro e pequenas empresas, com a parceira do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro – SEBRAE/RJ, da FINEP e da Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro – REDETEC.

#### ▶ **Unidade de Apoio a Núcleos de Propriedade Intelectual**

Estão previstos cursos de capacitação em diversas regiões do país para integrar o INPI como Unidade de apoio ao estabelecimento de Núcleos de Patenteamento e Escritórios de Transferência de Tecnologia. Tais cursos contarão com parcerias em diversos estados brasileiros e com o apoio de órgãos de alcance nacional, como o CNPq e a FINEP.

#### ▶ **Projeto INOVAR**

O Projeto INOVAR é desenvolvido pela FINEP com o objetivo de articular parcerias e instrumentos que apoiem, de modo integral, o processo de inovação, incentivando que, da bancada dos laboratórios se chegue à transferência de tecnologias desenvolvidas para empresas que possam traduzir, em valor econômico e desenvolvimento social, o enorme esforço da sociedade brasileira para se inserir no cenário científico e tecnológico global. O objetivo da COOPNAC é participar dos fóruns e aplicar o PROMOPAT induzido nos empreendedores cadastrados no Projeto INOVAR, empresas de pequeno e médio porte baseadas no conceito da “Inovação Tecnológica”, transformando projetos de inovação em tecnologias que possam ser levadas ao mercado.

## ▶ **SEBRAE**

O INPI firmou acordo com o SEBRAE Nacional para desenvolver um Plano de Trabalho conjunto para a prestação de serviços de sensibilização e acompanhamento de micro e pequenas empresas e de Arranjos Produtivos Locais – APLs, em questões relativas à proteção da Propriedade Intelectual. O projeto pretende, ainda, levar o piloto do Núcleo de Informação Tecnológica do Rio de Janeiro para todo o país, por meio das trezentas Agências de Desenvolvimento Regional do SEBRAE – ADRs, presentes nas cinco regiões do Brasil. O desafio intrínseco do INPI é transformar as Divisões Regionais em núcleos de proteção e informação e levar esses núcleos para outros lugares, por intermédio de parcerias.

### **3.4 Coordenação-Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional – CGAD**

A Coordenação Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional – CGAD, responsável pelo fornecimento de informações indispensáveis para a promoção do sistema de propriedade industrial e difusão tecnológica, também apoia às unidades descentralizadas do INPI no âmbito administrativo, de capacitação e de serviços.

#### **3.4.1 Atividades Administrativas**

Ao longo do exercício, foram desenvolvidas atividades rotineiras de apoio técnico e administrativo às Divisões Regionais, como o auxílio na instrução e acompanhamento da tramitação processual nas diversas unidades da Instituição.

A Coordenação assessorou, ainda, a Presidência do INPI e a Diretoria de Articulação, em temas específicos, ligados à descentralização administrativa, especificamente nas seguintes atividades:

- ▶ coordenação de Grupo de Trabalho, formado pelos Chefes das Divisões Regionais para a elaboração de instrumento legal (Portaria), visando regular as atividades das Divisões, Representações e Postos Avançados, no âmbito do Sistema de Descentralização;
- ▶ participação em reuniões técnicas para elaboração de proposta de Regimento Interno, decorrente do Decreto n.º 5.147, de 21 de julho de 2004;
- ▶ ações para reestruturação física e funcional da PR-DELE, visando adequá-la às novas competências e atribuições a serem desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Articulação Institucional e Difusão Regional, no contexto do novo Regimento Interno.

### 3.4.2 Atividades de Capacitação

Foi promovido *workshop* sobre o tema “Exame Formal”, com o objetivo de reduzir erros e estabelecer um consenso institucional sobre as normas técnicas e legais em vigor, reduzindo, assim, o desgaste de constantes retrabalhos e o tempo de resposta aos usuários.

O evento, com duração de 40 horas, foi realizado no auditório do edifício-sede do INPI, para um público de doze servidores das unidades descentralizadas, lotados nas recepções técnicas, e ministrado por facilitadores recrutados no corpo técnico das diversas diretorias finalísticas do Órgão.

### 3.4.3 Serviços

No tocante às receitas arrecadadas pelas unidades descentralizadas durante o exercício de 2004, foram registrados significativos aumentos em relação a 2003.

O conjunto de Postos Avançados arrecadou cerca de 84,84% a mais em relação a 2003, destacando-se os Postos Avançados de Patrocínio (MG), Juiz de Fora (MG) e Xanxerê (SC), com crescimento percentual acima de 331,04%, embora em termos absolutos, os três Postos de maior arrecadação tenham sido Patrocínio, Joinville (SC) e Rio do Sul (SC).

As Representações totalizaram um volume de receitas, cerca de 27,75% acima do obtido em 2003, com as Representações da Paraíba, Tocantins e Roraima, com índices anuais de crescimento acima de 57,63%, sendo, entretanto, a maior arrecadadora, a Representação do Estado de Goiás.

As Divisões Regionais, com um índice negativo de 8,5% em 2003, passaram a ostentar um índice positivo de 22% em 2004, apresentando a unidade de Pernambuco o maior crescimento individual, com um aumento anual de 44% em sua arrecadação.

Tal resultado financeiro favorável, entretanto, não corresponde naturalmente a uma maior demanda dos serviços do INPI, que, na verdade, tiveram uma queda que variou entre 1% e 5% em suas diversas modalidades. O crescimento das receitas está ligado a um considerável aumento na tabela de retribuições cobradas pelo Órgão a partir de outubro de 2003, o que se refletiu nos valores ingressos em 2004.

As Tabelas de 29 a 33 apresentam a demanda pelos serviços do INPI, informando o número de depósitos por região, assim como o total arrecadado das Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados.

**Tabela 29 – Depósitos de Marcas**  
**Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

Unidades Descentralizadas	Depósitos	Arrecadação	Depósitos		Arrecadação		Δ % Depósitos	Δ % Arrecadação
			Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	2004/2003	2004/2003		
<b>Divisões Regionais Total</b>	<b>63.439</b>	<b>10.183.289</b>	<b>61.830</b>	<b>13.498.106</b>	<b>-3</b>	<b>33</b>		
Brasília	1.249	179.156	1.351	221.411	8	24		
Ceará	1.312	197.262	1.341	275.298	2	40		
Minas Gerais	4.559	702.135	4.770	930.296	5	32		
Paraná	4.974	757.325	4.627	890.558	-7	18		
Rio Grande do Sul	6.196	1.085.266	5.973	1.323.688	-4	22		
São Paulo	45.149	7.262.146	43.768	9.856.855	-3	36		
<b>Representações</b>								
<b>Norte Total</b>	<b>805</b>	<b>118.548</b>	<b>687</b>	<b>136.619</b>	<b>-15</b>	<b>15</b>		
Acre	51	4.984	23	4.030	-55	-19		
Amapá	13	1.500	7	1.040	-46	-31		
Amazonas	207	30.232	126	23.731	-39	-22		
Pará	308	51.622	339	75.058	10	45		
Rondônia	138	17.236	89	13.001	-36	-25		
Roraima	21	2.514	18	3.770	-14	50		
Tocantins	67	10.461	85	15.990	27	53		
<b>Nordeste Total</b>	<b>3.052</b>	<b>476.068</b>	<b>2.830</b>	<b>539.825</b>	<b>-7</b>	<b>13</b>		
Alagoas	177	25.968	131	24.667	-28	-5		
Bahia	1.200	171.594	986	186.454	-17	9		
Maranhão	84	12.368	68	12.287	-21	-1		
Paraíba	151	20.810	151	28.990	0	39		
Pernambuco	795	132.201	903	179.909	14	36		
Piauí	75	12.951	75	15.370	0	19		
Rio Grande do Norte	401	61.542	426	75.378	6	22		
Sergipe	169	38.615	82	16.770	-51	-57		
<b>Centro-Oeste Total</b>	<b>2.072</b>	<b>298.251</b>	<b>1.989</b>	<b>354.527</b>	<b>-4</b>	<b>19</b>		
Goiás	1.282	177.236	1.263	215.194	-1	21		
Mato Grosso	410	61.424	340	85.194	-17	6		
Mato Grosso do Sul	380	59.592	386	74.140	2	24		
<b>Sudeste e Sul Total</b>	<b>3.081</b>	<b>463.731</b>	<b>3.107</b>	<b>596.221</b>	<b>1</b>	<b>29</b>		
Espírito Santo	661	94.018	702	128.187	6	36		
Santa Catarina	2.420	369.714	2.405	488.035	-1	27		
<b>PA Bahia(*) Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>4.680</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>PAs Minas Gerais Total</b>	<b>226</b>	<b>37.684</b>	<b>821</b>	<b>157.114</b>	<b>263</b>	<b>317</b>		
Juiz de Fora	9	950	89	14.430	889	1420		
Patrocínio	217	36.735	732	142.684	237	288		
<b>PAs Santa Catarina Total</b>	<b>756</b>	<b>105.754</b>	<b>752</b>	<b>136.536</b>	<b>-1</b>	<b>29</b>		
Chapocó	355	47.558	187	30.976	-47	-35		
Joinville	248	38.408	279	58.160	13	46		
Rio do Sul	105	13.227	147	26.000	40	97		
Xanxerê	48	6.564	139	23.400	190	258		
<b>PAs Brasília Total</b>	<b>80</b>	<b>10.760</b>	<b>29</b>	<b>6.307</b>	<b>-64</b>	<b>-41</b>		
Rio Verde	81	8.400	19	4.617	-69	-45		
Santarém	19	2.360	10	1.690	-47	-28		
<b>Sede Total</b>	<b>23.453</b>	<b>-</b>	<b>24.509</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>-</b>		
<b>PAs Sede Total</b>	<b>290</b>	<b>31.480</b>	<b>198</b>	<b>28.730</b>	<b>-32</b>	<b>-9</b>		
Cabo Frio	55	5.942	45	6.890	-18	18		
Campos	52	5.122	43	5.590	-17	9		
Nova Friburgo	31	3.708	23	3.250	-26	-12		
Petrópolis	104	11.784	54	8.320	-48	-29		
Volta Redonda	48	4.925	33	4.680	-31	-5		
<b>PAs Fechados Total</b>	<b>42</b>	<b>5.418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-100</b>	<b>-100</b>		
<b>Total Geral</b>	<b>97.296</b>	<b>11.730.981</b>	<b>96.785</b>	<b>15.458.665</b>	<b>-0,5</b>	<b>32</b>		

Fonte: Mapas Estatísticos das Delegacias, Representações e Postos Avançados.

(\*) Aberto em outubro de 2004.



**Tabela 30 – Depósitos de Patentes e Desenhos Industriais**  
**Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

UNIDADES	Depósitos	Arrecadação	Depósitos	Arrecadação	Δ %	Δ %
	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Jan./Dez. 2004	2004/2003	2004/2003
<b>Divisões Regionais Total</b>	<b>9.959</b>	<b>1.004.350</b>	<b>9.869</b>	<b>1.308.228</b>	<b>-1</b>	<b>30</b>
Brasília	150	34.347	194	36.887	29	7
Ceará	111	8.627	110	10.859	-1	24
Minas Gerais	768	70.953	781	84.492	2	19
Paraná	761	70.894	817	96.923	7	37
Rio Grande do Sul	1.562	204.642	1.423	228.989	-9	12
São Paulo	6.807	614.887	6.544	850.279	-1	38
<b>Representações</b>						
<b>Norte Total</b>	<b>81</b>	<b>5.717</b>	<b>65</b>	<b>4.810</b>	<b>-20</b>	<b>-16</b>
Acre	1	87	1	55	-	-37
Amapá	2	87	3	335	-	-
Amazonas	40	3.559	22	1.730	-45	-51
Pará	22	1.058	26	1.770	18	67
Rondônia	5	174	8	620	60	256
Roraima	7	513	3	165	-57	-68
Tocantins	4	237	2	135	-50	-43
<b>Nordeste Total</b>	<b>358</b>	<b>27.191</b>	<b>290</b>	<b>23.640</b>	<b>-19</b>	<b>-13</b>
Alagoas	26	1.102	12	660	-54	-40
Bahia	155	12.209	85	8.120	-45	-33
Maranhão	9	1.024	13	975	44	-5
Paraíba	31	1.778	32	1.845	3	4
Pernambuco	80	6.766	78	6.600	-3	-2
Piauí	2	87	5	375	150	330
Rio Grande do Norte	44	3.268	41	2.770	-7	-15
Sergipe	11	958	24	2.295	118	140
<b>Centro-Oeste Total</b>	<b>170</b>	<b>22.718</b>	<b>162</b>	<b>17.020</b>	<b>-5</b>	<b>-25</b>
Goiás	123	19.989	105	12.287	-15	-39
Mato Grosso	29	1.723	29	2.935	-	70
Mato Grosso do Sul	18	1.005	28	1.799	56	79
<b>Sudeste e Sul Total</b>	<b>510</b>	<b>45.826</b>	<b>535</b>	<b>52.637</b>	<b>5</b>	<b>15</b>
Espírito Santo	135	14.877	104	12.525	-23	-16
Santa Catarina	375	30.950	429	40.002	14	29
<b>PA Bahia Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>110</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PAs Minas Gerais Total</b>	<b>18</b>	<b>1.739</b>	<b>42</b>	<b>3.740</b>	<b>133</b>	<b>115</b>
Juiz de Fora	4	365	19	1.280	-	-
Patrocínio	14	1.374	23	2.460	64	79
<b>PAs Santa Catarina Total</b>	<b>190</b>	<b>15.481</b>	<b>113</b>	<b>11.528</b>	<b>-41</b>	<b>-26</b>
Chapecó	45	2.442	22	1.517	-51	-38
Joinville	132	12.450	66	8.026	-50	-36
Rio do Sul	12	546	8	795	-	-
Xaxoará	1	44	17	1.190	-	-
<b>PAs Brasília Total</b>	<b>2</b>	<b>153</b>	<b>1</b>	<b>140</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Rio Verde	2	153	-	-	-	-
Santarém	-	-	1	140	-	-
<b>Sede Total</b>	<b>13.528</b>	<b>-</b>	<b>11.263</b>	<b>-</b>	<b>-17</b>	<b>-</b>
<b>PAs Sede Total</b>	<b>20</b>	<b>986</b>	<b>19</b>	<b>2.320</b>	<b>-5</b>	<b>135</b>
Cabo Frio	5	217	6	330	20	52
Campos	2	87	3	165	50	89
Nova Friburgo	7	409	5	275	-29	-33
Petropolis	1	55	4	275	-	-
Volta Redonda	5	218	1	1.275	-80	485
<b>PAs Fechados - Total</b>	<b>36</b>	<b>43.182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-100</b>	<b>-100</b>
<b>Total Geral</b>	<b>24.872</b>	<b>1.167.263</b>	<b>22.359</b>	<b>1.424.064</b>	<b>-10</b>	<b>22</b>

Fonte: Mapas Estatísticos das Delegacias, Representações e Postos Avançados.

**Tabela 31 – Entradas de Pedidos de Averbação e Franquia – DIRTEC\***  
**Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

UNIDADES	Depósitos	Arrecadação	Depósitos	Arrecadação	Δ %	Δ %
	Jan./Dez. 2003		Jan./Dez. 2004		2004/2003	2004/2003
<b>Divisões Regionais Total</b>	<b>513</b>	<b>529.748</b>	<b>496</b>	<b>637.680</b>	<b>-3</b>	<b>20</b>
Brasília	2	2.378	14	7.700	-	224
Ceará	8	5.978	4	3.110	-	-
Minas Gerais	106	99.565	127	143.880	20	45
Paraná	37	34.793	21	24.720	-43	-29
Rio Grande do Sul	34	38.053	19	29.260	-44	-23
São Paulo	326	348.982	311	429.000	-5	23
<b>Representações</b>						
<b>Norte Total</b>	<b>3</b>	<b>3.567</b>	<b>2</b>	<b>3.080</b>	<b>-33</b>	<b>-14</b>
Acre	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Amazonas	1	1.189	-	-	-	-
Pará	2	2.378	2	3.080	-	30
Rondônia	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-
<b>Nodeste Total</b>	<b>18</b>	<b>17.382</b>	<b>14</b>	<b>16.815</b>	<b>-22</b>	<b>-3</b>
Alagoas	1	595	-	-	-	-
Bahia	7	5.987	14	18.815	100	182
Maranhão	-	-	-	-	-	-
Paraná	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	9	9.631	-	-	-100	-100
Piauí	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1	1.189	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-
<b>Centro-Oeste Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Goiás	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-
<b>Sudeste e Sul Total</b>	<b>6</b>	<b>5.518</b>	<b>1</b>	<b>1.540</b>	<b>-83</b>	<b>-72</b>
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	6	5.518	1	1.540	-83	-72
<b>PA Bahia Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PAs Minas Gerais Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juiz de Fora	-	-	-	-	-	-
Patrocínio	-	-	-	-	-	-
<b>PAs Santa Catarina Total</b>	<b>1</b>	<b>1.765</b>	<b>1</b>	<b>1.540</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Chapecô	-	-	-	-	-	-
Joinville	1	1.765	1	1.540	-	-
Rio do Sul	-	-	-	-	-	-
Xanxerê	-	-	-	-	-	-
<b>PAs Brasília Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Rio Verde	-	-	-	-	-	-
Santarém	-	-	-	-	-	-
<b>Rio de Janeiro Total</b>	<b>851</b>	<b>-</b>	<b>841</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PAs Sede Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cabo Frio	-	-	-	-	-	-
Campos	-	-	-	-	-	-
Nova Friburgo	-	-	-	-	-	-
Petrópolis	-	-	-	-	-	-
Volta Redonda	-	-	-	-	-	-
<b>PAs Fechados Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.392</b>	<b>557.980</b>	<b>1.355</b>	<b>660.655</b>	<b>3</b>	<b>-16</b>

(\*) Contratos, Faturas e Franquias

Fonte: Mapas Estatísticos das Delegacias, Representações e Postos Avançados.

**Tabela 32 – Depósitos de Programas de Computador  
Divisões Regionais, Representações e Postos Avançados**

UNIDADES	Depósitos		Arrecadação		Depósitos		Arrecadação		Δ %	Δ %
	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Jan./Dez. 2004	2004/2003	2004/2003	2004/2003	2004/2003		
<b>Divisões Regionais Total</b>	<b>463</b>	<b>186.155</b>	<b>525</b>	<b>251.925</b>	<b>13</b>	<b>35</b>				
Brasília	22	14.940	45	21.985	105	47				
Ceará	10	7.860	10	5.200	-	-34				
Minas Gerais	49	22.995	47	16.895	-4	-27				
Paraná	55	20.510	40	20.670	-27	1				
Rio Grande do Sul	48	13.560	60	25.545	25	88				
São Paulo	279	106.290	323	161.630	16	52				
<b>Representações</b>										
<b>Norte Total</b>	<b>2</b>	<b>600</b>	<b>1</b>	<b>195</b>	<b>-50</b>	<b>-68</b>				
Acre	-	-	-	-	-	-				
Amapá	-	-	-	-	-	-				
Amazonas	1	300	-	-	-	-100				
Pará	-	-	-	-	-	-				
Rondônia	1	300	-	-	-	-				
Roraima	-	-	1	195	-	-				
Tocantins	-	-	-	-	-	-				
<b>Nordeste Total</b>	<b>27</b>	<b>7.135</b>	<b>40</b>	<b>13.020</b>	<b>48</b>	<b>82</b>				
Alagoas	-	-	3	585	-	-				
Bahia	11	1.795	23	6.340	109	365				
Maranhão	1	300	-	-	-	-				
Paraíba	-	-	1	195	-	-				
Pernambuco	13	3.840	8	2.145	-38	-44				
Piauí	-	-	-	-	-	-				
Rio Grande do Norte	-	300	3	1.365	-	-				
Sergipe	2	900	2	390	-	-57				
<b>Centro-Oeste Total</b>	<b>7</b>	<b>1.650</b>	<b>11</b>	<b>3.900</b>	<b>-</b>	<b>136</b>				
Goiás	5	1.200	7	2.925	-	144				
Mato Grosso	-	-	3	585	-	-				
Mato Grosso do Sul	2	450	1	390	-	-				
<b>Sudeste e Sul Total</b>	<b>37</b>	<b>10.285</b>	<b>39</b>	<b>12.480</b>	<b>5</b>	<b>21</b>				
Espírito Santo	6	1.395	9	2.145	-	54				
Santa Catarina	31	7.840	30	10.335	-3	32				
<b>PAs Minas Gerais Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>3.315</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Juiz de Fora	-	-	1	195	-	-				
Patrocínio	-	-	4	3.120	-	-				
<b>PAs Santa Catarina Total</b>	<b>-</b>	<b>1.050</b>	<b>5</b>	<b>1.170</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Chapecó	-	-	-	-	-	-				
Joinville	-	1.050	3	585	-	-				
Rio do Sul	-	-	1	390	-	-				
Xanxerê	-	-	1	195	-	-				
<b>PAs Brasília Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Rio Verde	-	-	-	-	-	-				
Santarém	-	-	-	-	-	-				
<b>Rio de Janeiro Total</b>	<b>133</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>PAs Sede Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
Cabo Frio	-	-	-	-	-	-				
Campos	-	-	-	-	-	-				
Nova Friburgo	-	-	-	-	-	-				
Petrópolis	-	-	-	-	-	-				
Volta Redonda	-	-	-	-	-	-				
<b>PAs Fechados Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Depósitos** (via correio)</b>	<b>111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>				
<b>Total Geral</b>	<b>891</b>	<b>206.875</b>	<b>626</b>	<b>286.005</b>	<b>-30</b>	<b>38</b>				

(\*\*) Pedidos de Registros de Computador recebidos pelo correio.



LOCALIDADES	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Jan./Dez.
<b>TOTAL ARRECADAÇÃO</b>	6.282.755	6.278.878	8.748.977	7.853.839	8.086.042	8.830.593	10.075.415	9.099.590	8.926.314	8.661.570	8.251.764	8.124.779	100.220.458
<b>SEDE + P AS</b>	3.892.049	3.902.618	4.881.889	4.434.335	4.970.457	4.968.667	6.841.482	4.746.631	5.453.504	5.019.428	4.882.412	5.235.239	56.728.348
<b>SEDE Rio de Janeiro</b>	3.693.204	3.300.729	4.880.264	4.422.828	4.887.787	4.884.982	6.837.857	4.745.876	5.451.448	5.016.413	4.878.227	5.231.364	56.081.766
<b>Postos Avançados</b>	3.748	1.798	3.938	2.210	2.630	4.785	3.625	2.885	2.855	3.015	3.685	3.875	37.480
<b>Cabo Frio</b>	315	280	1.160	260	130	685	1.085	185	440	1.005	370	1.170	7.465
<b>Campos</b>	390	380	280	380	185	520	380	520	380	575	780	780	6.766
<b>Novo Friburgo</b>	-	130	685	238	315	380	650	130	650	650	370	-	3.895
<b>Petropolis</b>	1.430	1.080	1.080	1.425	660	2.285	705	780	520	705	1.865	1.785	14.150
<b>Volta Redonda</b>	1.810	310	-	-	1.275	780	520	1.040	390	80	-	190	6.135
<b>DELEGACIAS + P As</b>	2.512.510	2.771.557	3.814.075	3.182.583	3.122.583	3.627.944	3.884.224	4.000.581	3.208.004	3.338.812	3.370.877	3.888.888	48.079.165
<b>BRASILIA + P As</b>	34.798	26.814	46.814	48.888	40.824	46.188	51.075	42.885	33.854	43.630	33.388	52.209	498.264
<b>DELEGACIA BRASÍLIA</b>	34.478	26.344	46.184	47.478	40.484	45.818	50.688	41.978	31.374	43.630	33.078	52.022	491.232
<b>Postos Avançados</b>	320	570	630	538	130	380	910	2.480	2.480	-	310	187	7.142
<b>Rio Verde - Goiás</b>	-	820	290	-	-	620	130	810	2.080	-	60	187	4.887
<b>Santarém - Pará</b>	320	50	390	535	130	130	290	-	400	-	260	-	2.475
<b>CEARÁ</b>	47.054	33.089	41.544	40.884	38.888	55.738	58.352	68.483	81.114	43.953	69.801	68.815	384.526
<b>MINAS GERAIS + P As</b>	152.191	177.078	271.708	234.280	234.383	274.349	280.784	311.181	221.889	223.524	238.440	221.462	2.783.881
<b>DELEGACIA MG</b>	154.691	185.095	248.031	209.282	202.361	234.881	221.184	311.181	197.719	190.904	208.620	181.887	2.588.884
<b>Postos Avançados</b>	17.650	21.878	23.148	32.818	32.832	39.769	9.900	-	23.980	32.620	27.448	27.448	288.087
<b>Juiz de Fora</b>	1.142	1.480	3.977	7.788	2.218	2.115	975	-	-	1.385	4.888	4.070	28.782
<b>Patrocínio</b>	16.508	20.485	18.192	24.250	29.817	37.854	8.805	-	23.980	31.255	23.225	26.376	259.365
<b>DELEGACIA PR</b>	711.831	110.638	168.882	188.989	168.882	198.448	231.798	228.028	169.948	182.872	173.687	268.177	2.121.878
<b>DELEGACIA RS</b>	287.489	199.342	240.778	287.018	288.888	328.189	374.782	397.788	312.470	321.561	333.443	301.482	3.679.041
<b>DELEGACIA SP</b>	1.838.497	3.235.801	3.776.358	3.348.189	2.881.811	2.830.042	3.837.684	2.948.204	2.428.921	2.510.571	2.838.248	2.754.241	38.386.736
<b>REPRESENTAÇÕES</b>	178.185	204.886	273.314	287.141	283.182	383.822	349.739	382.389	284.887	306.331	288.878	300.484	3.412.828
<b>REGIÃO NORTE</b>	12.764	20.792	22.405	11.888	16.860	20.339	17.725	17.725	14.120	14.775	18.878	14.375	267.408
<b>Acé</b>	-	404	520	684	788	788	477	288	130	1.300	310	-	4.870
<b>Avepa</b>	-	-	-	380	130	240	-	-	-	-	-	-	1.818
<b>Azarcos</b>	2.855	3.514	7.035	3.868	3.685	3.685	3.780	880	2.735	8.180	4.302	4.805	46.438
<b>Pará</b>	6.188	14.881	8.818	7.216	8.200	13.824	13.824	12.040	5.370	5.435	9.081	6.478	114.835
<b>Roraima</b>	1.280	1.788	520	477	705	380	2.388	1.878	420	840	2.768	1.335	14.541
<b>Tocantins</b>	315	185	445	130	-	-	290	1.645	780	130	780	485	5.125
<b>REGIÃO NORDESTE</b>	56.774	60.200	89.999	100.882	95.156	96.598	98.781	108.093	83.942	95.082	101.395	104.291	1.091.193
<b>Alagoas</b>	1.367	3.465	3.555	4.865	3.420	1.840	4.185	3.800	3.105	6.145	3.645	4.755	44.147
<b>BAHA</b>	31.378	31.524	33.235	41.804	39.378	30.639	34.584	48.788	29.365	35.192	35.281	30.381	424.741
<b>FA Bahia</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	935	2.138	1.748	4.815
<b>Murubão</b>	2.024	625	3.262	822	2.117	3.865	1.075	1.555	1.660	3.835	2.110	1.790	24.830
<b>Paríba</b>	1.960	2.870	2.975	2.460	6.410	3.385	4.025	2.215	4.100	10.670	2.968	3.618	47.880
<b>PERNAMBUCO</b>	16.684	12.888	27.088	30.738	30.188	38.894	38.187	38.187	33.187	28.775	41.788	48.388	378.848
<b>Piauí</b>	1.165	1.919	1.090	4.710	4.402	2.760	1.890	2.730	1.405	1.305	1.235	910	24.301
<b>Rio Grande do Norte</b>	1.818	7.887	11.978	10.848	18.263	12.780	10.878	9.655	9.655	8.950	6.705	13.618	122.431
<b>Sergipe</b>	696	675	4.905	2.445	1.046	1.895	3.160	2.980	1.565	1.685	4.880	2.430	28.180
<b>REGIÃO SUDESTE</b>	13.172	17.773	18.643	17.441	18.791	26.844	27.380	23.557	17.377	26.949	26.905	24.804	258.835
<b>Espírito Santo</b>	13.172	17.773	18.643	17.441	18.791	26.844	27.380	23.557	17.377	26.949	26.905	24.804	259.635
<b>REGIÃO SUL</b>	63.602	71.888	86.131	103.913	91.173	105.844	128.813	89.634	102.070	113.658	102.478	97.310	1.175.216
<b>SANTA CATARINA + P As</b>	63.602	71.888	86.131	103.913	91.173	105.844	128.813	89.634	102.070	113.658	102.478	97.310	1.175.216
<b>SANTA CATARINA</b>	58.208	55.218	70.109	81.842	68.205	75.433	106.778	81.606	81.606	92.537	78.872	79.462	916.588
<b>Postos Avançados</b>	13.384	16.372	24.023	21.871	22.968	30.411	22.038	24.366	20.464	21.121	23.607	17.888	288.628
<b>Chapadão</b>	1.818	8.854	10.878	7.005	7.005	10.874	2.335	2.335	20.464	21.121	-	-	43.268
<b>Jornville (inaugurado abril)</b>	10.684	8.905	8.789	13.168	8.863	13.277	15.482	14.808	11.150	11.560	18.232	7.185	188.787
<b>Rio de Sul</b>	830	883	8.235	3.810	7.100	8.001	5.718	2.870	3.470	2.645	3.640	4.121	46.083
<b>Xuxuê</b>	288	280	-	130	-	260	520	6.880	6.844	6.916	6.635	6.602	34.509
<b>REGIÃO CENTRO-OESTE</b>	31.884	34.452	47.138	53.068	61.132	63.998	72.277	103.390	47.289	55.867	49.029	59.703	678.573
<b>Goiás</b>	17.165	24.877	32.081	27.778	40.883	34.128	48.847	64.888	23.363	27.465	27.629	48.788	467.108
<b>Mato Grosso</b>	9.099	5.870	8.475	9.975	8.346	11.808	18.838	13.400	13.400	12.740	10.085	8.487	132.841
<b>Mato Grosso do Sul</b>	5.620	3.905	6.590	15.263	12.204	14.888	18.828	19.381	10.536	15.662	11.345	6.530	138.523

Fonte: Mapas Estatísticos

Criada pelo Decreto n.º 5.147, de 21 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental do INPI, a Ouvidoria está vinculada diretamente à Presidência do Instituto, atuando como um canal de comunicação do usuário com a Instituição, fornecendo relatórios com dados gerenciais, capazes de demonstrar as oportunidades de melhorias na gestão administrativa, com resultados mais ágeis e transparentes.

Com a nomeação da Ouvidora-Chefe em novembro de 2004, imediatamente, foi disponibilizado o e-mail [ouvidoria@inpi.gov.br](mailto:ouvidoria@inpi.gov.br), por meio do qual qualquer usuário poderá comunicar-se com o Instituto, sendo possível, também, o atendimento pessoal, pelo telefone (21) 2139-3740 ou pelo fax (21) 2139-3506.

Por não contar, ainda, com um sistema informatizado para registro dos atendimentos, o período de 2004 foi utilizado para capacitação de alguns servidores e visitas a instituições, a fim de conhecer os procedimentos adotados por outras Ouvidorias. Mesmo assim, o atendimento ao usuário, tanto externo quanto interno, funcionou, com presteza e adequação.

Os gráficos a seguir demonstram a atuação da Ouvidoria em 2004.

Gráfico 7 – Atendimento por Origem

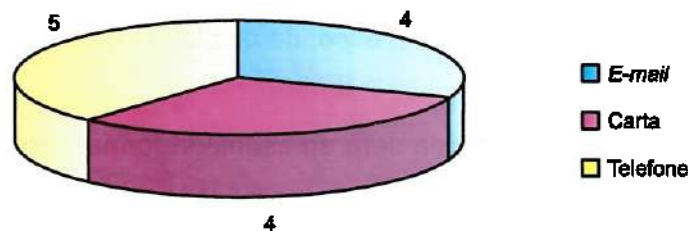


Gráfico 8 – Atendimento por Tipo

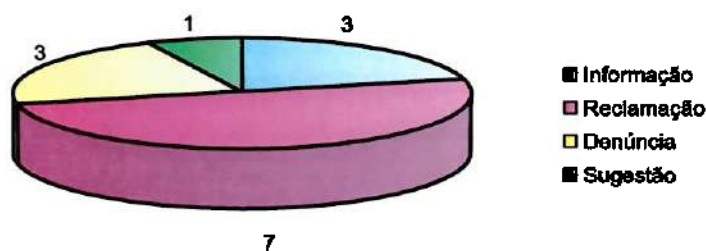
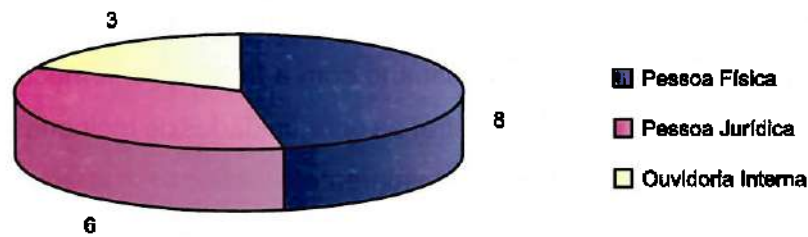




Gráfico 9 – Pessoa Física e Jurídica



O pleno funcionamento da Ouvidoria ocorrerá quando for implantado o sistema informatizado, que está sendo desenvolvido pelo SERPRO, com o suporte de atendimento por um *call center*, previsto para março de 2005, e com maior número de servidores atuando no setor. Para melhor atendimento ao usuário, contará, ainda, com o reaparelhamento e a sistematização do serviço desenvolvido para o Núcleo de Recepção e Divisões Regionais.

A expectativa é de que a Ouvidoria produza relatórios mensais que apontem as dificuldades e êxitos de cada área, de forma a contribuir com a melhoria do serviço prestado ao usuário, cabendo, ainda, ao setor promover ações no âmbito da responsabilidade social, com a elaboração de projetos e parcerias com outras instituições, definindo-se critérios de funcionamento, interna e externamente, por meio de Resolução.

Na atual estrutura, a Ouvidoria será, portanto, um instrumento capaz de proporcionar ao INPI novos elementos para formulação e implementação de políticas, contribuindo, ao mesmo tempo, para garantir seu alto nível ético, de qualidade e de responsabilidade social.

Em março de 2005, a Ouvidoria será apresentada formalmente a todo o Instituto, com a divulgação de material promocional, disponibilizado também no site do INPI.

A atuação do Serviço de Comunicação Social do INPI – SERCOM foi caracterizada, em 2004, pelo trabalho de assessoramento jornalístico e divulgação, principalmente na mídia impressa, das ações de reestruturação do Instituto, a partir da posse da nova Administração. As declarações do Ministro Luiz Fernando Furlan a propósito da necessidade de modernização do INPI, publicadas principalmente no primeiro semestre, atraíram o interesse dos jornalistas para a produção de matérias sobre a Instituição. A visibilidade do Instituto também aumentou com as afirmações do Ministro sobre a função estratégica que o órgão desempenharia na política industrial do atual governo.

Ao mesmo tempo, a expectativa pela indicação do Presidente do INPI, só realizada em setembro, e a morosidade do Instituto nas concessões dos registros de marcas e patentes despertaram também o interesse da mídia que, por meio do SERCOM, solicitava informações e entrevistas com os dirigentes.

Entre outros veículos, os que mais interagiram com o SERCOM foram os jornais Folha de São Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio e Valor Econômico, além da revista Exame, que dedicaram espaço privilegiado ao tema com 74 inserções. Foram também eles que, de uma forma mais ampla, anunciaram a posse e as pretensões da administração que assumiu em setembro. Ao todo, o INPI obteve, no ano, 279 inserções na mídia impressa (sendo 238 positivas e 41 negativas), número 15% inferior, em relação ao registrado em 2003.

Em outro eixo de atuação, o SERCOM procurou substituir algumas pautas recorrentes, como matérias sobre inventos curiosos ou disputas judiciais envolvendo marcas, por um novo enfoque da Propriedade Industrial. A estratégia consistiu no trabalho de divulgação de informações em contato direto com jornalistas sobre a função das patentes como motor das inovações tecnológicas e a inclusão da Propriedade Industrial na Agenda do Desenvolvimento, defendida pelo atual presidente do INPI nos fóruns internacionais.

Com a proposta de disseminação da cultura da Propriedade Industrial, o SERCOM coordenou, também, a participação do INPI em seminários, *workshops* e exposições. O destaque coube aos Encontros do Comércio Exterior (ENCOMEX), promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento, que atraiu micro e pequenos empresários de todo o país, e à Feira Internacional da Amazônia. Para o INPI, foi uma oportunidade de divulgar seus serviços para um público ainda carente de informações sobre o tema.

Na divulgação interna, o SERCOM manteve o envio, pelo correio eletrônico, do *clipping* das matérias de interesse do INPI a todos os funcionários e a publicação das últimas sete edições no *site*. Entretanto, a mesma continuidade não ocorreu com o Boletim Interno BINPI que, desde setembro, não foi mais publicado, para passar por reformulações. A perspectiva é de que, com o novo leiaute, sua periodicidade (mensal) retorne no primeiro trimestre de 2005.

Em relação ao material institucional de divulgação do INPI, o SERCOM atualizou os textos dos folhetos e cartilhas, mas, devido a limitações operacionais à proposta de elaboração de um Plano de Comunicação e ao estabelecimento de uma identidade visual para o Instituto, não foi possível ainda reeditá-los. Da mesma forma, não se manteve a periodicidade da Revista Panorama da Tecnologia, cuja publicação foi interrompida em 2003.

O produto do trabalho realizado pela Procuradoria-Federal, no ano de 2004, nas tabelas de 34 a 40 demonstram a movimentação de ofícios e sentenças em juízo.

Tabela 34 – Entrada de Ações e Ofícios

Ações	Propriedade Industrial, Administrativa e Trabalhista	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Ações Ordinárias	Marca	178	74	-58
	Patente	-	53	-
	Trabalhista	65	17	-74
	Administrativa	-	5	-
Ação Civil Pública	Marca	-	-	-
	Patente	1	1	-
	Trabalhista	-	2	-
	Administrativa	-	1	-
Ações Cautelares	Marca	8	4	-50
	Patente	-	3	-
	Trabalhista	-	-	-
	Administrativa	1	-	-100
Reclamação Trabalhista	Trabalhista	27	6	-78
Mandado de Segurança	Marca	3	7	133
	Patente	3	6	100
	Trabalhista	-	8	-
	Administrativa	9	8	-
Mandado de Penhora	Marca	7	5	-29
	Patente	-	-	-
	Trabalhista	11	4	-64
Ação Rescisória	Marca	5	-	-100
	Patente	-	-	-
Ação Declaratória	Marca	4	3	-25
	Patente	-	1	-
Intimação	Carta Rogatória	9	-	-100
Ação de Execução	Patente	-	-	-
	Trabalhista	-	1	-
	Administrativa	2	6	200
Sumariíssima	Patente	-	-	-
	Marca	1	-	-100
Notificação, Carta, Memorando, Requerimento e outros	Patente	-	-	-
	Marca	6	4	-33
	Trabalhista	3	4	33
	Administrativa	5	2	-60
Carta Precatória	Patente	-	9	-
	Trabalhista	1	1	-
	Administrativa	-	1	-
	Marca	31	19	-39
Interpelação Judicial	Patente	-	-	-
	Administrativa	-	-	-
<b>Total das Ações</b>		<b>380</b>	<b>255</b>	<b>-33</b>
<b>Ofícios</b>		<b>367</b>	<b>284</b>	<b>-23</b>
<b>Total Ações e Ofícios</b>		<b>747</b>	<b>539</b>	<b>-28</b>

Fonte: Livro de Abertura de Processos/PROC

Tabela 35 – Resumo

Ações	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Administrativa	17	23	35
Pessoal	107	43	-60
Propriedade Industrial	247	189	-23
Outros	376	284	-24
<b>Total</b>	<b>747</b>	<b>539</b>	<b>-28</b>

Fonte: PROC

Tabela 36 – Sentenças

Sentenças	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Favorável ao INPI	352	425	21
Contrária ao INPI	280	311	11
Favorável em parte ao INPI	53	100	89
<b>Total</b>	<b>685</b>	<b>836</b>	<b>22</b>

Fonte: PROC

Tabela 37 – Apresentação Anual de Estoque – 2004

Ações 2004	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Ações em Andamento (Mês Anterior)	5.125	5.165	5.192	5.224	5.257	5.297	5.320	5.353	5.385	5.413	5.448	5.474	-
Ações Novas (Jan.- dez.) - Publicadas	41	33	36	35	42	27	34	32	29	35	28	34	406
Subtotal	5.166	5.198	5.228	5.259	5.299	5.324	5.354	5.385	5.414	5.448	5.474	5.508	-
Processos Arquivados	1	6	4	2	2	4	1		1	2		4	27
Total de Ações em Andamento e Saldo para o Próximo Mês	5.165	5.192	5.224	5.257	5.297	5.320	5.353	5.385	5.413	5.448	5.474	5.504	-
<b>Observação</b>													
Ações em Andamento de Jan.- Dez. 2003	5.125												
Ações Novas de Jan.- Dez. 2004	406												
Ações Arquivadas	27												
<b>Total</b>	<b>5.504</b>												

Fonte: PROC - Publicações em Periódicos/2004



Tabela 38 – Apresentação em Juízo – 2004

Processos	Jan./Dez. 2003	Jan./Dez. 2004	Δ %
Ação Rescisória	-	1	
Agravo de Instrumento	8	18	125
Agravo de Petição	1	1	-
Agravo Interno	-	3	-
Apelação	8	-	-100
Contestação	179	136	-24
Contra-Razões ao Agravo	2	2	-
Contra-Razões ao Agravado	3	5	-
Contra-Razões de Apelação	33	46	39
Contra-Razões de Apelado	11	23	109
Contra-Razões de Embargo	-	2	-
Contra-Razões de Recorrido	6	10	-
Contra-Razões de Recurso	4	-	-100
Embargos	2	-	-100
Embargos à Execução	9	9	-
Embargos de Declaração	12	23	92
Embargos Infringentes	-	1	-
Exceção de Incompetência	9	3	-67
Impugnação do Valor da Causa	-	2	-
Mandado de Segurança	-	23	-
Memorial	1	-	-
Petições/Outros	522	530	2
Razão de Agravo	6	-	-100
Razões de Apelação	37	75	103
Razões de Apelo	1	-	-100
Razões de Recorrido	1	-	-100
Razões de Recurso	-	24	-
Razões Final	2	1	-50
Reconsideração	-	1	-
Recurso de Apelação	11	-	-100
Recurso Especial	2	2	-
Recurso Extraordinário	-	-	-
<b>Total</b>	<b>870</b>	<b>941</b>	<b>8</b>

Fonte: PROC

Tabela 39 – Apresentação de Processos por Estados

Estados	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Alagoas				1									1
Amazonas							1						1
Bahia		1	1					1		2	2		7
Ceará						1		2		1			4
Distrito Federal		2	2			2	2		1				9
Espírito Santo					2								2
Goiás					1								1
Mato Grosso do Sul									1				1
Minas Gerais		2	3		2	1	2	1	1	2	6	1	21
Pará		1				1							2
Paraíba							1						1
Paraná	1		3			1	4	2			4		15
Pernambuco			1	1		1			1	1			5
Rio de Janeiro	22	23	37	24	20	24	25	18	22	9	18	7	249
Rio Grande do Norte									1				1
Rio Grande do Sul		3	4	1	2	1	2	4	4	8	3	3	35
Santa Catarina				1	2	1			1		1	1	7
São Paulo	3	8	21	20	18	20	18	10	19	15	19	6	177
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>40</b>	<b>72</b>	<b>48</b>	<b>47</b>	<b>53</b>	<b>55</b>	<b>38</b>	<b>51</b>	<b>38</b>	<b>53</b>	<b>18</b>	<b>539</b>

Fonte: PROC

Tabela 40 – Divisão de Consultoria – DICONs

Divisão de Consultoria	Área	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total	Total Anual
<b>Parcerias</b>	Administrativo			1		3	2	3	5	2				16	21
	Marca	3												3	
	Patente								1	1				2	
	Pessoal													-	
<b>Notas</b>	Administrativo	28	22	17	13	31	27	29	43	26				236	378
	Marca	4	2	5	1	5	10	5	8	15				55	
	Patente	1	2	1	1	6	1	10	5					28	
	Pessoal	14	5	7	4	6	4	6	5	8				59	
Exame de Minuta de Edital e Contratos	Trabalhista	2	1	11	16	24	18	15	17	18				122	122
Exame de Minuta de Edital e Convênios	Administrativa	3	4			1	4	8	3	4				27	27

Fonte: Proc.

## 1 ORÇAMENTO

### 1.1 Lei Orçamentária Anual

O INPI encerrou o ano de 2004 com uma dotação total de R\$ 139.214.434,00. Além dos recursos de R\$ 108.992.518, consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA n.º 10.837, de 16 de janeiro de 2004, o Instituto obteve:

- ▶ crédito, por excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, para pagamento de precatórios, no valor de R\$ 3.444,00, por meio de Decreto do Poder Executivo, em 25 de junho de 2004;
- ▶ crédito, para despesas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 1.472,00, por intermédio do Decreto n.º 4.769, de 16 de dezembro de 2004;
- ▶ crédito, por incorporação do superávit financeiro apurado no exercício de 2003, para pagamento do auxílio-alimentação aos servidores e empregados no valor de R\$ 217.000,00, aprovado pela Lei n.º 11.050, de 29 de dezembro de 2004; e
- ▶ crédito, por incorporação do superávit financeiro apurado no exercício de 2003, para atender às ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior no valor de R\$ 30.000.000,00, aprovado pela Lei n.º 11.081, de 31 de dezembro de 2004, sendo sua execução inviabilizada devido ao exíguo prazo.

Para ajustar a programação de despesas do INPI, também foi aprovado pela Lei n.º 10.975, de 3 de dezembro de 2004, crédito por remanejamento de dotação orçamentária, entre ações, para atender à necessidade de suplementação na ação “Pagamento de Aposentadorias e Pensões”, para pessoal inativo, e na ação “Gestão e Administração do Programa”, para pessoal ativo.

O Anexo I, LOA + Créditos – 2004, é um demonstrativo da dotação final do INPI.

Cabe ressaltar que R\$ 10.776.137,00 da dotação aprovada em Lei foram consignados para reserva de contingência.

## **1.2 Receita**

De janeiro a dezembro de 2004, foram arrecadados R\$ 111.739.138,00, valor que resultou na superação de 2,52% da receita prevista em lei.

As Tabelas 41, 42 e 43 e os Gráficos 10 e 11 apresentam as receitas arrecadadas por fonte, por conta contábil e por comparação da receita dos últimos três anos, no período de janeiro a dezembro.

Tabela 41 – Demonstrativo da Receita por Fonte

FONTE	RECEITA												
	LEI 10.837	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Sep.	Out.	Nov.	Dez.
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	98.731.917	6.319.175	6.232.495	8.786.247	7.857.076	8.068.897	9.633.879	10.090.077	9.102.245	8.928.376	8.697.212	8.287.228	9.130.716
Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	9.260.601	342.249	1.427.959	604.981	1.014.338	2.302.403	1.294.720	546.476	866.908	523.656	1.009.939	633.511	745.377
<b>TOTAL</b>	<b>108.992.518</b>	<b>6.661.424</b>	<b>7.720.454</b>	<b>9.401.228</b>	<b>8.871.414</b>	<b>10.391.300</b>	<b>10.128.600</b>	<b>10.635.552</b>	<b>9.989.153</b>	<b>9.452.032</b>	<b>9.701.151</b>	<b>8.920.739</b>	<b>9.876.093</b>

Fonte: SIAFI

Gráfico 10 – Demonstrativo da Receita por Fonte

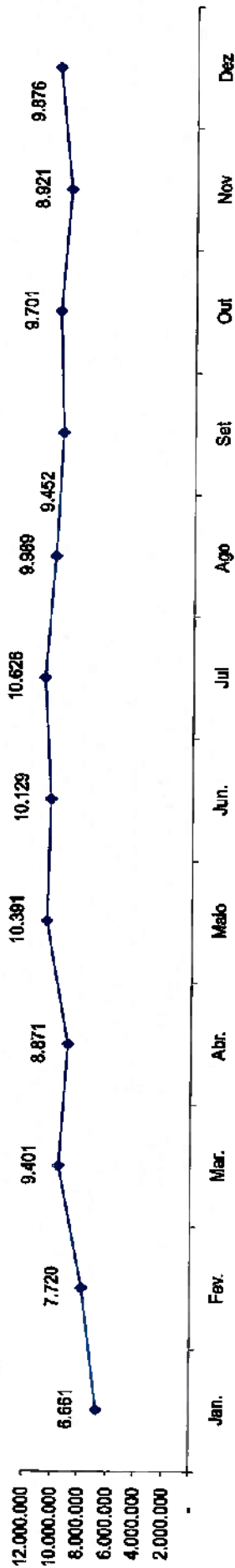




Tabela 42 – Acompanhamento da Receita por Conta Contábil

Especificação	Realizado												TOTAL
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	6.661.424	7.681.972	9.401.425	8.660.600	10.356.652	10.117.591	10.601.058	9.966.568	9.452.162	9.701.281	8.920.738	9.876.062	111.597.563
<b>Receita Patrimonial</b>	944.841	1.392.069	909.491	1.004.198	2.370.347	1.298.504	524.762	866.348	629.419	1.006.697	635.837	747.791	11.216.864
Taxa de Ocupação de Imóveis	2.592	2.592	4.480	2.674	2.592	2.592	3.722	2.326	1.754	2.898	2.326	2.324	32.872
Juros de Título de Renda - Outros Rendimentos de Títulos	342.249	1.369.477	804.991	1.003.524	5.807.987	8.891.699	520.990	994.020	523.669	1.003.959	633.511	746.377	11.183.182
Recicla Remuneração de Aplc. Financ. Na CTU	6.282.755	6.278.878	8.748.977	7.853.839	3.698.042	8.630.593	10.075.415	9.099.590	8.926.344	8.691.579	8.251.764	9.124.719	108.220.156
Remuneração da outra dep. Rec. Não vinculados	45.076	38.888	35.500	87.400	64.073	43.695	79.863	62.399	114.053	130.233	116.758	136.913	924.838
<b>Receita de Serviços</b>	76.393	(76.393)	2.414	(2.414)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serv. de Com. Livros, Periód., Mat. Esc. e Publicidade	1.190	8.977	5.900	5.910	5.746	5.051	85	3.902	11	2.415	-	6.858	43.692
Serviços de Informações Tecnológicas	2.762.198	2.764.654	3.114.410	2.769.423	2.935.609	1.996.094	3.808.634	2.570.102	2.202.574	5.089.674	4.499.389	5.299.692	43.780.876
Serviços de Registro de Marcas	3.107.460	3.102.052	5.079.319	4.657.723	4.822.476	8.075.765	6.860.639	5.812.969	2.482.048	3.317.936	3.480.563	3.482.708	50.982.808
Serviço de Transferência de Tecnologia	152.671	162.407	212.988	169.067	194.288	395.003	219.422	314.906	94.726	101.626	114.910	151.620	2.253.211
Serviço de Registro de Indicações Geográficas	62.628	62.719	97.489	77.805	96.729	109.758	30.114	89.531	-	50	-	455	617.476
Serviço de Registro de Programa de Computador	76.021	75.690	105.681	94.144	96.710	137.803	28.401	119.698	18.750	30.805	30.315	33.790	848.555
Serviço de Informações Científicas e Tecnológicas	-	160.698	104.967	95.780	80.247	137.105	17.594	119.613	6.993	8.638	8.194	10.901	740.307
Outras Receitas de Serviços	-	-	199	-	199	400	195	6.500	27.560	715	1.295	1.895	38.685
<b>Outras Receitas Correntes</b>	33.828	11.025	42.998	563	263	664	040	633	-	32.874	38.198	3.673	181.964
Multas e Juros Previstos em Contratos	-	2.179	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.179
Indeniz. por Danos Causados ao Patr. Público	-	-	2.376	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.376
Restituições de Convênios	-	8.199	(8.199)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Restituições de Benefícios não Desembolsados	-	-	-	-	-	84.571	332	309	438	33.482	33.136	-	155.941
Outras Restituições	33.348	2.647	46.909	456	137	(83.395)	-	-	-	(608)	-	-	107
Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições	-	-	-	107	-	-	608	-	-	-	-	-	450
Receita de Honorários de Advogados	-	-	-	-	128	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	482	-	-	-	-	(482)	-	324	-	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	38.482	(197)	10.814	34.648	11.009	24.495	22.564	(130)	(130)	-	-	141.574
Amortização de Empréstimos	-	38.482	-	10.814	34.648	11.009	24.495	22.564	(130)	(130)	-	-	142.335
Alienação de Outros Bens Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações de Bens	-	38.482	-	10.814	34.648	11.009	24.495	22.564	(130)	(130)	-	-	142.335
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades Tes. Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descontos concedidos	-	-	(197)	-	-	-	-	-	-	(130)	-	-	(761)
<b>Total</b>	8.661.424	7.729.454	9.491.229	8.571.414	10.391.900	10.128.600	10.625.553	9.989.152	9.452.032	9.701.151	8.920.738	9.876.092	111.739.138

Fonte: SIAF

Tabela 43 – Comparativo da Receita 2002 X 2003 X 2004

R\$ 1,00

Especificação	2002	2003	2004	Δ % 2003 / 2002	Δ % 2004 / 2003
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.497.443</b>	<b>88.757.853</b>	<b>111.597.563</b>	<b>2,61%</b>	<b>25,73%</b>
Receita Patrimonial	4.792	7.783.481	11.216.054	162326,57%	44,10%
Receita de Serviços	79.805.667	80.898.062	100.220.455	1,37%	23,88%
Outras Receitas Correntes	6.886.984	76.310	161.054	-98,86%	111,05%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>12.720.626</b>	<b>491.161</b>	<b>142.335</b>	<b>-96,14%</b>	<b>-71,02%</b>
Amortização de Empréstimos	110.579	491.161	142.335	344,17%	-71,02%
Outras Receitas de Capital	12.610.047	-	-	-100,00%	-
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(761)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Descontos Concedidos	-	-	(761)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>99.218.069</b>	<b>89.249.014</b>	<b>111.739.137</b>	<b>-10,05%</b>	<b>25,20%</b>

Fonte: SIAFI

Como se pode observar na Tabela 42, a receita de janeiro a dezembro de 2004 apresenta um acréscimo de 25,20% em relação à arrecadação de 2003, devido, principalmente, ao aumento da tabela de retribuições dos serviços prestados pelo INPI.

No mesmo período (jan. a dez.), a receita de serviços representou 89,69% da composição da receita total do INPI, conforme se pode verificar no Gráfico a seguir.

Gráfico 11 – Composição da Receita



### 1.3 Despesa

Em 2004, foram realizados 64,89% da dotação orçamentária aprovada para o exercício, já que foram executados R\$ 90,33 milhões de uma dotação final (LOA + Créditos) de R\$ 139,21 milhões.

Observa-se, na Tabela 44, que as despesas realizadas com pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 46,46 milhões, consumiram 33,38% do orçamento final do INPI, enquanto as despesas de custeio, no valor de R\$ 39,65 milhões, representaram 28,48% e as despesas com investimento, no valor de R\$ 4,21 milhões, corresponderam a 3,03%.

Cabe ressaltar que o percentual de execução da despesa, se comparado ao orçamento de R\$ 108,9 milhões, inicialmente aprovado na LOA, eleva-se para 82,88%, uma vez que o crédito no valor de R\$ 30.000.000,00, por incorporação do superávit financeiro, apurado no exercício de 2003 para atender às ações da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, foi aprovado, somente, em 31 de dezembro de 2004, inviabilizando a execução.

Tabela 44 – Comparativo da Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

R\$ 1,00

Grupo	Ano	Lei + Créditos	Realizado Jan. a Dez. 2004	% Despesas / Lei + Créditos	% Despesas / Loa
Pessoal e Encargos Sociais	2003	46.024.767	30.116.468	-	-
	2004	46.901.344	46.463.414	-	-
	Δ %	1,90%	54,28%	33,38%	42,63%
Outras Despesas Correntes	2003	33.213.625	16.900.927	-	-
	2004	71.236.953	39.649.444	-	-
	Δ %	114,48%	134,60%	28,48%	36,38%
Investimentos	2003	3.555.400	346.564	-	-
	2004	10.300.000	4.217.479	-	-
	Δ %	189,70%	1116,94%	3,03%	3,87%
Reserva de Contingência	2003	-	-	-	-
	2004	10.776.137	-	-	-
	Δ %	-	-	-	-
Total	2003	82.793.792	47.363.957	-	-
	2004	139.214.434	90.330.337	-	-
	Δ %	68,15%	90,72%	64,89%	82,88%

Fonte: Siasi

No Anexo II e III, apresentamos o Comportamento da Execução da Despesa da Sede do INPI e das Divisões Regionais.

#### 1.4 Superávit Orçamentário em 2004

De janeiro a dezembro de 2004, o comportamento orçamentário (receita x despesa) apresentou um superávit de R\$ 23,06 milhões, conforme se pode observar na Tabela a seguir.

Tabela 45 – Superávit Orçamentário

R\$1,00			
Receita	Despesa	Repasse	Superávit
111.739.138	87.868.559	(808.498)	23.064.081

Fonte: SIAFI

## 2 PLANEJAMENTO

Desde o início da década de 90, o INPI vem envidando esforços para elaborar e implantar melhores práticas administrativas e gerenciais, adotando uma política de Modernização e Desenvolvimento Institucional, com ênfase na questão da automação do Instituto.

Ao ser aprovada a nova estrutura regimental do INPI, a Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento passou a contar com uma Divisão de Planejamento, com a principal competência de definir um planejamento adequado às necessidades do Instituto. A nova Divisão permitirá, a partir da avaliação do último Plano Diretor, conforme posicionamento da diretoria, que a Administração do INPI atue de forma viável, eficaz e inserida no novo Modelo de Gestão do PPA, que prevê o gerenciamento estratégico orientado para resultados e moldado em critérios que atendam às demandas da sociedade.

Esse novo Modelo de Gestão, de responsabilidade de um gerente, que é o titular da unidade administrativa ao qual o programa está vinculado, concebe, ainda, a figura de um gerente-executivo e de um coordenador de ação. Como cada programa é formado por várias ações, verificou-se a necessidade de se ter um coordenador e um substituto que venham a viabilizar a execução e o monitoramento de uma ou mais ações do programa.

Em relação ao resultado do Programa Propriedade Intelectual no ano de 2004, apesar das limitações operacionais do Instituto, alguns dados apresentados demonstram um desempenho bastante satisfatório, conforme se observa na Tabela 46. Por outro lado, deve-se esclarecer que tais resultados ainda são claramente insuficientes para fazer frente à demanda atual pelos serviços prestados à sociedade, particularmente nas áreas de marcas e patentes.



Tabela 46 – Demonstrativo da Execução Física – PPA – 2004

Ação	Produto	Previsão Anual (A)	Meta Física												Acumulado (B)	Δ %	
			Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.			
Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia e de Franquia	Contrato Averbado	1.738 unid.	118	91	173	116	118	125	137	125	114	132	138	138	138	1.523	88
Concessão de Patentes*	Patente Decidida	8.500 unid.	185	371	658	648	780	7025	5.860	4.827	1.706	258	608	285	22.821	285	
Concessão de Registro de Desenho Industrial	Desenho Industrial Registrado	5.400 unid	172	177	307	480	400	635	400	506	291	450	433	314	4.588	84,58	
Concessão de Registro de Indicação Geográfica	Indicação Geográfica Registrada	3 unid	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Concessão de Registro de Marca**	Marca Decidida	100.000 unid	943	1996	1.566	1.484	1.438	1.632	1.628	2.639	3.661	1.625	3.365	6.399	28.366	28	
Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial	Sem Meta Física																
Disseminação da Cultura da Propriedade Intelectual	Evento Realizado	184 unid	-	4	1.586	8	9	15	11	20	15	6	17	-	115	70	
Disseminação de Informações Tecnológicas***	Consulta Atendida	2.600 unid	385	385	383	329	441	471	396	417	335	357	294	240	4.296	165,23	
Implantação do Sistema EPOQUE de Busca de Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes	Sistema Implantado	40%															
Reforma do Edifício-Sede	Edifício-Sede Reformado	5% Exec. Física	0,065	0,065	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,10	0,23	5	
Registro de Programas de Computador	Programa Registrado	724 unid.	63	49	65	59	97	101	67	63	57	35	64	74	794	110	

\*Patente Decidida; Patente Concedida + Patente Indeclara + Patente Arquivada + Patente Extinta

\*\*Marca Decidida; Marca Concedida + Marca Arquivada + Marca Extinta + Marca Promovida

\*\*\*Consulta Atendida; Estudo Realizado + Buscas Realizadas + Atendimento Realizado



A Diretoria de Administração e Serviços – DAS, em conjunto com suas coordenações, desenvolveu, em 2004, ações dentro das diretrizes e dos objetivos de políticas públicas e programas do Plano Plurianual 2004 – 2007 do Governo Federal.

▶ **Programa Primeiro Emprego do Governo Federal**

Atendendo à iniciativa do Governo Federal em gerar oportunidades de trabalho digno para a juventude brasileira e evitar o abandono da escola, o INPI estabeleceu convênio de bolsa de iniciação ao trabalho com a Fundação Infância e Adolescência – FIA, beneficiando 125 menores, total que poderá ser ampliado em 25% com a continuidade do programa.

▶ **Plano de Qualificação do Trabalhador do Governo Federal**

Visando ampliar o grau de profissionalização dos servidores, considerados agentes estratégicos de mudanças organizacionais, o INPI estuda a possibilidade de convênio com universidades particulares e a realização de programas de Treinamento e Capacitação, específicos para as áreas-meio. Em julho de 2004, atendendo à Resolução da Presidência n.º 112/2004 e à Ordem de Serviço n.º 002/2004, implementou o Programa de Capacitação de Recursos Humanos, por intermédio dos Planos Anuais de Capacitação – PACs.

▶ **Programa da Qualidade do Serviço Público do Governo Federal**

Identificando-se com o novo modelo de gestão do Governo Federal, em julho de 2004, o INPI incluiu, em sua estrutura, a Ouvidoria, visando não só integrar e maximizar as ações públicas voltadas para a cidadania, com base na transparência e na qualidade dos serviços, mas também adequar e promover a interação entre Governo, parceiros, fornecedores e público em geral.

▶ **Programa Nacional de Desburocratização do Governo Federal**

Articulando-se com as ações do Governo Federal, a Administração do INPI e a Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI implementaram, em 2004, o Sistema de Controle dos Documentos, com o objetivo de garantir o respeito à credibilidade do cidadão e protegê-lo da burocracia excessiva.

## ▶ Outras Ações

- **Concurso Público** – realizou-se, no primeiro semestre, concurso para provimento de 108 vagas, das quais 92 foram preenchidas entre cargos de nível médio e superior, estando previstos dois outros concursos, em 2005 e 2006, para admissão de 450 servidores;
- **Revisão das Medidas e dos Itens de Segurança** – elaborou-se o plano de escape para o edifício-sede, em atendimento às novas normas do Corpo de Bombeiros, com implementação e treinamento previstos para 2005;
- **Ação Conjunta com a Secretaria do Tesouro Nacional** – encontra-se à disposição, no sítio do INPI, a *Guia de Arrecadação Única – GRU*, com utilização prevista por todos os usuários em 2005, visando reduzir os custos com despesas bancárias, ao desonerar a Instituição em, aproximadamente, R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) e permitir controlar a arrecadação, classificar as receitas com transparência e realizar com agilidade a conciliação aos usuários, com economia na digitalização das guias pré-impressas;
- **Reajustes de Preços** – reajustou-se, em junho de 2004, em uma média de 104%, o preço de impressos, publicações e cópias reprográficas, que não sofriam correção desde 1995;
- **Ações Educativas e Preventivas** – a Seção de Saúde Ocupacional – SESAO, antigo Núcleo de Saúde e Assistência – NUSAUD, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida no trabalho, desenvolveu campanhas de esclarecimento sobre controle de colesterol, índice de massa muscular, prevenção do câncer, controle da pressão arterial, vacinação contra a gripe e combate ao fumo, além de palestras sobre prevenção da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis.

A seguir, encontram-se sistematizados os relatórios parciais da Coordenação-Geral de Administração – CGA, da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH e da Coordenação Geral e Modernização e Informática – CGMI.

## 1 COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CGA

Dentre as ações desta Coordenação-Geral, destacam-se as que se referem aos seguintes setores: Serviço de Administração Predial, Serviços Gerais e Engenharia – SERAP, Seção de Engenharia – SENGE, Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo – SERMAP e Serviço Financeiro – SERFIN.

Das atividades desempenhadas pela Coordenação, merece destaque a possível economia de, aproximadamente, R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), obtida com a indicação da modalidade Pregão para dezoito certames licitatórios e uma Tomada de Preços. A priorização dessas modalidades possibilitou reduções significativas nos preços contratados, tendo em vista que as estimativas de mercado apontavam valores superiores.

**Quadro 2 – Levantamento dos Certames Licitatórios – 2004**

Item	Modalidade	Processo	Objeto	Valor Estimado	Valor Licitado	Diferencial	
				(R\$)	(R\$)	(R\$)	
1	Pregão	002/2004	2614/2003	Comunicação de Dados	1.881.921,00	751.000,00	1.130.921,00
2	Pregão	004/2004	3094/2002	Serviço de Reprografia	1.560.000,00	528.348,00	1.031.652,00
3	Pregão	006/2004	2653/2003	Passagens Aéreas	460.000,00	457.310,00	2.690,00
4	Pregão	007/2004	2982/2003	Ascensoristas e Telefonistas	277.183,74	181.850,00	95.333,74
5	Pregão	005/2004	2438/2003	Mobiliário	178.378,50	72.728,00	105.650,50
6	Pregão	009/2004	1770/2003	Revista RPI	1.733.000,00	649.978,00	1.083.022,00
7	Pregão	010/2004	2409/2003	Confecção de Clichê	14.089,50	14.089,50	0
8	Pregão	011/2004	0062/2004	Etiquetas	74.760,00	71.800,00	2.960,00
9	Pregão	014/2004	3059/2003	Vacinas	19.800,80	17.010,00	2.790,80
10	Pregão	016/2004	0484/2004	Papel Cartão	61.160,40	31.800,00	29.360,40
11	Pregão	018/2004	0546/2004	Aparelhos de Ar Condicionado	144.437,50	89.000,00	55.437,50
12	Pregão	019/2004	2335/2004	Computadores	3.300.000,00	3.948.025,00	648.025,00
13	Pregão	021/2004	0683/2004	Material Odontológico	17.856,94	12.352,42	5.504,52
14	Pregão	023/2004	0513/2004	Material de Escritório	20.910,50	17.410,50	3.500,00
15	Pregão	024/2004	0505/2004	Material de Escritório	8.620,80	5.631,00	2.989,80
16	Pregão	025/2004	0515/2004	Tonnors, Disquetes, etc.	203.573,00	150.264,66	53.308,34
17	Pregão	026/2004	0583/2004	Capas de Processo	14.089,50	12.475,00	1.614,50
18	Pregão	027/2004	0511/2004	Material de Escritório	51.040,40	43.928,00	7.112,40
19	Tomada de Preços	001/2004	1499/2004	Substituição de Disjuntores	88.385,66	59.885,00	28.500,66
					<b>Total</b>	<b>2.994.323,16</b>	

## 1.1 Serviço de Administração Predial, Serviços e Engenharia – SERAP

Compete ao SERAP exercer e supervisionar as atividades relacionadas com serviços de administração, serviços de engenharia, serviços gráficos e atividades auxiliares.

Dentre os processos abertos, cinco não tiveram seus procedimentos de licitação concluídos e nove contratos se encontram em fase de renovação, devendo ser prorrogados e licitados, para dar continuidade aos serviços até 2006. Constata-se, ainda, ser necessário realizar licitações para contratar novos serviços, readequar projetos e atender a recomendações da área jurídica e da Auditoria.

Além disso, o SERAP encaminhou à Administração, para análise e deliberação, os processos referentes a serviços de transporte de servidores, vigilância e monitoramento, reprografia, coleta de lixo e de aquisição de equipamentos para a Gráfica do INPI.

Cabe ressaltar que, com a nomeação do novo chefe da Seção de Arquivo Geral – SEARGE e a criação de comissões específicas para análise dos documentos, evitou-se o arquivamento desnecessário ou em duplicata, inclusive do Diário Oficial da União e da Revista de Propriedade Industrial, representando uma economia considerável no total de caixas encaminhadas à empresa contratada para a guarda de documentos. Com a continuidade do estudo desenvolvido pela Seção de Arquivos Gerais – SEARGE, a propósito da periodicidade legal aplicada à guarda de documentos, o volume de arquivos sob a responsabilidade dessa empresa deverá diminuir.

É importante acrescentar que o SERAP e a Administração do INPI vêm se mobilizando para atender às novas normas do Corpo de Bombeiros. Foi concluído o procedimento de aquisição e instalação de novas luminárias de emergência no Edifício-Sede e criado o Grupo de Emergência – GEM, composto por servidores e terceirizados, lotados em diversos andares do Edifício.



Quadro 3 – Situação de Processos e Serviços até 30/12/2004

Serviço	Ação	Situação Atual
Reprografia	Contrato celebrado entre INPI e Ral Fênix.	Serviços iniciados e com andamento normal.
Limpeza	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato deverá ser renovado normalmente.
Brigada de Incêndio	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato foi renovado até 2005.
Malotes e Franquias junto à EBCT	Regularização da situação através de contratação para 60 meses. Contrato assinado em 6/2000.	Empresa contratada dentro das formalidades legais e serviço em andamento normal, com redução de alguns trechos.
Vigilância	Empresa contratada prestando serviços normalmente. Contrato somente poderá ser renovado por mais seis meses.	Promovida a renovação por 6 meses, com base na legislação pertinente. Aguardando nova licitação.
Despachante Aduaneiro	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Serviços em andamento normal. Contrato renovado até 2005.
Fornecimento de Água Mineral	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Em procedimento de renovação de contrato
Copeiragem	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Em procedimento de renovação de contrato.
Coleta de Lixo	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato com encaminhamento de procedimento de renovação. Aberto processo com vista à nova contratação, conforme a atual realidade do INPI.
Transporte de Servidores, Documentos e Cargas	Criada norma interna para regular o uso das viaturas contratadas. Renovado por mais doze meses até 3/2005.	Serviços em andamento normal. Em andamento o processo 0414/2003, para promover nova licitação com vista à contratação do serviço, enquadrado às exigências e formalidades da Auditoria Interna e da IN 09.
Desinsetização e Desratização	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Em procedimento de renovação de contrato. Em paralelo, está sendo elaborado projeto básico que incluirá novos serviços e maior abrangência.
Guarda de Documentos	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Em procedimento de renovação de contrato
Ascensoristas	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Contrato assinado com a inclusão de postos de telefonistas para atender à demanda do INPI.
Manutenção dos Equipamentos do Parque Gráfico	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Empresa contratada executando os serviços dentro das expectativas do INPI.
Serviço Braçal	Empresa contratada prestando serviços normalmente.	Tramitando renovação do contrato por mais doze meses.



#### Quadro 4 – Gastos Registrados até 30/12/2004

(Considerados todos os pagamentos realizados até 30/12/2004)

<b>Serviço</b>	<b>Total (R\$)</b>
Reprografia	854.650,00
Limpeza	675.000,75
Brigada de Incêndio	<b>210.450,00</b>
Malotes e Franquias junto à EBCT	<b>485.215,59</b>
Vigilância	1.094.082,20
Despachante Aduaneiro	24.291,72
Fornecimento de Água Mineral	34.568,10
Copeiragem	<b>163.884,00</b>
Coleta de Lixo	<b>7.377,92</b>
Transporte de Servidores, Documentos e Cargas	<b>365.887,42</b>
Desinsetização e Desratização	8.430,00
Guarda de Documentos	478.808,84
Ascensoristas	<b>114.944,75</b>
Manutenção dos Equipamentos do Parque Gráfico	<b>11.650,80</b>
Serviço Braçal	86.336,46
<b>TOTAL REALIZADO R\$ 4.615.578,20</b>	

Existe, ainda, o montante de R\$ 129.810,36 (cento e vinte e nove mil oitocentos e dez reais e trinta e seis centavos), inscrito em Restos a Pagar, relativo aos pagamentos que não foram efetuados até 30 de dezembro de 2004, devendo ser faturados ao longo de janeiro de 2005.

#### 1.2 Seção de Engenharia – SENGE

A gestão da SENGE engloba duas ações do Orçamento Anual do INPI: a ação denominada Gestão e Administração do Programa, que abrange os Contratos de Serviços de uso continuado, como os contratos de manutenção, água, luz e telefonia, e a ação denominada Reforma do Edifício-Sede, que abrange os Contratos de Obras.

##### ► **Contratos de Manutenção e de Serviços Continuados**

O total realizado, acumulado no ano, foi superior em, aproximadamente, 1% em relação ao projetado no orçamento, englobando várias empresas.

- **TELEMAR:** apesar de o serviço principal de telefonia fixa ter sido encerrado em 3 de outubro de 2004, o contrato será mantido para o serviço de atendimento às linhas diretas do INPI.
- **EMBRATEL:** o novo contrato para telefonia fixa e *link* com o Edifício da Praça da Bandeira teve início em 4 de outubro de 2004.
- **CEDAE:** o fornecimento de água superou o orçamento, devido à correção da tarifa e ao aumento do consumo.
- **TELEMAR, EMBRATEL e VIVO:** os serviços prestados superaram o orçamento, por não terem sido bloqueados alguns ramais para ligações interurbanas e para celulares, embora isso tenha sido recomendado em relatórios mensais, e pelo aumento de demanda a partir de setembro, em decorrência do maior número de servidores e da criação de outras Unidades na estrutura do INPI.
- **FORTE:** novo contrato de terceirização de mão-de-obra foi assinado em 26 de agosto de 2004, para os Serviços de Telefonistas da Central Telefônica do INPI.

▶ **Reforma do Edifício-Sede e Contratos de Obras**

- Os valores realizados na Ação “Reforma do Edifício-Sede” somaram R\$ 132.900,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos reais), total menor que os valores projetados pelo orçamento anual, que previa um máximo de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais).
- Os projetos básicos enviados pela SENGE para a utilização deste orçamento não foram licitados, ou por ausência de decisão por parte da Administração, ou por impedimentos colocados pela Procuradoria e/ou pela Auditoria do INPI.
- Em função da baixa execução orçamentária na ação “Reforma do Edifício-Sede”, foram remanejados R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) desta ação para cobrir despesas de pagamento de pessoal, em outubro de 2004.
- Concluíram-se os seguintes projetos:
  - Reforma do 10.º andar (obra civil), terminada em 6 de março de 2004, pela Empresa Prioridades Rio Engenharia Ltda., no valor total de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais);

- Reforma da Subestação, executada em 4 e 5 de dezembro de 2004, pela Empresa Torres Engenharia e Consultoria Ltda., no valor de R\$ 59.885,00 (cinquenta e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais).
- Estão em fase de estudos ou aprovação estes projetos:
  - Reforma dos banheiros, copas e salas de limpeza, em fase de aprovação do Edital;
  - Perícia Técnica Estrutural do Edifício-Sede, em fase de elaboração final do Projeto Básico;
  - Projeto Básico do Ar Condicionado Central, em fase de elaboração final do Projeto Básico para Licitação.

#### Quadro 5 – Relação dos Processos Administrativos sob Gerência da SENGE

Processo N.º	Objeto	Empresa	Vigência		Pagamento
			início	término	
52400.005220/01	Manutenção Predial	EBEC	5/9/2004	4/9/2005	quitado 2004
52400.001438/01	Manutenção dos Elevadores	EXCEL	4/2/2004	3/2/2005	quitado 2004
52400.001232/02	Manutenção Central Telefônica	PHILIPS	24/10/2004	23/10/2005	quitado 2004
52400.000009/99	Fornecimento de Água	CEDAE	Contrato de Adesão		quitado 2004
52400.000728/00	Fornecimento de Energia Elétrica	LIGHT	Contrato de Adesão		quitado 2004
52400.001658/2003	Telefonia Fixa	EMBRATEL	2/10/2004	1.º/10/2005	quitado 2004
52400.000162/99	Telefonia Móvel	VIVO	Contrato de Adesão		quitado 2004
52400.000759/00	Telefonia de Longa Distância	EMBRATEL	Contrato de Adesão		quitado 2004
52400.000006/99	Linhas Diretas	TELEMAR	Contrato de Adesão		R\$ 8.671,18 (restos a pagar)
52400.002845/2004	Telefonistas	FORTE	26/8/2004	25/8/2005	quitado 2004

## Quadro 6 – Relação de Obras e/ou Serviços Requisitados no Exercício 2004

Atividade Proposta	Projeto Básico	Valor Estimado (R\$)	Andamento
Término de obra 10.º Pavimento (Parte Civil) Processo n.º 2637/2003	03/11/2003	73.000,00	Obra realizada em janeiro e fevereiro de 2004
Término de obra 10.º Pavimento (Parte Elétrica)	15/6/2004	60.000,00	Obra realizada, em setembro de 2004, pela Manutenção Predial
Reforma de Subestação Processo n.º 1499/2003	14/7/2003	60.000,00	Serviço realizado apenas em dezembro de 2004
Reforma dos Banheiros Processo n.º 926/2004	26/4/2004	1.800.000,00	Licitação não-realizada. Aguardando decisão da Procuradoria / Auditoria
Escada de Incêndio Processo n.º 1.609/2004	28/6/2004	400.000,00	Obra não-realizada. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Projeto de Segurança Processo n.º 1.754/2004	05/7/2004	30.000,00	Projeto não-licitado. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Escada Enclausurada	13/12/2004	1.500.000,00	Obra não-licitada. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Projeto de Ar Condicionado	18/10/2004	140.000,00	Projeto não-realizado. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Perícia Técnica Estrutural Processo n.º 114/2004	13/9/2004	310.000,00	Perícia não-licitada. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Ampliação da Central Telefônica Processo n.º 2268/2004	19/8/2004	370.000,00	Ampliação não-realizada. Aguardando decisão (Presidência / DAS)
Instalação de Ar Condicionado Central – DEINPI/SP Processo n.º 591/2004	15/12/2004	75.000,00	Licitação não-realizada. Aguardando decisão (Presidência / DAS)

### ► Principais Áreas de Risco do Edifício-Sede Relacionadas com a RADIOBRÁS

A SENGE toma ciência, regularmente, dos Relatórios de Inspeção, referentes às instalações físicas e de segurança, emitidos mensalmente pelas empresas EBEC (Manutenção Predial) e ENSEG (Brigada de Incêndio).

Constatamos os seguintes problemas relacionados a Áreas de Risco, cuja solução depende de acordo entre a direção da RADIOBRÁS e do INPI:

- falta de rota de fuga para a população flutuante do Auditório, situado no 21.º pavimento;
- elaboração de Projeto de Segurança contra Incêndio e Pânico;
- cabos de alta tensão trafegando juntamente com a rede hidráulica no 21.º pavimento;
- vidros soltos em “janelas sem acesso para manutenção”, devido à colocação dos isolamentos acústicos do Auditório do 21.º pavimento e do Estúdio do 22.º pavimento;
- infiltrações na laje do 22.º pavimento.



Tabela 47 – Contratos de Manutenção e de Serviços Continuados

AÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acum.	
			R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	Ano R\$
A D M I N I S T R A Ç Ã O	1. EBEC	proj.	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	80,0	960,0
	(Manutenção Predial)	real	79,3	75,9	77,8	75,9	76,5	79,6	73,3	75,0	95,3	94,6	70,7	66,8	940,7	
	2. EXCEL	proj.	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	120,0	
	(Manutenção Elevadores)	real	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	7,8	83,5	
	3. PHILIPS	proj.	5,0	5,0	5,0	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	73,5	
	(Manutenção Telefonia)	real	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,9	5,0	5,0	58,3	
	4. LIGHT	proj.	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	120,0	1.440,0	
	(Fornecimento de Eletricidade)	real	120,4	110,8	115,4	110,4	106,5	98,0	102,7	92,5	98,1	92,3	96,2	93,0	1.233,3	
	5. CEDAE	proj.	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	180,0	
	(Fornecimento de Água)	real	17,0	15,5	18,9	18,5	13,9	18,1	17,4	17,0	18,1	16,1	15,1	15,0	198,6	
D A U N I D A D E	6. FORTE (Telefonistas)	real	-	-	-	-	-	-	-	-	3,8	4,8	4,8	4,8	18,0	
	7. TELEMAR	proj.	40,0	40,0	40,0	40,0	40,0	56,5	56,5	56,5	56,5	-	-	-	426,0	
	(Linhas Diretas)	real	-	61,2	65,4	71,8	63,8	79,7	71,9	73,9	83,4	78,8	33,3	8,7	689,7	
	8. EMBRATTEL VIP-LINE	proj.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,5	56,5	56,5	169,5	
	(Telefonia Fixa)	real	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,2	52,2	55,0	142,4	
	9. EMBRATTEL	proj.	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	168,0	
	(DDD / DDI)	real	-	5,0	16,8	21,5	20,4	23,7	17,4	18,3	21,4	18,4	3,1	14,0	178,8	
	10. VIVO	proj.	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	37,0	
	(Telefonia Móvel)	real	3,2	2,5	2,3	6,1	3,5	3,9	3,5	3,2	4,4	7,5	5,4	7,5	53,0	
		Total	proj.	286,5	286,5	286,5	288,0	288,0	305,5	305,5	305,5	305,5	305,5	305,5	305,5	3.574,0
	(Resultados: multiplicar por 1.000)	real	232,5	283,5	308,0	316,8	296,2	315,6	298,8	292,5	333,0	358,3	293,6	277,6	3.606,4	

► Plano Plurianual PPA: Ação Reforma do Edifício-Sede

Tendo em vista que a programação de trabalho prevista na ação “Reforma do Edifício-Sede do INPI” para o exercício de 2004 não foi realizada, uma vez que dependia de definições da Administração, a meta física alcançada foi de 0,23% da meta definida de 5%.

Dessa forma, como da dotação aprovada de R\$2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais), somente foram executados R\$132.900,00 (cento e trinta e dois mil e novecentos reais), para ajustar a programação de despesas com pessoal ativo e inativo, houve necessidade de remanejamento no valor de 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).



Tabela 48 – Contratos de Obras

R\$ Mil

Reforma do Edifício-Sede do INPI Execução Financeira		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acum. Ano
1. Reforma do 10.º andar * 2003/2004: R\$73,00	Projetado realizado	-	-	-	73,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Reforma dos Banheiros *Valor Estimado: R\$ 1.800,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Reforma da Subestação *Valor Estimado: R\$ 110,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110,0 59,90	-59,9
4. Adequação de Pavimentos *Valor Estimado : R\$ 510,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Reforma da Praça da Bandeira *Valor Estimado : R\$ 140,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Subestação Terraço *Valor Estimado : R\$ 200,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. Projeto do Ar Condicionado Central*Valor Estimado : R\$ 140,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Estimado 2.900,00-1.500 = 1.400,00	Projetado realizado	-	-	-	-73,3	-	-	-	-	-	-	-	-59,9	-

Fonte: DAS/CGA

Obs.: Os projetos indicados com asterisco foram previstos no orçamento de 2004.

Tabela 49 – Contratos de Obras em função do Aumento no Orçamento de 2004

R\$ Mil

Reforma do Edifício-Sede - Execução Financeira		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acum. Ano
8. Vigilância Monitorada. Valor Estimado: R\$ 70,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	35,00	35,00	-	-	-	70,00
9. Aquisição e Inst. Sist. Ar Cond. Central. Valor Estimado: R\$ 2.100,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	282,50	262,50	262,50	787,50
10. Inst. Sist. Controle Temp. do Ar Cond. Valor Estimado: R\$ 600,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200,00	200,00	400,00
11. Instalação Sist. Detecção de Incêndio. Valor Estimado: R\$ 320,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	160,00	160,00	-	-	-	-	-
12. Restauração de Fachada. Valor Estimado: R\$1.688,33	Projetado realizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168,33	168,33	168,33	474,99
13. Perícia Técnica Estrutural do Edifício. Valor Estimado: R\$ 180,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	90,00	90,00	-	-	-	-	-	180,00
14. Término de Obra Elétrica - 10.º andar. Valor Estimado: R\$ 40,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-	-	-	-	40,00
Valor Estimado: R\$5.210,00	Projetado realizado	-	-	-	-	-	130,00	250,00	195,00	35,00	420,83	620,83	620,83	2.272,49

Fonte: DAS/CGA

### 1.3 Serviço de Material, Patrimônio, Protocolo e Arquivo – SERMAP

#### 1.3.1 Atividades Desenvolvidas

- ▶ Realização de duzentos e onze Dispensas de Licitação, representando um aumento considerável de produtividade em relação ao ano de 2003.
- ▶ Realização de treze Inexigibilidades.
- ▶ Encaminhamento de nove Publicações, por intermédio de ofícios ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por ser impossível divulgar pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.
- ▶ Realização de sete Acordos de Cooperação Técnica:
  - INPI X UNICAMP;
  - INPI X SEPLANDS;
  - INPI X SECRETARIA DO RIO GRANDE DO NORTE;
  - INPI X WEG INDÚSTRIAS;
  - INPI X VOTOCEL;
  - INPI X SECRETARIA DA PARAÍBA;
  - INPI X ESAB.
- ▶ Realização de um Termo Aditivo:
  - Convênio INPI X BANCO DO BRASIL.
- ▶ Realização de cento e trinta e nove Publicações, incluindo Avisos de Licitação e Eventos de Licitação, no Sistema SIASG, através do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras – SIDEC.
- ▶ Realização de treze Contratos de Prestação de Serviços:
  - Contrato n.º 01/2004 – Contrato INPI X EMBRATEL;
  - Contrato n.º 02/2004 – Contrato INPI X CAPITAL SEGURANÇA;
  - Contrato n.º 03/2004 – Contrato INPI X UNIBANCO;
  - Contrato n.º 04/2004 – Contrato INPI X EMBRATEL;
  - Contrato n.º 05/2004 – Contrato INPI X FORTE;
  - Contrato n.º 06/2004 – Contrato INPI X EXCELSIOR;
  - Contrato n.º 07/2004 – Contrato INPI X FATTA;
  - Contrato n.º 10/2004 – Contrato INPI X EMBRATEL;

- Contrato n.º 11/2004 – Contrato INPI X EMBRATEL;
- Contrato n.º 13/2004 – Contrato INPI X RAL FÉNIX;
- Contrato n.º 15/2004 – Contrato INPI (DEINPI-SP) X GRAMAPLAN;
- Contrato n.º 16/2004 – Contrato INPI X NOVADATA;
- Contrato n.º 17/2004 – Contrato INPI X AMC.

► Realização de quarenta e um Termos Aditivos de Contratos de Prestação de Serviços:

- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X AMBIENTE;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X EXCEL;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X PRIORIDADES;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X GRAUPERA;
- Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X LOCANTY;
- Termo Aditivo n.º 04/2004 – Contrato INPI X RADIOBRAS;
- Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X DEDALUS;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X M. I. MONTREAL;
- Termo Aditivo n.º 04/2004 – Contrato INPI X PROMOTIONAL;
- Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X ELFE;
- Termo Aditivo n.º 04/2004 – Contrato INPI X CONMED;
- Termo Aditivo n.º 05/2004 – Contrato INPI X CONMED;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X FUNDAÇÃO MUDES;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X FATTA;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X APPA SERVICE;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X ALIANÇA UNIMED;
- Termo Aditivo n.º 04/2004 – Contrato INPI X QUALITY;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X TERCEI;
- Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X ENSEG;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X RECALL;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X SERPRO;
- Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X FAST PORT;
- Termo Aditivo n.º 06/2004 – Contrato INPI X ALIANÇA;
- Termo Aditivo n.º 04/2004 – Contrato INPI X LIDERSET;
- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X TECNOCOOP;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X TECNOCOOP;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X EBEC;
- Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X PHILIPS;

- Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X DENTAL EUROPA;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X CTZ;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X RELACIONAL;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X SERPRO;
  - Termo Aditivo n.º 05/2004 – Contrato INPI X BANDEIRANTES;
  - Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X MONTREAL;
  - Termo Aditivo n.º 03/2004 – Contrato INPI X LOCANTY;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X UNIMED;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X HOPE;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X EXCELLENCE;
  - Termo Aditivo n.º 01/2004 – Contrato INPI X NOVA RIO;
  - Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI X FIA;
  - Termo Aditivo n.º 02/2004 – Contrato INPI (DEINPI-BA) X OPENMAX.
- ▶ Realização de oitocentos e noventa e sete consultas ao Sistema de Cadastramento de Fomecedores – SICAF.
  - ▶ Distribuição de vinte e cinco Editais, sendo ainda consultadas cerca de mil e seiscentas empresas, com o objetivo de obter Preços Estimados para as diversas Aquisições e Contratações.

**Tabela 50 – Registros de Entrada e Saída de Material do Núcleo de Almoxarifado**

<b>Especificação</b>	<b>Quantidade (unidade)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Entrada de Material	44.801	308.480,32
Saída de Material	349.775	636.405,07

## **1.4 Serviço Financeiro – SERFIN**

### **1.4.1 Superávit Financeiro**

O Superávit Financeiro, no final de 2004, apresentou um volume de recursos na ordem de R\$ 81,6 milhões, os quais foram investidos em aplicação financeira à conta do Tesouro Nacional, desdobrados em R\$ 26,1 milhões do exercício de 2004 e R\$ 55,5 milhões de exercícios anteriores.

### 1.4.2 Controle da Receita

O Serviço Financeiro – SERFIN, antiga COFIN, participou da reunião na Secretaria do Tesouro Nacional, em que foram definidas as providências sobre a regulamentação do Inciso II do artigo 98 da Lei n.º 10.707, de 30 de julho de 2003, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências”.

Com vista a cumprir o Decreto n.º 4.950, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias e demais entidades integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e a Instrução Normativa STN n.º 03, de 12 de fevereiro de 2004, que instituiu e regulamentou os modelos da Guia de Recolhimento da União – GRU, já se encontram à disposição dos interessados, nos serviços do INPI, na Internet, os novos formulários de cobrança bancária.

Utilizada, obrigatoriamente, para recolher receitas e demais valores à Conta Única do Tesouro Nacional e efetuar pagamentos entre os órgãos da Administração Pública Federal que compõem o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, a GRU tem como objetivos padronizar a arrecadação dos Órgãos da Administração Pública Federal, aumentar a transparência na classificação das receitas, exercer um controle efetivo sobre o orçamento público e atender às necessidades das Unidades Gestoras do Governo Federal em relação a esse processo.

Determina a Legislação que, a partir de 9 de julho de 2004, o ingresso de receitas e o estorno de despesas na Conta Única da União deverão ser efetuados, obrigatoriamente, pela GRU, admitindo-se, excepcionalmente, em período de transição, o ingresso por meio de depósito direto naqueles códigos que se encontrarem ativos.

No intuito de cumprir predita Legislação Federal, o SERFIN tomou as providências necessárias no Banco do Brasil quanto à classificação dos códigos das diversas receitas por áreas de arrecadação, assim como também instou a CGMI a adequar o sistema atual do controle da arrecadação ao modelo da GRU definido pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Tempestivamente, a Coordenação-Geral de Modernização e Informática adaptou e finalizou os trabalhos de implantação da GRU, colocando-a em produção, de acordo com a tabela de preços dos serviços do INPI.



Cabe destacar que o gasto médio mensal do INPI, até a implementação da GRU em 2004, era de, aproximadamente, R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), valor pago ao Banco do Brasil para fornecer e processar as guias de recolhimento pré-impresas.

Com a nova sistemática da utilização da Guia de Recolhimento da União – GRU, o INPI ficou desonerado de tal despesa, pois, como estabelece o parágrafo 2.º do artigo 2.º, o agente financeiro não fará jus ao recebimento de tarifa pelos serviços referentes à arrecadação por meio das citadas guias.

Ao final do exercício de 2004, apenas 10% da despesa destinou-se a pagamento ao Banco do Brasil, pelo processamento das guias antigas pré-impresas, já que a emissão das GRUs alcançou o percentual de, aproximadamente, 90% das guias pagas mensalmente nos bancos.

A adoção dessas medidas permite não só extrair, pelo SIAFI, relatórios da receita detalhada dos diversos serviços das Diretorias, mas também controlar, de modo eficaz e confiável, a arrecadação da Autarquia.

### 1.4.3 Decomposição Financeira – 2004

Tabela 51 – Decomposição Financeira – 2004

		Em R\$ 1,00
<b>Posição em 31 de dezembro de 2004</b>		<b>%</b>
<b>Demonstrativo da Receita</b>		<b>111.739.137,77 100,0</b>
Receita Patrimonial	11.216.054,24	10,0
Receita de Serviços	100.220.455,35	89,7
Outras Receitas	160.293,31	0,1
Amortização e Financiamento	142.334,87	0,1
<b>Demonstrativo da Despesa Realizada</b>		<b>87.868.558,72 100,0</b>
Folha de Pessoal	46.463.413,90	52,9
Diárias	573.336,22	0,7
Passagens	1.013.000,00	1,2
Outros Custeios	35.615.324,73	40,5
Equipamento, Material Permanente	4.203.483,87	4,8
<b>Superávit Financeiro (2003+2004)</b>		<b>81.652.484,77 100,0</b>
<b>Superávit do Exercício Anterior (2003)</b>		<b>55.513.530,41 68,0</b>
Restos a Pagar Cancelados (2003)	3.074.873,60	3,8
Repasses Concedidos	(806.498,29)	0,2
<b>Superávit do Exercício (2004)</b>		<b>26.138.954,36 32,0</b>
<b>Previsão da Receita Orçamentária*</b>		<b>138.407.935,71 100,0</b>
Receita Arrecadada	111.739.137,77	80,7
Receita a Arrecadar	26.668.797,94	19,3
<b>Média Mensal Arrecadada</b>	<b>9.311.595,00</b>	
<b>Fixação da Despesa Orçamentária*</b>		<b>138.407.935,71 100,0</b>
Despesa Realizada	87.868.558,72	63,5
Despesa a Realizar	50.539.376,99	36,5
<b>Média Mensal Arrecadada</b>	<b>7.322.380,00</b>	
<b>Superávit Orçamentário</b>		<b>23.870.579,05</b>
<b>Disponibilidade de Caixa</b>		<b>87.625.367,65</b>

Fonte: SERFIN

(\*) Incluídos R\$30.217.000,00 liberados em 31/12/2004

## 2 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS – CGRH

Composta pelo Serviço de Administração de Recursos Humanos – SERAD e pelo Serviço de Administração de Recursos Humanos – SERDHU, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH teve homologado, em 22 de junho de 2004, o Concurso Público realizado pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NCE/UFRJ iniciando-se os ritos internos de nomeação, posse e exercício dos 92 candidatos aprovados dentro das vagas autorizadas pela Portaria MPOG n.º 110, de 24 de julho de

2003. Ao longo dos meses de agosto a dezembro, atendeu-se às normas para admissão no Serviço Público, e esses servidores iniciaram suas atividades laborativas, conforme será relatado pelo SERAD e pelo SERDHU.

Visando capacitar os servidores do Instituto, realizaram-se, em 2004, 161 ações de curta, média e longa duração e, em julho, ao ser instituído o Programa de Capacitação de Recursos Humanos, atingiu-se um importante marco nesse processo, que passa a incorporar uma nova forma de dinamizar o desenvolvimento e a gestão dos Recursos Humanos no INPI.

Além disso, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida dos servidores ativos, inativos e respectivos dependentes, promoveram-se eventos de caráter preventivo, conscientizando-os a respeito de temas fundamentais, conforme descrevem as atividades da Seção de Saúde Ocupacional – SESAO.

### 2.1 Serviço de Administração de Recursos Humanos – SERAD

Este Serviço teve, como fato marcante de 2004, o preenchimento de 92 das 108 vagas, em cargos de Nível Médio (Técnico) e Nível Superior (Assistente de Pesquisa, Tecnologista e Analista de C&T), a partir da data da homologação do Concurso Público.

Quadro 7 – Distribuição, por Cargos, das Vagas Autorizadas para o Concurso e Respectiva Ocupação

Cargo	Vagas	Autorizadas	Em Exercício
Assistente de Pesquisa (Nível Superior)	Engenharia Eletrônica	12	02
	Engenharia Química, Engenharia Mecânica	07	03
	Química, Têxtil.	03	02
	Ciências Biológicas	10	10
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>17</b>
Tecnologista (Nível Superior)	Qualquer Área de Atuação	16	16
<b>Total</b>		<b>16</b>	<b>16</b>
Analista em C&T (Nível Superior)	Ciências Contábeis ou Econômicas	02	01
	Administração	04	04
	Engenharia de Computação	04	04
	Engenharia Civil	01	01
<b>Total</b>		<b>11</b>	<b>10</b>
Técnico (Nível Médio)		49	49
<b>Total</b>			<b>49</b>
<b>Total Geral</b>		<b>108</b>	<b>92</b>

Efetuando-se uma análise da relação de vagas existentes X servidores empossados, registramos que não houve candidatos aprovados em número suficiente para os cargos de Assistente de Pesquisa, nas áreas de atuação de Engenharia Eletrônica; Civil e Mecânica, Química ou Têxtil e para o cargo de Analista em C&T, nas áreas de Ciências Contábeis ou Econômicas.

Além disso, foi notado um leve *turnover* após a posse dos candidatos aprovados, já que ocorreram desistências e exonerações a pedido, após um breve período de atividade de alguns dos novos servidores.

Diante dessa constatação, mesmo que não seja possível melhorar os salários, deve a Instituição oferecer condições organizacionais, para reter mão-de-obra extremamente qualificada e selecionada por concurso público.

### 2.1.1 Seção de Cadastro de Lotação – SECLLOT

Cabe à SECLLOT implementar e acompanhar ingressos e afastamentos temporários ou definitivos de servidores ativos, inativos e de pensão, preservando suas vidas funcionais, com a manutenção e a atualização do cadastro de pessoal, e garantindo seus direitos pela concessão de benefícios. Além disso, compete à Seção elaborar os Boletins de Pessoal e dar publicidade aos atos praticados pela administração no Diário Oficial da União.

Pelas atribuições da SECLLOT, pode-se demonstrar a força de trabalho do INPI que, em 2004, contou com um efetivo de 623 servidores ativos, 290 aposentados, 49 instituidores de pensão e 61 pensionistas, conforme o quadro a seguir.



**Quadro 8 – Demonstrativo da Força de Trabalho  
(Pessoal Civil Ativo) – Jan. a Dez. de 2004**

Discriminação	Jan. a Dez. de 2004	Denominação
Quadro Permanente	802	Pesquisador: 167 Tecnologista: 76 Analista em C&T: 49 Técnico: 215 Assistente em C&T: 95 4 servidores afastados por licenças incentivada e sem vencimentos (2 Técnicos e 2 Tecnologistas) e 1 afastado (1 Assistente)
	(+5)	Servidores cedidos a outros órgãos conforme discriminado a seguir
	(+16)	
	<b>623</b>	<b>Total do Quadro Permanente</b>
Cedidos	16	TRE: 8 (5 Assistentes e 3 Técnicos) Pres. da República: 2 (Assistentes) TRT: 01 (Técnico) SERPRO: 1 (Analista) ANCINE: 2 (Analista) ANP: 1 (Pesquisador) IBAMA: 1 (Técnico)
DAS com vínculo	2	Servidores do CNPq
DAS sem vínculo	11	
DAS exercido por outras carreiras	4	Procuradores Federais – AGU
Requisitados de Outros Órgãos	2	Empregado do SERPRO e da PETROBRAS
<b>Subtotal</b>	<b>658</b>	
Lotação Provisória :	01	Analista C&T – CNPq
Servidores de outras carreiras em exercício no INPI	34	Procuradores Federais – AGU
<b>Total</b>	<b>693</b>	

Fonte: SECLLOT

Em termos de ações realizadas no ano de 2004, podemos citar a informatização de alguns processos internos que possibilitaram uma melhoria no fluxo de trabalho e na qualidade das informações, embora ainda existam restrições operacionais a serem minimizadas.

### 2.1.2 Seção de Legislação de Recursos Humanos – SELEG

A Seção de Legislação de Recursos Humanos – SELEG tem por finalidade orientar a Coordenação-Geral de Recursos Humanos e suas unidades no que se refere à aplicação da legislação de Recursos Humanos, bem como sanar dúvidas e orientar os servidores ativos, aposentados e pensionistas quanto a direitos, deveres e vantagens advindos da legislação de pessoal.



Assim, no decorrer de 2004, a SELEG analisou 414 processos, como os referentes a direitos e deveres de servidores, reclamações judiciais e processos administrativo-disciplinares, atuando, efetivamente, como apoio técnico legal às ações da Coordenação Geral de Recursos Humanos – CGRH.

### 2.1.3 Seção de Controle de Pagamento – SECPAG

Dentre as atribuições regimentais da SECPAG, destaca-se a elaboração de cálculos para pagamento de remunerações relativas a passivos oriundos de exercícios anteriores.

Nesse contexto e com o intuito de subsidiar as ações da CGRH, foi realizado um levantamento visando estabelecer o montante desse passivo. Após o levantamento, obteve-se o quadro a seguir.

**Quadro 9 – Demonstrativo do Montante do Passivo  
Exercícios Anteriores (Processos já Formatados)**

Assunto Processo	Valor (R\$)
Adicional 18% (6 processos)	49.094,35
Anuênio (1 processo)	544,88
GDACT (5 processos)	28.892,00
Pensão (1 processo)	6.761,62
Quintos / Décimos (3 processos)	95.382,64
Titulação (2 processos)	1.283,33
Vantagem Pecuniária (1 processo)	299,35
Pagamento de DAS (1 processo)	10.309,00
Acerto Financeiro (1 processo)	2.307,86
Revisão de Aposentadoria (1 processo)	24.396,22
<b>Total</b>	<b>219.271,25</b>

Fonte: SECPAG

Esse montante se refere a processos já formatados; no entanto existem alguns que aguardam decisões administrativas e judiciais, e/ou o cálculo dos valores a serem pagos, o que causará um aumento tanto no valor do passivo como no impacto do orçamento. Para que se possa efetuar o pagamento desse passivo, aguarda-se a respectiva disponibilidade orçamentária.

### 2.1.4 Seção de Saúde Ocupacional – SESA0

À SESA0 cabe buscar a melhoria na qualidade de vida dos servidores ativos e aposentados do INPI, bem como de seus dependentes e pensionistas, com o desenvolvimento de programas de prevenção e tratamento médico, odontológico, psicológico e social. Além

disso, é da competência da SESAO implementar ações relativas à Medicina do Trabalho, formular e propor, em parceria com instituições públicas sem fins lucrativos, programas sociais que tenham como objetivo a inclusão social.

▶ **Atendimento Médico-Ambulatorial**

Enquanto no atendimento médico, o maior número de consultas ocorreu por suspeita de estado gripal, problemas cardiovasculares, ortopédicos e um elevado número de solicitações de exames para avaliação e orientação clínica, no de enfermagem, predominou a verificação de temperatura e pressão arterial, a administração de medicamentos e a realização de testes de glicemia e colesterol.

**Quadro 10 – Atendimento Médico-Ambulatorial**

Atendimento	Total
Consulta Médica	2.968
Atendimento de Enfermagem	1.673
Curativo	292
Teste de Glicose	194
Teste de Colesterol	93

Fonte: SESAO

▶ **Atendimento Odontológico**

Comparando-se o número total de servidores do INPI com o total de atendimentos realizados, verificamos que há uma relação elevada. Em uma primeira análise, essa relação se atribui à ausência da oferta de um plano odontológico subsidiado, além da qualidade dos serviços prestados pelos profissionais da área e da facilidade de se ter um atendimento dentro do local de trabalho.

**Quadro 11 – Atendimento Odontológico**

Atendimento	Total
Urgência / Emergência	286
<b>Servidores</b>	
Consulta	34
Atendimento / Tratamento	2.116
Subtotal – Servidores	2.150
<b>Dependentes</b>	
Consulta	60
Atendimento / Tratamento	1.148
Subtotal – Dependentes	1.208
<b>Total</b>	<b>3.599</b>

Fonte: SESAO

### ▶ **Atendimento Serviço Social**

Ao analisar o número de atendimentos realizados pelo Serviço Social, verificou-se que a maioria se refere à assistência aos adolescentes da FIA e aos servidores com questionamentos diversos.

Com relação às visitas domiciliares e hospitalares, o objetivo principal é oferecer apoio ao servidor e à sua família em situações adversas e obter a regularização da situação funcional.

**Quadro 12 – Atendimento Serviço Social**

Ano 2004	Total
Atendimentos	3.857
Visitas Domiciliares	16
Visitas Hospitalares	6

Fonte: SESAO

### ▶ **Convênio INPI X FIA**

O Convênio INPI x FIA representa uma importante iniciativa institucional, pois contribui para a formação de uma sociedade mais digna e justa, ao preparar 125 adolescentes, com até 18 anos de idade, para o mercado de trabalho. Além de serem acompanhados pela Assistente Social e avaliados quanto à frequência e ao desempenho, inclusive escolar, os menores participam, durante a permanência no INPI, de cursos e eventos visando à sua formação sociocultural. O convênio demonstra a Responsabilidade Social do INPI e está em consonância com as mais recentes políticas de inclusão social do Governo Federal.

### ▶ **Atendimento de Psicologia**

Cabe ao Atendimento de Psicologia da SESAO identificar os usuários de drogadicção e encaminhá-los para tratamento específico, realizando o acompanhamento de todo o processo, incluindo a abordagem familiar. Em caráter de emergência, pode atender, clinicamente, o corpo funcional para avaliação e encaminhamento específico.

O Atendimento de Psicologia é responsável, ainda, pela formulação e implantação de estratégias para o programa de qualidade de vida, com enfoque no rendimento organizacional. Visando melhorar as condições físicas e psíquicas dos servidores, desenvolve campanhas de conscientização e sensibilização a respeito de temas como Melhoria da Qualidade de Vida, Dependência Química, Hipertensão, Diabetes, Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs e Tabagismo.

## ▶ Campanhas Realizadas

Em 2004, a Seção de Saúde Ocupacional, com o apoio do Atendimento de Psicologia, realizou uma série de eventos de caráter preventivo, de acordo com as mais modernas tendências para o efetivo alcance de uma melhor qualidade de vida.

O quadro a seguir apresenta as campanhas de maior repercussão em 2004.

**Quadro 13 – Ações Desenvolvidas em 2004**

Mês	Atividade
Fevereiro	Contagem Regressiva para o Carnaval – campanha divulgada pelo correio eletrônico, com informações essenciais à saúde e à qualidade de vida durante o período.
Março	31 de Março: Dia da Saúde e Nutrição – campanha divulgada por correio eletrônico, com informações sobre nutrição e alimentação saudável, realização de teste de colesterol, verificação de peso e altura para o cálculo de massa corporal, com o intuito de mostrar aos servidores do órgão os benefícios para saúde de uma alimentação saudável.
Abril	8 de abril: Dia Mundial de Combate ao Câncer – campanha de esclarecimento sobre sintomas e medidas de prevenção contra diversos tipos de câncer, veiculada por correio eletrônico para todo o INPI. 26 de abril: Dia Nacional de Combate à Hipertensão Arterial – campanha de esclarecimento sobre sintomas e medidas de prevenção, veiculada por correio eletrônico para todo o INPI, aliada à verificação da pressão arterial.
Maio	Campanha de vacinação contra a gripe no período de 3 a 14 de maio para servidores ativos e inativos e dependentes, totalizando 531 vacinas aplicadas. 31 de Maio: Dia Mundial Antitabaco – campanha reflexiva e de disseminação de informações sobre os malefícios do tabagismo ativo e passivo, esclarecimentos sobre a dependência da nicotina e os benefícios ao abandonar o hábito, veiculada por correio eletrônico e com exposição e distribuição de folhetos no hall de entrada do INPI.
Junho	5 de Junho: Dia Mundial do Meio Ambiente – campanha de alerta sobre doenças causadas pela poluição do meio ambiente, veiculada por correio eletrônico e divulgada em cartazes, prospectos, vídeos e exposição de artista plástico, servidor do INPI. 17 de Junho: Dia do Servidor Público Aposentado – envio de cartões aos servidores aposentados, com agradecimentos pela contribuição prestada à Instituição. 26 de Junho: Dia Nacional de Combate às Drogas – campanha de esclarecimento sobre causa e consequência do uso de entorpecentes, com apresentação da peça "Delírios e Caminhos", no hall de entrada do INPI.
Agosto	Planejamento e Organização da I Semana de Saúde do INPI – elaboração do projeto, viabilização do local para o evento, seleção de profissionais e temas a serem abordados, confecção e distribuição de convites e prospectos com a programação. 30 e 31 de Agosto: I Semana de Saúde do INPI – palestras sobre estresse, <i>shiatsu</i> , inclusão profissional de deficientes físicos, câncer genital e apresentação do coral e de novos talentos.
Setembro	1.º, 2 e 3 de Setembro: I Semana de Saúde do INPI – palestras sobre reeducação alimentar, câncer de pele, educação postural, obesidade e os benefícios da Yoga, além de desfile de roupas ergonômicas. 29 de Setembro: Dia Mundial do Coração – campanha visando desenvolver, socializar e capacitar fisicamente os servidores, esclarecendo-os quanto aos principais sintomas, à importância de prevenir e identificar os fatores de risco para o coração, divulgada em palestras de especialista em Cardiologia.
Outubro	25 a 29 de Outubro: III Semana da Saúde Bucal – profilaxia e aplicação de flúor em 107 atendimentos, em um universo aproximado de 620 servidores.
Novembro	14 de Novembro: Dia Mundial do Combate ao Diabetes – realização de 162 testes de glicemia em servidores e funcionários terceirizados do INPI e de pesquisa com 147 servidores, com o objetivo de se ter um panorama da saúde atual desses participantes. 17 de Novembro: Dia Mundial do Combate ao Câncer de Próstata – informações enviadas por
Dezembro	2 de Dezembro: Dia Mundial de Combate à AIDS – campanha de orientação, realizada no auditório da Radiobrás, constando da palestra "Aids hoje, como estamos?", do depoimento "AIDS: Relato de um soropositivo" e apresentação da peça "Tá no Rádio o Amor está no Ar". 5 de Novembro a 8 de Dezembro – coleta de alimentos da Campanha Natal Sem Fome. 24 e 31 de Dezembro – envio, por correio eletrônico, de mensagens reflexivas sobre o Natal e o Ano-Novo.

Fonte: SESAO



Com o auxílio dos profissionais da área médica da SESAO, verificou-se o impacto das campanhas e o grau de conscientização dos servidores dos quadros do INPI, concluindo-se que:

- os servidores até 30 anos de idade, em especial os que ingressaram no INPI nos últimos concursos, possuem um maior esclarecimento em relação ao cuidado com sua saúde individual, auxiliando, inclusive, na disseminação desse hábito perante os demais servidores;
- os servidores da faixa etária entre 30 e 50 anos, principalmente os mais antigos, embora julguem tais cuidados importantes, poderiam ser mais proativos com relação a tais hábitos, o que só vem efetivamente a ocorrer quando atingem idade mais avançada;
- somente com a realização de campanhas periódicas, realizadas pela SESAO ao longo de sua existência, é possível consolidar, nos servidores, uma cultura institucional de saúde preventiva, meta a ser atingida a médio e longo prazo;
- algumas campanhas específicas, desenvolvidas no local de trabalho, como as de combate ao diabetes, ao colesterol, à pressão alta, conseguem sensibilizar pontualmente os servidores, alertando-os para a necessidade de exames médicos periódicos, acompanhamento e prevenção de doenças, representando, muitas vezes, uma ocasião única para que verifiquem seu estado de saúde.

#### ▶ **Plano de Assistência à Saúde do Servidor – PAS**

A SESAO tem, como uma das suas principais atribuições, a manutenção operacional do Plano de Assistência à Saúde do Servidor – PAS, instituído pela Portaria n.º 82/1998 – INPI, que estabelece uma participação *per capita*, no plano de assistência médica dos servidores e respectivos dependentes legais.

O quantitativo de usuários beneficiados no período de janeiro a dezembro de 2004 está demonstrado a seguir.



### Quadro 14 – Beneficiários PAS

<b>Assistência Médica Contrato UNIMED</b>	<b>Quantitativo de usuários</b>
Servidores	736
Dependentes	851
Pensionistas	28
Agregados	276
<b>Total UNIMED</b>	<b>1.891</b>
<b>Assistência Médica Convênio INPI/MDIC/GEAP</b>	<b>Quantitativo de usuários</b>
Servidores	13
Dependentes	37
<b>Total GEAP</b>	<b>50</b>
<b>Assistência Médica Ressarcimento Livre Escolha</b>	<b>Quantitativo de usuários</b>
Servidores e Dependentes	269
<b>Total Livre Escolha</b>	<b>269</b>
<b>Total Usuários Assistência Médica</b>	<b>2.210</b>

#### 2.2 Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SERDHU

O Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos – SERDHU é responsável pela execução dos programas de capacitação e desenvolvimento dos servidores do INPI, que, no decorrer de 2004, se empenhou para atender e desenvolver tais atividades, não obstante os fatores que interferiram, de forma relevante, no desempenho deste Serviço.

Como unidade responsável pela recepção dos aprovados no Concurso de 2004, o SERDHU procedeu à chamada dos candidatos aprovados, atendendo ao disposto no Anexo I do Edital n.º 1/2004, e, em conjunto com o SERAD, a SESAO e a SECLOT, realizou os Atos relativos à nomeação e posse dos novos servidores do INPI.

Contando com a presença do Senhor Presidente e demais Diretores do INPI, realizou a ambientação dos candidatos aprovados – Evento de Nomeação –, no dia 20 de agosto, no Auditório “Radamés Gnattali”, da Rádio Nacional, com o objetivo de recepcioná-los e mostrar o funcionamento do Instituto.

No intuito de qualificar, valorizar e motivar os novos servidores do INPI, foram realizados, em parceria com as Diretorias de Marcas, de Patentes e de Articulação e Informação

Tecnológica, os cursos internos, com o comparecimento de representantes de vários Órgãos da Carreira de Ciência e Tecnologia e das respectivas Diretorias, como:

- ▶ Noções Básicas de Propriedade Industrial e Novos Temas para os Novos Examinadores de Patentes – de 23/9 a 1.º/10/2004;
- ▶ Curso de Exame de Marcas – de 21/9 a 8/10/2004;
- ▶ I Seminário sobre Sistema Nacional de Inovação – de 16/11 a 26/11/2004.

Visando promover a capacitação dos Recursos Humanos do INPI, foram realizados outros cursos internos, a custo zero, como Atendimento em Propriedade Industrial, com 14 participantes, e Curso de Exame Formal, com 13 participantes.

Encontra-se em fase de estudos a questão dos Convênios com as Instituições de Ensino Superior particulares, com o objetivo de se obter descontos para os servidores nas mensalidades dos cursos de graduação e pós-graduação, visando diminuir o impacto financeiro no orçamento dos nossos funcionários.

A parceria entre o INPI e a Fundação Movimento Universitário do Desenvolvimento Econômico Social – Mudes, por intermédio de Contrato, vem contribuindo não só para a formação de estudantes, mas também para a sua inclusão no mercado de trabalho, com a contratação de 12 estagiários de Nível Médio e de 45 de Nível Superior, proporcionando a aplicabilidade de conhecimentos teóricos em atividades supervisionadas e avaliadas. Conta, hoje, com 57 estagiários, que estão atendendo com qualidade e satisfatoriamente a demanda do Órgão.

Foi instituído o Programa de Capacitação de Recursos Humanos do INPI pela Resolução/PR/N.º 112/2004 e a Ordem de Serviço n.º 002/2004, ambas de 13 de julho de 2004, publicadas no Boletim de Pessoal Extra VI, a ser implementado por meio dos Planos Anuais de Capacitação – PACs. Para que seja desenvolvido em 2005, o Instituto publicou não só as normas internas, medidas necessárias ao levantamento das necessidades de capacitação por intermédio de chefias/representantes das unidades do INPI, mas também os critérios e procedimentos necessários.

### Quadro 15 – Número de Ações de Capacitação

Total de Ações de Capacitação	164
Total de Servidores em Ações de Curta / Média Duração	271
Total de Servidores em Ações de Longa Duração (Pós – Graduação)	5

Fonte: SERDHU

O SERDHU é responsável, ainda, pela supervisão das atividades relacionadas ao Curso de Idiomas Berlitz, referente ao Convênio OMP/INPI, desde 13/4/2004, controlando a inscrição, a distribuição de material didático, as frequências e os desligamentos e emitindo relatórios. Esse programa permite a participação de 155 servidores do INPI em cursos de inglês, espanhol e francês.

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.112/1990, o SERDHU participou da Avaliação de Desempenho Institucional e Individual dos servidores do INPI, nos termos das Resoluções n.ºs 113 e 114 de 9/8/2004, relativas aos interstícios de 1.º/8/2003 a 31/1/2004 e de 1.º/2/2004 a 31/7/2004, que ocorreu dentro das expectativas, com seus efeitos financeiros retroativos a 1.º de agosto de 2004.

### 3. COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA – CGMI

Compete à Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI, entre outras atividades, definir a configuração dos equipamentos de processamento de dados e dos programas básicos a serem adquiridos e responsabilizar-se pela implantação e manutenção de sistemas essenciais à gestão do INPI.

Durante o ano de 2004, a CGMI realizou projetos de repercussão, que permitiram agilizar e controlar diferentes procedimentos e integrar o Instituto em ações governamentais.

#### ► Implantação do Projeto de Automação

Precursor da Implantação da Guia Única de Arrecadação Federal do atual Governo, o setor criou condições para controle efetivo de arrecadação do INPI, gerando uma economia mensal de, aproximadamente, R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

▶ **Implantação do Sistema de Controle de Treinamento de Servidores**

Desenvolvido para atender ao SERDHU, este sistema é empregado para cadastrar os cursos feitos pelos servidores, possibilitando o acompanhamento e a avaliação dos programas de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

▶ **Implantação do Sistema de Controle de Estagiários**

Desenvolvido para atender ao SERDHU, este sistema é utilizado para cadastrar os estagiários e controlar as vagas oferecidas pelo INPI.

▶ **Implantação do Sistema de Pagamento dos Serviços do INPI pela Guia de Recolhimento da União – GRU eletrônica**

Disponível no *site* do INPI, o sistema pode ser utilizado por quem tenha acesso à Internet e disponha de uma impressora para emitir a GRU. Caso contrário, é possível obtê-la em qualquer Divisão Regional ou Representação do INPI.

▶ **Reunião com o Comitê Técnico de Implementação de *Software* Livre – CTISL**

Realizada em Brasília, a reunião definiu parâmetros e metas para a adoção de *Software* Livre nos órgãos governamentais.

Para que a CGMI possa acompanhar o atual modelo de gestão do INPI, dentro de padrões compatíveis com a importância do Instituto e com as exigências de operacionalização de sistemas no campo da Propriedade Industrial, urge modernizar o parque de informática, com a aquisição de equipamentos, em especial computadores que permitam instalar o Sistema de Controle de Processos e Documentos – CPROD.

Além disso, é fundamental investir em material humano, competente e apto a desenvolver e manter sistemas e equipamentos indispensáveis ao desempenho seguro e ágil da área de Informática.



Os resultados dos quatro meses de efetiva atuação da atual administração do INPI e de implantação da nova estrutura administrativa revelam uma mudança de perspectiva, paradigmas e, até mesmo, de uma cultura institucional. Embora não se configurem resultados imediatos de redução dos prazos para concessão de patentes (7,6 anos) ou marcas (5,6 anos), criam-se condições para que isso ocorra no menor prazo possível.

Dentre tais iniciativas, destacam-se a contratação de novos servidores (em 2004 foram admitidos 92 e há um pedido de 450 novas vagas para os próximos anos, inclusive 2005), e a renovação dos equipamentos de informática. Trabalhou-se na contratação do desenvolvimento de novos sistemas de buscas para concessão de marcas e patentes e na realização de novos convênios para melhorar o atendimento e a formação dos técnicos do Instituto. Desenvolveram-se e foram iniciadas medidas muito mais abrangentes de estímulo à formação de uma cultura empresarial e acadêmica que privilegie a Propriedade Industrial.

A busca por melhores resultados e por um Instituto mais eficiente e de acordo com o desenvolvimento do país já se incorpora ao comportamento dos servidores. Há um efetivo empenho da Instituição como um todo – administração e servidores – no sentido de adequar o INPI à realidade econômica mundial, reduzindo os prazos de concessão de registros de marcas e patentes. Essa era uma demanda dos usuários que hoje se revela como meta a ser alcançada com a contribuição de todos.

Destaquem-se os primeiros resultados da recém-criada Diretoria de Articulação e Informação Tecnológica que, em poucos meses, abriu um grande leque de acordos de cooperação e disseminação da Propriedade Industrial. No campo da articulação nacional, Acordos e Convênios foram firmados e outros estão sendo negociados com órgãos dos governos Federal e Estaduais, universidades e institutos de pesquisa. No campo internacional, há uma aproximação com outros institutos de Propriedade Industrial e com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

No final de 2004, foi concluída a negociação para o acordo de acesso ao Sistema EPOQUE (European Patent Office Query), que possibilita a pesquisa em 90 milhões de referências, sendo cerca de 30 milhões de documento de patentes em sua forma integral. O Banco de Dados e o respectivo Sistema de Busca, desenvolvidos pelo Escritório Europeu de Patentes – EPO, têm como objetivo principal permitir, com rapidez, o acesso e a recuperação de informações relativas a qualquer campo tecnológico já coberto pela publicação de documentos de patentes.



Mesmo que os resultados estatísticos de 2004 ainda revelem um quadro de dificuldades e desempenho abaixo do que está consignado no PPA, as perspectivas são, hoje, positivas. Há, de fato, uma mudança na visão, tanto do Governo como da sociedade em geral sobre o papel do INPI na economia. O ano de 2005 deverá ser o da consolidação das mudanças estruturais e administrativas, iniciadas e implantadas em 2004, de fundamental importância para a reversão de um quadro crônico de resultados abaixo da expectativa dos usuários do sistema de Propriedade Industrial e dos próprios servidores e técnicos do INPI. Para tanto, é fundamental concretizar a abertura das vagas acima mencionadas e autorizar a realização do concurso público em 2005, com vistas a integrar 250 novos funcionários.

O Relatório de Gestão não é de competência exclusiva da CGPO. Contamos com uma rede de colaboradores em diversos setores do INPI, cuja experiência e visão gerencial permitem viabilizar a elaboração e a divulgação do documento.

Agradecemos as críticas, as sugestões e os elogios recebidos, visando a adequar e aperfeiçoar este Relatório de Gestão, de forma a auxiliar gestores e servidores a adquirir, interpretar e processar informações sobre o desempenho institucional e a estabelecer contatos úteis com outras áreas.

#### COLABORADORES:

CEDIN .....	Luciana Goulart de Oliveira
COOPINT .....	Leopoldo Coutinho
COOPNAC.....	José Christovam Sauaya Kubrusly
DIRMA .....	Maria Elizabeth Broxado Vinicius Bogéa Câmara
DIRPA.....	Carlos Pazos Rodriguez Nilson Azevedo Vianna
DIRTEC .....	Vitória Orind
CGAD .....	Jaimil Trigueiro
DAS .....	Paula Roberta C. Castelhões
CGRH .....	Luiz Carlos Costa Pereira Junior
SERFIN .....	Luiz Carlos das Dores
OUVIDORIA .....	Denise Fonseca Belém
SERCOM .....	Lúcia Motta

#### ELABORAÇÃO: COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Coordenadora-Geral .....	Nasareth Sandra Dias Jorge
Coordenação e Elaboração .....	Laura Fontinelle Bibas
Técnicos .....	Eduardo Nery Amorim, Lígia Maria Ferreira, Júlio Grevy Montenegro Osório, Marcelo Gomes de Noronha, Paulo Lara Filho, Sebastião Hugo Andrade Pereira
Revisão e Copidesque .....	Vania Maria Rizzo Amambahy Santos

Tabela 1 – Depósitos de Pedidos de Patentes .....	10
Tabela 2 – Decisões Finais sobre Patentes .....	11
Tabela 3 – Principais Despachos de Patentes .....	11
Tabela 4 – Recursos e Nulidades de Patentes .....	11
Tabela 5 – Pedidos Publicados de Patentes .....	12
Tabela 6 – Decisões <i>Pipelines</i> .....	12
Tabela 7 – Composição dos Indicadores no Resultado Obtido na Ação “Concessão de Registro de Marca” em 2004 .....	15
Tabela 8 – Prazo Médio para a Concessão do Registro de Marca em 2004 .....	15
Tabela 9 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2001 e 2004, Referentes à Decisão de Marcas .....	16
Tabela 10 – Pedidos de Registros Apresentados de 2000 a 2004 .....	18
Tabela 11 – Recursos em Pedidos .....	18
Tabela 12 – Recursos em Registros e Processos Administrativos de Nulidade .....	18
Tabela 13 – Pedidos Depositados e Despachos em Pedidos de Marcas .....	19
Tabela 14 – Despachos em Registros de Marcas .....	19
Tabela 15 – Despachos em Pedidos e em Registros de Marcas .....	20
Tabela 16 – Resultado das Ações do PPA .....	24
Tabela 17 – Fluxo de Processos .....	26
Tabela 18 – Certificados de Averbação por Categoria Contratual .....	26
Tabela 19 – Certificados de Averbação segundo os Principais Setores de Atividade da Empresa Cessionária .....	27
Tabela 20 – Certificados de Averbação segundo os Principais Países Fornecedores de Tecnologia .....	27
Tabela 21 – Certificados de Averbação por Unidade da Federação da Empresa Cessionária .....	28
Tabela 22 – Registros de Programas de Computador .....	29
Tabela 23 – Registros de Programas de Computador por Unidade da Federação .....	29
Tabela 24 – Pedidos de Registro e Decisões Finais sobre Desenho Industrial .....	30
Tabela 25 – Orientação e Buscas Realizadas .....	40
Tabela 26 – Documentação Técnica de Patentes .....	40
Tabela 27 – Programa de Fornecimento Automático de Informação Tecnológica .....	40
Tabela 28 – Biblioteca de Documentação Tecnológica .....	41
Tabela 29 – Depósitos de Marcas .....	50
Tabela 30 – Depósitos de Patentes e Desenhos Industriais .....	51
Tabela 31 – Entradas de Pedidos de Averbação e Franquia – DIRTEC .....	52
Tabela 32 – Depósitos de Programas de Computador .....	53

Tabela 33 – Arrecadação da Sede, das Delegacias, das Representações e dos Postos Avançados – 2004 .....	54
Tabela 34 – Entrada de Ações e Ofícios .....	59
Tabela 35 – Resumo .....	60
Tabela 36 – Sentenças .....	60
Tabela 37 – Apresentação Anual de Estoque – 2004 .....	60
Tabela 38 – Apresentação em Juízo – 2004 .....	61
Tabela 39 – Apresentação de Processos por Estados .....	62
Tabela 40 – Divisão de Consultoria – DICONs .....	62
Tabela 41 – Demonstrativo da Receita por Fonte .....	65
Tabela 42 – Acompanhamento da Receita por Conta Contábil .....	66
Tabela 43 – Comparativo da Receita 2002 X 2003 X 2004 .....	67
Tabela 44 – Comparativo da Execução Orçamentária por Grupo de Despesas .....	68
Tabela 45 – Superávit Orçamentário .....	69
Tabela 46 – Demonstrativo da Execução Física – PPA – 2004 .....	70
Tabela 47 – Contratos de Manutenção e Serviços Continuados .....	80
Tabela 48 – Contratos de Obras .....	81
Tabela 49 – Contratos de Obras em função do Aumento no Orçamento de 2004 .....	81
Tabela 50 – Registro de Entrada e Saída de Material do Núcleo de Almoxarifado .....	84
Tabela 51 – Decomposição Financeira 2004 .....	87
Gráfico 1 – Evolução dos Resultados Obtidos entre 2001 e 2004, Referentes a Prazo Médio de Concessão de Registro .....	16
Gráfico 2 – Composição das Variáveis Integrantes do Produto “Marca Concedida” ao longo do Tempo .....	21
Gráfico 3 – Capacidade Média de Processamento Comparado: Desempenho antes e depois das Novas Contratações em 2004 .....	22
Gráfico 4 – Depósitos de Pedidos de Registro de Desenho Industrial .....	31
Gráfico 5 – Depósitos Nacionais .....	31
Gráfico 6 – Participação em Reuniões Representando o INPI .....	42
Gráfico 7 – Atendimento por Origem .....	55
Gráfico 8 – Atendimento por Tipo .....	55
Gráfico 9 – Pessoa Física e Jurídica .....	56
Gráfico 10 – Demonstrativo da Receita por Fonte .....	65
Gráfico 11 – Composição da Receita .....	67
Quadro 1 – Acordos em Negociação .....	44
Quadro 2 – Levantamento dos Certames Licitatórios – 2004 .....	73
Quadro 3 – Situação de Processos e Serviços até 30/12/2004 .....	75

Quadro 4 – Gastos Registrados até 30/12/2004 .....	76
Quadro 5 – Relação dos Processos Administrativos sob Gerência da SENGE .....	78
Quadro 6 – Relação de Obras e/ou Serviços Requisitados no Exercício de 2004 .....	79
Quadro 7 – Distribuição, por Cargos, das Vagas Autorizadas para o Concurso e Respectiva Ocupação .....	88
Quadro 8 – Demonstrativo da Força de Trabalho Jan. a Dez. de 2004 .....	90
Quadro 9 – Demonstrativo do Montante do Passivo .....	91
Quadro 10 – Atendimento Médico-Ambulatorial .....	92
Quadro 11 – Atendimento Odontológico .....	92
Quadro 12 – Atendimento Serviço Social .....	93
Quadro 13 – Ações Desenvolvidas em 2004 .....	94
Quadro 14 – Beneficiários PAS .....	96
Quadro 15 – Número de Ações de Capacitação .....	98
Anexo I – Loa + Créditos .....	106
Anexo II – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Sede .....	108
Anexo III – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Divisões Regionais .....	112



Programática	Programa/Ação	Esf	QND	RP	Mod	IU	Pta	LOA 10.837/04 de 16/01/04	Decreto Poder Executivo de 25/08/04	Cancelamento / Suplementação Lei n.º 10975 de 03/12/04	Decreto n.º 4.769 de 16/12/04	Decreto n.º 4.431 de 18/12/2004	Lei n.º 11.050 de 28/12/04	Crédito Plica Lei n.º 11.001 de 31/12/04	Dotação Final
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							14.124.193	-	622.866	-	1.706.600	-	-	15.952.393
	OPERAÇÕES ESPECIAIS														
0089 0161 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	S	1-pes	1	90	0	250	14.124.193	-	122.000	-	1.706.200	-	-	15.952.393
0383	Propriedade Intelectual							84.056.777	-	(622.866)	1.472	(1.706.200)	217.000	30.000.000	112.456.049
	ATIVIDADES														
0383 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	S	3-odc	2	90	0	250	876.060	-	-	-	-	-	-	876.060
0383 2010 0001	Atividade Pro-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	F	3-odc	2	90	0	250	190.360	-	-	-	-	-	-	190.360
0383 2011 0001	Auxílio Temporário aos Servidores e Empregados	F	3-odc	1	90	0	250	1.130.878	-	-	-	-	-	-	1.130.878
	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	F	3-odc	1	90	0	250	784.268	-	-	-	-	217.000	-	1.001.268
0383 2012 0001		F	3-odc	1	90	0	650	784.386	-	-	-	-	-	-	784.386
	Concessão de Regime de Mirra	F	3-odc	2	90	0	250	942.000	-	-	-	-	-	3.000.000	3.942.000
0383 2028 0001		F	3-odc	2	90	0	650	642.000	-	-	-	-	-	-	942.000
	Concessão de Pensões	F	3-odc	2	90	0	250	1.039.500	-	-	-	-	-	-	1.039.500
0383 2027 0001		F	3-odc	2	90	0	650	1.028.500	-	-	-	-	-	-	1.039.500
	Registro do Programa de Computador	F	3-odc	2	90	0	250	52.000	-	-	-	-	-	300.000	352.000
0383 2026 0001		F	3-odc	2	90	0	650	62.000	-	-	-	-	-	-	62.000
	Atualização de Contratos de Transferência de Tecnologia e Franquia	F	3-odc	2	90	0	250	178.000	-	-	-	-	-	-	178.000
0383 2222 0001	Gestão e Administração do Programa	F	1-pes	1	90	0	250	64.888,075	-	3.002.000	1.472	(1.706.200)	-	19.000.000	64.568,347
		F	1-ods	1	90	0	100	25.831,016	-	3.002.000	-	(1.706.200)	-	-	30.993,616
		F	3-ods	2	90	0	250	-	-	-	-	-	-	-	1.472
		F	3-ods	2	90	0	250	22.377,488	-	-	-	-	-	-	22.377,488
		F	3-ods	2	90	0	650	9.280,661	-	-	-	-	-	-	9.280,661
		F	3-ods	2	90	0	650	-	-	-	-	-	-	3.500.000	3.500.000
		F	3-ods	2	90	0	650	-	-	-	-	-	-	9.500.000	9.500.000
		F	4-Inv	2	90	0	250	3.400,000	-	-	-	-	-	-	3.400,000
		F	4-Inv	2	90	0	650	-	-	-	-	-	-	-	6.000,000
0383 2732 0001	Concessão de Registro de Indicações Geográficas	F	3-ods	2	90	0	250	52.000	-	-	-	-	-	-	52.000
0383 2734 0001	Concessão de Registro de Desenho Industrial	F	3-ods	2	90	0	250	217.500	-	-	-	-	-	-	217.500
0383 2735 0001	Desempenho da Cultura da Propriedade Intelectual	F	3-ods	2	90	0	250	1.500,000	-	-	-	-	-	-	1.500,000
0383 4872 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	F	3-ods	2	90	0	250	700,000	-	-	-	-	-	-	700,000
0383 6481 0001	Desempenho da Informações Tecnológicas	F	3-ods	2	90	0	250	1.526,000	-	-	-	-	-	-	1.526,000
		F	3-ods	2	90	0	650	1.374,000	-	-	-	-	-	-	1.374,000
		F	4-Inv	2	90	0	250	160,000	-	-	-	-	-	-	160,000

Programática	Programa/Ação	Est	GND	RP	Mod	IU	Fis	LOA-10.037/04 de 16/01/04	Decreto Poder Executivo de 25/06/04	CANCELAMENTO / Suplementação Lei n.º 10975 de 03/12/04	Decreto n.º 4.769 de 16/12/04	Decreto n.º 4.431 de 16/12/2004	Lei n.º 11.050 de 28/12/04	Crédito Plice Lei n.º 11.091 de 31/12/04	Datação Final
<b>PROJETOS</b>															
Reforma do Edifício-Sede do INPI															
0383 3878 0033		F	3-ode	2	90	0	290	2.900.000	-	(1.500.000)	-	-	-	2.100.000	3.500.000
		F	3-ode	2	90	0	650	2.900.000	-	(1.500.000)	-	-	-	-	1.400.000
								-	-	-	-	-	-	2.100.000	2.100.000
0303 8078 0001	Implantação do Sistema PROLITE de Estudos no Breveto de Dado do Escritório Europeu de Patentes	F	3-ode	2	90	0	250	5.600.000	-	(1.624.000)	-	-	-	-	3.876.000
		F	3-ode	2	80	0	250	1.650.000	-	(1.624.000)	-	-	-	-	236.000
		F	3-ode	2	80	0	250	2.600.000	-	-	-	-	-	-	2.600.000
		F	4-trv	3	90	0	250	750.000	-	-	-	-	-	-	750.000
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>															
0303 0008 0001 Copenação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Intelectual															
		F	3-ode	2	80	0	250	1.700.000	-	-	-	-	-	-	1.700.000
		F	3-ode	2	80	0	250	1.685.000	-	-	-	-	-	-	1.486.000
		F	3-ode	2	80	0	250	5.000	-	-	-	-	-	-	5.000
								33.411	3.444	-	-	-	-	-	38.855
0801 Operações Especiais: Cumprimento de Obrigação Judicial															
0801 0008 0001 Cumprimento de Obrigação Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas															
		F	1-pes	2	90	0	250	39.411	3.444	-	-	-	-	-	35.855
		F	3-ode	2	90	0	250	17.219	3.444	-	-	-	-	-	20.663
		F	3-ode	2	90	0	250	15.192	-	-	-	-	-	-	15.192
								10.776.137	-	-	-	-	-	-	10.776.137
0999 Reserva de Contingência								10.776.137	-	-	-	-	-	-	10.776.137
0999 0998 0101 Reserva de Contingência															
		F	9-ees	0	99	0	250	43.773.428	3.444	3.124.000	-	-	-	-	46.899.872
		F	9-ees	0	99	0	250	50.143.953	-	(3.124.000)	-	-	217.000	24.088.000	71.238.953
		F	9-ees	0	88	0	280	4.300.000	-	-	-	-	-	6.000.000	10.300.000
		F	9-ees	2	99	0	250	10.776.137	-	-	-	-	-	-	10.776.137
								8.400.000	-	(3.124.000)	-	-	-	2.100.000	7.376.000
								46.028.761	-	-	-	-	217.000	27.900.000	74.168.761
								98.892.345	3.444	(122.000)	1.472	(1.708.200)	217.000	30.000.000	122.265.851
								15.180.273	-	122.000	-	1.708.200	-	-	16.928.473
								8.280.801	-	-	-	-	-	-	9.280.801
								40.683.362	-	(3.124.000)	-	-	217.000	14.500.000	52.476.362
								-	-	-	-	-	-	9.500.000	9.500.000
								4.300.000	-	-	-	-	-	6.000.000	10.300.000
								103.962.518	3.444	-	1.472	-	217.000	30.000.000	139.214.434



ANEXO II – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Sede

Programa/Ação/Natureza	Plano Interno	Fla.	Detalhado	Disponível	Repasse	Empenhado	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Liquidado
Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Previdência) dívida pela União, Autarquias e Fundações Públicas																			
PRECATÓRIOS																			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / SENTENÇAS JUDICIAIS	0250	-	-	-	20.893	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES / SENTENÇAS JUDICIAIS	0250	-	-	-	16.192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade Intelectual			73.322.499	2.007.783	776.860	69.843.845	2.309.360	3.133.324	6.288.084	4.225.596	4.827.189	5.374.812	3.867.263	2.748.046	7.867.867	5.781.359	7.246.883	14.188.174	69.843.845
Concessão de Registro de Marca			942.000	-	-	942.000	-	157.000	-	-	-	73.607	92.008	73.607	98.135	151.988	192.916	92.739	942.000
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	942.000	-	-	942.000	-	157.000	-	-	-	73.607	92.008	73.607	98.135	151.988	192.916	92.739	942.000
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Patentes			1.039.500	1	-	1.039.499	-	166.000	-	-	10.000	109.841	158.189	235.454	161.870	96.242	101.238	668	1.039.499
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	1.039.500	1	-	1,039,499	-	166,000	-	-	10,000	109,841	158,189	235,454	161,870	96,242	101,238	668	1,039,499
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Registro de Programa de Computador			62.890	-	-	62.890	-	-	-	46.549	3.000	-	-	-	3.400	-	-	51	62.890
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	62.890	-	-	62,890	-	-	-	46,549	3,000	-	-	-	3,400	-	-	51	62,890
Averbação de Contratos de Transferência de Tecnologia			178.000	-	-	178.000	-	30.000	-	-	-	-	66.181	44.120	-	25.000	-	12.699	178.000
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	178,000	-	-	178,000	-	30,000	-	-	-	-	66,181	44,120	-	25,000	-	12,699	178,000
Gestão e Administração do Programa			61.947.378	2.544.076	-	59.403.302	2.197.876	2.944.956	4.654.127	3.832.040	4.277.607	4.786.446	3.279.887	2.103.208	6.283.151	5.250.923	6.601.839	13.267.403	59.403.302
Remuneração de Pessoal/Alto de União e Empresas Sociais			30.884.880	17	-	30.884,883	2.184,621	1.867,738	2.075,078	1.706,264	2.338,168	2.481,276	1.673,869	193,687	4.324,637	3.872,694	4.307,177	4.895,606	30,884,883
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0250	-	11.250	-	-	11,250	-	240	-	-	240	-	-	-	-	240	-	10,040	11,250
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	0250	-	29.707.790	-	-	29,707,790	1,968,215	1,800,415	1,833,028	1,714,128	2,145,098	1,967,074	1,362,456	(33,568)	3,872,322	2,116,362	4,294,247	2,909,544	29,707,790
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0250	-	4.103.000	-	-	4,103,000	168,896	194	353,083	-	177,137	447,348	-	135,610	351,183	872,568	777	1,545,730	4,103,000
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	0250	-	110.400	-	-	110,400	1,788	6,742	6,091	6,390	6,696	12,687	9,606	-	20,487	10,287	16,287	15,296	110,400
SENTENÇAS JUDICIAIS	0250	-	36.450	-	-	36,450	1,441	1,441	8,761	1,757	1,441	7,769	1,441	-	2,882	2,664	2,630	3,480	36,450
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	-	778.500	-	-	778,500	-	-	-	-	-	-	282,115	83,683	(56)	-	-	490,475	778,500
PAGAMENTO DE PESSOAL REQUISIADO	0250	-	146.100	17	-	146,083	-	-	12,049	8,001	8,001	6,001	8,039	8,001	7,729	10,619	28,298	49,214	146,083
Manutenção dos Serviços Administrativos			-	-	-	-	29.295	-	(28.295)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	-	-	-	-	-	29,295	-	(28,295)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão e Administração Geral			19.872.267	1.572.798	-	18.299.469	-	624.447	1.918.873	1.608.771	1.388.688	1.714.878	1.861.807	1.347.863	1.423.483	1.484.499	1.782.326	3.965.628	18.299.469
DIÁRIAS	0250	-	64.612	880	-	64,612	-	13,071	20,896	19,255	9,187	112	-	2,178	22,988	(872)	389	(193)	64,612
DIÁRIAS	0250	-	114.500	30.863	-	76,547	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40,160	24,330	6,367	76,547
DIÁRIAS	0250	-	217.598	28.719	-	187,883	-	-	-	-	-	25,824	42,537	60,792	24,342	(2,028)	20,063	12,940	187,883
MATERIAL DE CONSUMO	0250	-	231.408	168.885	-	64,523	-	2,581	3,261	9,027	9,027	(2,017)	31,900	3,261	850	-	2,875	8,065	64,523
MATERIAL DE CONSUMO	0250	-	894.000	271.843	-	316,157	-	21,447	25,130	(1,751)	-	(746)	-	27,349	88,241	(34,824)	-	193,167	316,157
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0250	-	247.000	80.000	-	167,000	-	-	-	-	-	-	-	-	88,241	-	-	31,374	167,000
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0250	-	100.000	-	-	100,000	-	-	-	-	-	-	-	-	70,600	-	-	29,600	100,000
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0250	-	830.000	-	-	830,000	-	-	-	-	-	-	-	-	87,039	115,545	-	148,816	830,000
SERVÇOS DE CONSULTORIA	0250	-	7.980	-	-	7,980	-	-	-	-	-	-	1,350	-	-	1,681	89	4,898	7,980
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. FÍSICA	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	6.835.865	75.308	-	6.911.173	-	189.836	1.115.095	817.064	957.910	580.315	425.803	461.032	627.252	335.636	386.182	922.119	6.911,173
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	-	1.144.330	-	-	1,144,330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	236,080	184,016	729,325	1,144,330
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	-	5.691.535	593.046	-	6.284.581	-	121.762	738.534	638.463	487.646	548.585	248.558	560.875	448.733	418.134	498.038	608.091	5.691,535
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	-	1.384.000	164.208	-	1,548,208	-	-	-	-	-	105,541	100,163	98,470	115,788	95,470	67,319	487,319	1,384,000
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0250	-	884.410	44.873	-	929.283	-	126,626	82,828	94,383	464	840	241	100,833	96,787	95,786	87,593	135,278	884,410
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	0250	-	370.000	-	-	370,000	-	-	-	-	-	182,406	101,238	-	-	-	-	79,308	370,000
SENTENÇAS JUDICIAIS	0250	-	181.301	35.918	-	217,219	-	10,726	-	10,569	445	1,279	43,284	-	114	-	60,501	314	181,301
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO II – Acompanhamento da Execução Orçamentária da Despesa – Analítico Sede

(continuação)

R\$ 1.000

Programa/Ação/Natureza	Fls.	Detalhado	Disponível	Repasso	Empenhado	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Liquidade
<b>EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>																		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	288.500	-	-	258.500	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258.500	100	258.500
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	183.981	787	-	183.174	-	-	-	42	220	6.888	-	-	80	-	118	148.045	183.174
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0280	128.200	30	-	128.171	-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.988	28.211	-	128.171
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0450	282.500	3.181	-	288.309	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188.388	17.874	86.447	288.309
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0250	318.940	78.477	-	241.464	-	-	-	21.595	7.710	8.978	-	-	88.940	900	73.728	41.835	241.464
<b>Gestão e Administração de Recursos Humanos</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	1.562.891	122.582	-	1.19.489	-	97.218	161.795	88.987	103.198	176.383	111.832	166.483	94.898	144.483	84.588	287.269	1.418.488
MATERIAL DE CONSUMO	0650	10.820	7.383	-	12.137	-	-	-	-	-	2.182	-	8.568	387	-	-	-	12.137
MATERIAL DE CONSUMO	0650	31.847	13.957	-	17.890	-	-	-	-	-	-	-	5.488	900	5.895	0	5.888	17.890
LOCÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	4.116.796	195.281	-	3.918.265	-	51.850	81.880	81.850	103.700	61.850	81.850	81.850	103.871	103.871	51.850	133.385	4.116.796
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	252.300	8.274	-	248.919	-	45.388	108.878	55.887	(506)	630	(874)	1.021	7.788	-	442	28.180	248.919
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0650	537.000	72.938	-	484.062	-	-	-	-	-	121.728	80.205	38.986	76.913	38.785	32.986	85.105	484.062
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	68	4	-	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	27.283	100	-	27.183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.183	27.183
<b>Gestão e Administração de Infraestrutura</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	8.418.836	787.378	-	5.882.288	-	573.398	434.822	418.804	440.822	436.354	428.863	435.222	428.795	394.800	385.072	4.277.505	8.882.288
MATERIAL DE CONSUMO	0280	35.040	780	-	35.040	-	-	-	1.800	1.800	38.240	-	-	-	-	-	-	38.040
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0250	4.116.796	195.281	-	3.918.265	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.918.265
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	2.184.149	859.647	-	1.574.603	-	494.083	(118.334)	20.244	438.822	472.430	428.083	435.222	428.785	158.472	14.754	587.022	3.918.265
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	78.308	10.815	-	78.308	-	79.308	-	-	-	(70.308)	-	-	-	238.128	380.318	583.153	1.574.603
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	3.048.028	875	-	3.048.028	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.048.028	3.048.028
<b>Gestão e Administração de Zonas Especiais (ZPE) São Paulo</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	218.344	19.022	-	198.321	-	26.118	18.273	17.823	17.888	16.788	12.484	14.081	18.884	8.188	18.288	48.347	198.321
LOCÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	88.134	18.420	-	70.714	-	6.672	3.180	4.184	7.181	3.180	8.957	3.180	8.088	1.508	8.880	18.982	70.714
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	118.930	280	-	118.370	-	14.300	10.388	13.458	10.207	13.588	3.227	10.881	11.208	4.558	9.588	18.002	118.370
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0650	6.480	48	-	6.480	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.480	6.480
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUIÇÕES	0250	1.880	48	-	1.880	-	147	1.754	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,880
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Gestão e Administração de Representação do INPI Bahia</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	171.370	54.198	-	117.232	-	9.884	8.784	8.184	8.142	17.718	3.008	4.888	777	2.588	3.488	84.148	117.232
LOCÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0250	18.280	800	-	17.880	-	441	1.885	882	2.338	1.388	-	2.777	-	-	-	7.981	17.880
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	89.880	31.812	-	57.988	-	8.888	6.801	4.984	3.508	10.842	3.008	2.683	777	2.588	3.488	11.300	57.988
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUIÇÕES	0250	2.880	1.788	-	1.192	-	288	288	288	288	-	-	-	-	-	-	-	1.192
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	20	3	-	17	-	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0250	20.000	1.278	-	18.721	-	-	-	-	-	5.488	-	-	-	-	-	13.283	18.721
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0450	40.000	18.348	-	21.654	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.654	21.654
<b>Gestão e Administração de Representação do INPI Santa Catarina</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	22.850	3.488	-	18.284	-	1.885	1.887	1.387	1.812	1.383	1.838	1.377	1.488	1.317	2.117	3.418	18.284
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	22.450	3.378	-	18.075	-	1.887	1.488	1.537	1.812	1.583	1.833	1.277	1.270	1.217	2.188	3.418	18.075
<b>Gestão e Administração de Representação do INPI Pernambuco</b>																		
MATERIAL DE CONSUMO	0250	6.500	308	-	6.300	-	448	-	888	488	414	814	584	1.024	488	288	1.280	6.300
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	6.900	308	-	6.300	-	448	-	888	488	414	814	584	1.024	488	288	1.280	6.300
<b>Gestão e Administração de Fobas Anuários e Representações</b>																		
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA	0250	18.840	4.812	-	6.128	-	223	138	448	114	872	385	331	483	412	543	2.213	6.128
EXERCÍCIOS ANTERIORES	0250	10.840	4.512	-	6.128	-	233	139	443	114	872	385	331	483	412	543	2.213	6.128
<b>Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados</b>																		
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0250	1.081.288	37.008	-	984.288	85.473	86.412	66.182	78.212	78.137	78.247	78.005	-	165.758	95.146	11.714	180.000	984.288
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0250	784.288	-	-	784.288	66.473	68.412	68.182	78.212	78.137	78.247	78.005	-	165.758	95.146	11.714	-	784.288



R\$ 1,00

Programa/Ação/Natureza	Plano Interno	Fla.	Detalhado	Disponível	Repasso	Empenhado	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Liquidade
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		0650	217.000	37.000	-	180.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180.000	180.000
Audio Transporte aos Servidores e Empregados	VALETRANSP		968.400	173.962	-	734.039	90.311	37.722	48.203	68.304	59.529	59.412	52.376	6.897	130.734	76.769	187.531	(11.847)	734.039
AUXÍLIO TRANSPORTE		0250	908.000	173.962	-	734.039	90.211	37.722	48.203	68.304	59.529	59.412	52.376	6.897	130.734	76.769	187.531	(11.847)	734.039
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		0260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reforma do Edifício Sede do INPI	REFORMA		188.250	22.288	-	145.952	-	13.148	-	71.718	-	-	-	-	-	-	-	61.085	145.952
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0250	185.100	22.287	-	132.803	-	13.148	-	71.718	-	-	-	-	-	-	-	61.085	132.803
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0260	13.150	1	-	13.149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.149
Implantação do Sistema EPOQUE de Busca no Banco de Dados do Escritório Europeu de Patentes	EPOQUE		3.650.000	-	-	3.650.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.650.000	3.650.000
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0250	2.800.000	-	-	2.800.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.800.000	2.800.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0260	750.000	-	-	750.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	750.000	750.000
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	CAPACITACAO		612.314	50.671	-	561.644	5.000	4.908	11.132	26.839	122.930	56.668	32.678	88.244	47.912	38.080	41.028	88.247	561.644
DIÁRIAS		0260	208.540	8.181	-	200.349	5.000	3.440	(779)	26.839	55.099	29.043	14.183	12.432	7.763	7.181	18.185	25.022	200.349
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		0260	129.000	-	-	129.000	-	-	-	48.516	-	-	-	48.775	27.164	-	-	2.688	129.000
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	208.848	40.481	-	239.366	-	11.970	-	18.316	27.625	18.546	-	23.037	12.988	23.879	28.871	47.227	239.366
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0260	1.468	1	-	1.468	-	1.468	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.468
INDENIZAÇÕES E RESBITUIÇÕES		0260	13.481	29	-	13.483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.433	13.483
Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	PREESCOLAR		98.700	36.625	-	62.075	-	9.735	4.901	6.220	4.632	4.899	4.498	-	9.378	4.988	4.912	8.112	62.075
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		0250	98.700	36.625	-	62.075	-	9.735	4.901	6.220	4.632	4.899	4.498	-	9.378	4.988	4.912	8.112	62.075
Determinação de Informações Tecnológicas	INFOTECNOL		888.500	13.989	-	874.531	-	-	58.000	45.549	1.000	73.607	628	131.833	88.390	9.909	90	485.928	874.531
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0250	385.500	1.075	-	384.423	-	-	53.000	46.549	1.000	73.607	-	114.214	88.390	-	80	3.576	384.423
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	2.000	-	-	2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	2.000
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0260	351.000	12.884	-	338.108	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	308.952	338.108
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		0260	190.000	-	-	190.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190.000	190.000
Concessão de Registro de Indicações Geográficas	INDICAÇÕES		62.000	-	-	62.000	-	-	-	10.000	-	-	-	-	42.000	-	-	-	62.000
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0250	62.000	-	-	62.000	-	-	-	10.000	-	-	-	-	42.000	-	-	-	62.000
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Registro de Desenho Industrial	DESIGN		217.500	0	-	217.500	-	-	36.400	-	-	73.607	68.181	3.513	-	15.667	22.133	-	217.500
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA		0250	217.500	0	-	217.500	-	-	36.400	-	-	73.607	68.181	3.513	-	15.667	22.133	-	217.500
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Disseminação de Cultura da Propriedade Intelectual	CULTURA/PI		781.800	28.183	750.000	11.817	-	-	-	-	1.390	5.860	4.577	-	-	-	-	-	61.817
DIÁRIAS		0250	10.000	10,000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	25.140	18,183	-	5,957	-	-	-	1,390	-	-	4,877	-	-	-	-	-	5,957
INDENIZAÇÕES E RESBITUIÇÕES		0260	6.360	-	-	6.360	-	-	-	-	-	5,860	-	-	-	-	-	-	6,360
Reposar Fundação UFRJ.		0250	788.800	-	750.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURÍDICA		0260	750.000	-	750.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cooperação Técnica para Modernização dos Serviços Relativos à Propriedade Industrial	GOTEC		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIÁRIAS		0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de Aquecimento e Fumadas			18.872.006	284.283	-	16.578.931	1.309.987	1.081.279	1.080.753	1.084.989	1.089.090	1.028.337	1.229.889	84.335	2.736.066	771.976	1.421.220	2.270.272	15.576.931



R\$ 1.00

Programa/Ação/Natureza	Plano Interno	Fis.	Detalhado	Disponível	Repasse	Empenhado	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	Liquidade
Pagamento de Aposentadorias e Servidores Civis			13.870.358	220.417	-	13.649.941	951.512	933.647	954.910	955.911	987.923	1.433.687	1.084.848	84.335	2.400.889	611.009	1.170.104	2.080.387	13.640.941
APOSENTADORIAS		0250	13.314.158	200.417	-	13.113.741	942.417	943.702	946.793	946.816	958.828	1.422.653	944.858	3.406	2.377.303	603.490	1.181.776	1.861.710	13.113.741
OUTROS BENEFÍCIOS A SERVIDORES		0250	26.000	-	-	26.000	-	860	-	-	-	1.818	-	17.230	689	-	8.329	7.333	26.000
SERVIDORES JUDICIAIS		0250	141.200	20.000	-	121.200	9.055	9.066	8.117	8.095	8.095	9.086	9.086	-	22.917	-	-	18.938	121.200
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0250	287.000	-	-	387.000	-	-	-	-	-	-	130.000	63.890	-	-	-	162.408	387.000
Pagamento de Pensões a Servidores Civis			1.989.688	72.708	-	1.916.980	127.875	127.832	125.842	129.078	131.887	194.871	148.141	-	335.117	166.187	251.116	198.885	1.828.990
PENSOES		0250	1.951.000	72.648	-	1.878.352	127.832	127.832	125.842	129.078	131.887	194.871	126.732	-	332.269	157.697	249.282	172.784	1.828.352
SERVIDORES JUDICIAIS		0250	6.188	60	-	6.138	-	-	-	-	-	-	-	-	2.828	-	-	1.834	6.188
EXERCÍCIOS ANTERIORES		0250	42.500	-	-	42.600	-	-	-	-	-	-	15.408	-	-	-	-	24.293	42.500
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			976.080	-	20.880	955.200	-	56.443	56.979	53.165	53.295	52.820	98.017	58.170	60.330	8.689	116.482	340.870	955.220
Repasse Assistência Médica - GEAP			5.320	-	5.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURIDICA		0250	5.320	-	5.320	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURIDICA - At. Med.-Pm116		0250	15.540	-	15.540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			956.220	-	-	955.220	-	56.443	56.979	53.165	53.295	52.820	98.017	58.170	60.330	8.689	116.482	340.870	955.220
OUTROS SERV. TERCEIROS - P. JURIDICA		0250	956.220	-	-	955.220	-	56.443	56.979	53.165	53.295	52.820	98.017	58.170	60.330	8.689	116.482	340.870	955.220
PESSOAL			46.756.556	293.142	35.855	46.463.414	3.237.808	2.889.073	3.155.880	2.815.272	3.439.475	4.058.707	2.803.849	276.242	7.050.643	3.784.840	5.726.397	7.314.777	46.463.414
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			86.387.044	2.028.319	770.960	84.787.873	150.899	1.205.820	3.213.826	2.473.728	2.374.813	2.898.499	2.393.403	2.954.139	2.970.581	2.707.706	2.868.088	8.230.388	34.767.873
INVESTIMENTO			4.268.040	78.462	-	4.189.489	-	-	-	21.585	7.710	6.976	-	-	89.640	990	72.728	3.989.860	4.189.489
PROJETOS			3.818.250	22.298	-	3.795.952	-	13.149	-	71.718	-	-	-	-	-	-	-	3.711.085	3.795.952
ATIVIDADES / OPERAÇÕES ESPECIAIS (cf. pessoal e prec.)			30.817.793	2.885.499	770.960	35.161.410	151.884	1.212.380	3.243.061	2.439.564	2.282.823	2.943.442	2.293.403	2.554.138	2.766.521	2.768.695	2.942.686	9.608.163	35.161.410
TOTAL			80.382.544	3.200.808	770.960	85.420.776	3.388.567	4.514.803	6.348.696	6.210.565	5.721.088	7.083.149	6.887.258	2.828.380	9.827.063	6.553.335	8.871.083	20.435.825	85.420.776

Programa/Ação/Natureza	Plano Interno	Fla.	Provisão:	Não Del.	Detalhado	Disponível	Empenhado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Age.	Sep.	Out.	Nov.	Dez.	Liquidado
<b>Propriedade Intelectual</b>			<b>2.469.914</b>	<b>23.383</b>	<b>2.674.800</b>	<b>122.817</b>	<b>2.447.783</b>	<b>3.687</b>	<b>698.724</b>	<b>283.183</b>	<b>636.053</b>	<b>167.585</b>	<b>218.170</b>	<b>199.252</b>	<b>210.289</b>	<b>215.290</b>	<b>192.945</b>	<b>202.251</b>	<b>444.334</b>	<b>2.447.783</b>
<b>Gestão e Administração do Programa</b>			2.593.983	23.383	2.670.800	122.817	2.447.783	3.687	190.724	263.183	139.053	167.585	218.170	199.282	210.289	215.290	192.945	202.251	444.334	2.447.783
<b>Casão e Administração de Delegacia do INPI Paraná - UG - 183040</b>	DEINPIPR		445.520	14.815	430.705	28.788	403.999	2.849	33.228	31.415	28.598	3.486	51.415	28.893	28.345	33.854	59.289	39.643	82.868	403.649
<b>Outras Despesas Correntes</b>			445.520	14.815	430.705	28.788	403.999	2.849	33.228	31.415	28.598	3.486	51.415	28.893	28.345	33.854	59.289	39.643	82.868	403.649
<b>Investimento</b>																				
Díárias	0250		3.000				3.000										583		2.417	3.000
Material de Consumo	0250		14.950			3.282	11.286				570					7.760	2.978			11.286
Outros Serv. Tercários - P. Física	0250																			
Locação de Mão-de-Obra	0250		11.280			1.001	10.279		915	915	915	915	915	915	915	915	915	915	1.128	10.279
Outros Serv. Tercários - P. Jurídica	0250		397.395			374.941	2.454	2.848	28.381	30.500	27.061	2.881	80.600	27.068	28.031	25.169	45.783	28.728	78.282	374.941
Obrigações Tributárias e Contributivas	0280																			
Exercícios Anteriores	0250		539				539													539
Indenização e Restituições	0250		3.952				3.952		3.952											3.952
Equipamento e Material Permanente	0250																			
<b>Gestão e Administração de Delegacia do INPI R. G. do Sul - UG - 183042</b>	DEINPIRS		410.939	2.581	408.349	24.827	383.522	849	39.810	39.782	38.303	39.937	39.259	38.382	39.750	32.182	31.121	35.019	84.818	383.522
<b>Outras Despesas Correntes</b>			410.939	2.581	408.349	24.827	383.522	849	39.810	39.782	38.303	39.937	39.259	38.382	39.750	32.182	31.121	35.019	84.818	383.522
<b>Investimento</b>																				
Díárias	0250																			
Díárias	0250		1.500			1.238	881													
Material de Consumo	0250		500			500				500								223		581
Material de Consumo	0280		2.916			0	2.916										400		2.516	2.916
Material de Consumo	0250		1.311				1.311							200		1.111				1.311
Outros Serv. Tercários - P. Física	0250		11.829			708	11.217		923	923	923	923	923	1.187	923	923	923	923	1.800	11.217
Locação de Mão-de-Obra	0250		800			800														
Outros Serv. Tercários - P. Jurídica	0250		343.507			8.628	334.876	849	25.887	28.339	28.380	28.954	29.382	34.828	29.827	28.760	28.398	23.139	39.511	334.876
Outros Serv. Tercários - P. Jurídica	0280		15.500			1.452	14.048											3.780	10.288	14.048
Outros Serv. Tercários - P. Jurídica	0250		30.088			12.002	18.087							400			432	6.954	10.301	18.087
Exercícios Anteriores	0250																			
Indenização e Restituições	0250																			
Equipamento e Material Permanente	0250																			
<b>Gestão e Administração de Delegacia do INPI Distrito Federal - UG - 183043</b>	DEINPIDF		408.823	43	408.780	16.488	398.300		24.738	87.442	11.789	30.781	32.707	30.378	44.083	48.709	10.471	36.110	85.882	398.300
<b>Outras Despesas Correntes</b>			408.823	43	408.780	16.488	398.300		24.738	87.442	11.789	30.781	32.707	30.378	44.083	48.709	10.471	36.110	85.882	398.300
<b>Investimento</b>																				
Díárias	0250																			
Díárias	0250		12.820			1.254	11.566		462	840	766	877	2.383		234	2.165		2.000	1.006	11.056
Material de Consumo	0250		7.146			394	6.751						2.431		2.408		1.323	587		8.781
Material de Consumo	0280		4.740			177	4.563		500			(177)							4.249	4.683
Material de Consumo	0250		7.888			365	7.521								1.000			(385)		7.481
Outros Serv. Tercários - P. Física	0250																			
Locação de Mão-de-Obra	0250																			
Outros Serv. Tercários - P. Jurídica	0250		373.875			14.250	359.728		23.579	58.823	11.020	30.000	30.314	21.092	40.418	48.516	9.498	53.877	57.047	358.728
Obrigações Tributárias e Contributivas	0280		50			50														184
Exercícios Anteriores	0250		186			1	184													
Indenização e Restituições	0250																			
Equipamento e Material Permanente	0250																			



R\$ 1,00

Programa/Ação/Natureza	Plano Interno	Fia.	Provisão	Provisão, Não Del.	Detalhado	Disponível	Empenhado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ag.	Sel.	Out.	Nov.	Dez.	Liquidado	
Gestão e Administração da Despesa de INPI Casa - UG - 103044	DEMPVCE		467.050	6.300	481.850	1.607	466.643	-	35.668	46.658	4.462	38.639	37.582	37.712	38.748	34.810	37.968	36.215	91.470	460.643	
Outras Despesas Correntes			458.060	-	458.060	1.417	453.003	-	35.589	46.539	4.462	38.639	37.632	37.712	38.748	34.810	37.968	36.215	85.030	453.503	
Investimento			12.000	6.300	8.650	80	6.440	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.440	6.440	
Diárias		0250	-	-	812	-	812	-	-	-	-	-	-	-	612	-	-	-	-	-	812
Material de Consumo		0650	-	-	1.059	-	1.059	-	-	-	-	-	-	-	-	470	589	-	-	-	1.059
Material de Consumo		0250	-	-	1.262	-	1.262	-	500	-	-	782	-	-	-	-	-	-	-	-	1.262
Material de Consumo		0650	-	-	7.275	-	7.275	-	-	-	-	-	-	-	2.468	-	-	-	-	-	7.275
Outros Serv. Terceiros - P. Física		0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Locação de Mão-de-Obra		0250	-	-	71.069	-	71.069	-	5.922	11.644	-	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	5.922	11.944	71.069	
Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica		0250	-	-	389.164	82	389.102	-	28.247	65.775	4.482	30.154	31.680	29.046	29.749	28.411	31.457	28.933	68.239	359.102	
Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica		0650	-	-	13.987	1.398	12.81	-	-	-	-	-	-	2.744	-	-	-	400	9.137	12.281	
Obrigações Tributárias e Contributivas		0250	-	-	328	-	328	-	-	321	-	-	-	-	-	7	-	-	-	328	
Exercícios Anteriores		0250	-	-	568	-	568	-	-	568	-	-	-	-	-	-	-	-	-	568	
Indenização e Restituições		0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Equipamento e Material Permanente		0250	-	-	8.500	80	8.440	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.440	
Gestão e Administração da Delegada do INPI Minas Gerais - UG - 103045	DEMPVMO		890.580	445	893.215	53.207	819.899	-	68.481	75.804	51.903	68.653	67.207	66.777	68.353	66.783	63.116	65.394	142.597	810.099	
Outras Despesas Correntes			885.880	-	885.880	53.207	802.453	-	68.481	75.806	51.903	65.653	67.207	66.777	68.353	66.783	63.116	65.394	135.011	802.453	
Investimento			8.000	445	7.555	-	7.586	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.585	7.555	
Diárias		0250	-	-	2.783	1.228	1.586	-	-	-	-	-	-	-	234	830	-	-	609	1.586	
Material de Consumo		0250	-	-	10.264	228	10.264	-	500	7.191	-	74	(40)	-	545	545	180	-	1.289	10.264	
Material de Consumo		0650	-	-	300	-	300	-	-	-	-	-	300	-	-	-	-	-	-	300	
Outros Serv. Terceiros - P. Física		0250	-	-	18.428	-	18.428	-	2.256	2.833	1.67	1.487	1.487	1.487	1.487	1.487	1.487	1.487	3.184	18.428	
Outros Serv. Terceiros - P. Física		0650	-	-	15.000	15.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Locação de Mão-de-Obra		0250	-	-	782.479	3.122	786.358	-	63.724	68.119	62.437	64.012	63.490	62.648	64.107	62.893	61.498	63.295	124.255	758.559	
Outros Serv. Terceiros - P. Jurídica		0650	-	-	44.891	33.834	11.018	-	-	-	-	-	2.000	2.744	-	-	-	-	6.274	11.018	
Obrigações Tributárias e Contributivas		0250	-	-	453	-	453	-	-	453	-	-	-	-	-	-	-	-	-	453	
Exercícios Anteriores		0250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Indenização e Restituições		0650	-	-	49	-	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	
Equipamento e Material Permanente		0250	-	-	7.555	-	7.555	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.555	7.555	
TOTAL - PESSOAL			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.573.983	17.428	2.593.545	122.757	2.433.787	3.697	198.724	203.183	138.018	167.618	219.478	194.252	210.299	203.299	182.945	202.291	499.539	2.433.787	
TOTAL - INVESTIMENTO			20.000	5.945	14.055	80	13.995	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.995	
Subtotal - Outras Despesas Correntes - Fonte 0250			-	-	2.407.128	56.497	2.350.629	3.697	180.724	203.183	139.023	167.618	216.870	183.870	204.404	213.322	180.201	180.881	387.031	2.350.629	
Subtotal - Outras Despesas Correntes - Fonte 0650			-	-	18.419	1.452	18.967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400	-	3.780	18.967	
Subtotal - Outras Despesas Correntes - Fonte 0650			-	-	131.000	84.803	86.182	-	-	-	-	-	2.300	15.374	5.874	1.988	2.345	-	7.810	30.521	
Subtotal - Investimento - Fonte 0250			-	-	14.055	80	13.995	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.995	
TOTAL - FISCAL			2.893.983	23.263	2.970.409	122.817	2.447.783	3.697	198.724	203.183	139.033	167.653	219.478	199.252	210.299	203.299	182.945	202.291	444.334	2.447.783	
TOTAL - SEGURIDADE			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL - GERAL			2.893.983	23.263	2.970.409	122.817	2.447.783	3.697	198.724	203.183	139.033	167.653	219.478	199.252	210.299	203.299	182.945	202.291	444.334	2.447.783	

Fonte: SIAFI

# ERRATA

## Ministerio do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior – MDIC

Ministro de Estado

**Luiz Fernando Furlan**

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado

**Fernando de Magalhães Furlan**

Secretário-Executivo

**Marcio Fortes de Almeida**

## Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI

Presidente

**Roberto Jaguaribe**

Vice-Presidente

**Jorge de Paula Costa Ávila**

Chefe de Gabinete

**Josefina Sales de Oliveira**

Ouvidora

**Denise Fonseca Belém**

Procurador-Geral

**Mauro Sodré Maia**

Auditor-Chefe

**Carlos Augusto Bittencourt**

Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento

**Nasareth Sandra Dias Jorge**

Diretor de Patentes

**Carlos Pazos Rodriguez**

Diretora de Marcas

**Maria Elizabeth Broxado**

Diretor de Contratos de Tecnologia e Outros Registros

**Breno Bello de Almeida Neves**

Diretora de Articulação e Informação Tecnológica

**Maria Beatriz Amorim Páscoa**

Diretor de Administração e Serviços

**Antônio Carlos R. Germano**



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC**  
**INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - CGPO**  
Praça Mauá, 7 - 11º andar  
20081-240 Rio de Janeiro - RJ  
Tel. (21) 2139-3116 / 2139-3115

---